

JULHO/DEZEMBRO 2018

VOLUME 1
NÚMERO 2

Sillogés

Revista do GT ACERVOS:
história, memória e patrimônio



Dossiê Escravidão e pós-abolição: acervos, fontes e lugares de memória

Sillogés

Revista do GT Acervos: história, memória e patrimônio
Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul
Volume 1, número 2, julho - dezembro 2018

Porto Alegre

ISSN 2595-4830 (Online)

| | | | | | |
|----------|--------------|------|------|---------|-----------|
| Sillogés | Porto Alegre | v. 1 | n. 2 | p.1-165 | dez. 2018 |
|----------|--------------|------|------|---------|-----------|



Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul

Diretoria da ANPUH-RS (Gestão 2018-2020)

Presidente: Prof. Dr. José Edimar de Souza (UCS)

Vice-Presidente: Profa. Dra. Gizele Zanotto (UPF)

1.º Secretário: Profa. Dra. Alba Cristina Couto dos Santos Salatino (IFRS)

2.ª Secretária: Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza (UFRGS)

1.º Tesoureiro: Prof. Ddo. Douglas Souza Angeli (PUCRS)

2.ª Tesoureira: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (Unisinos)

Conselho Fiscal

Prof. Dr. Éverton Reis Quevedo (Memória e Cultura Unimed/RS))

Prof. Dr. Charles Monteiro (PUCRS)

Prof. Dr. Rodrigo Luís dos Santos (Unisinos)



Grupo de Trabalho Acervos: história, memória e patrimônio

Coordenador: Marcelo Vianna (IFRS/Unisinos)

Vice-coordenadora: Angela Beatriz Pomatti (MUHM)

Secretária: Luciana da Costa de Oliveira (IFRS)

Equipe Editorial Sillogés

Marcelo Vianna

Angela Beatriz Pomatti

Luciana da Costa de Oliveira

Cristiano Enrique de Brum

Éverton Reis Quevedo

Rodrigo Luís dos Santos

Conselho Editorial Sillogés

Charles Monteiro (PUCRS)

José Roberto Severino (UFBA)

Márcia Regina Romero Chuva (UNIRIO)

Zita Rosane Possamai (UFRGS)

Capa: Cristiano Enrique de Brum/Marcelo Vianna

Design: Cristiano Enrique de Brum/Marcelo Vianna

Editoração: Marcelo Vianna

Imagem capa: Dante de Laytano sobre o Maçambique de Osório, final dos anos 1940.

Correspondência

Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul / GT Acervos

Rua Caldas Júnior, 20 – Sala 24 – Centro Histórico - 90010-260

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

Site: <http://acervosrs.blogspot.com/>

Email: gtacervos@gmail.com

© GT Acervos: história, memória e patrimônio (2018)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

Sillogés: Revista do GT Acervos: história, memória e patrimônio / Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul. Vol.1, n. 1 (jan. 2018). Porto Alegre (RS): ANPUH/RS, 2018-v. : il.

Semestral

Vol. 1, n. 1 (2018)-

Disponível em: <https://goo.gl/RrEh9e>

1. Arquivologia. 2. Educação. 3. História. 4. Museologia.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Sumário

| | |
|--|------------|
| EDITORIAL | 5 |
| DOSSIÊ: ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO: ACERVOS, FONTES E LUGARES DE MEMÓRIA APRESENTAÇÃO <i>Paulo Roberto Staudt Moreira, Ênio Grigio e Vinícius Pereira de Oliveira</i> | 8 |
| CLUBE SOCIAL NEGRO 24 DE AGOSTO: RESSIGNIFICANDO UM ACERVO FOTOGRÁFICO CENTENÁRIO NA CIDADE DE JAGUARÃO/RS <i>Larisa Pinto Martins e Giane Vargas Escobar</i> | 11 |
| RIBEIRÃO PRETO: O ESPÍRITO PIONEIRO E AS LEIS ANTI-ESCRavidÃO <i>Lucas Dario Romero y Galvaniz</i> | 28 |
| “POIS QUE A CADEIA HAVIA SIDO FEITA PARA OS HOMENS”: EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL <i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i> | 49 |
| A ESPANHOLA DE EXEMPLO: RELATOS DE UMA PANDEMIA EM PORTO ALEGRE ATRAVÉS DO PERIÓDICO “O EXEMPLO” <i>Camila Rosângela da Silva Cunha e Gláucia Giovana Lixinski de Lima</i> | 73 |
| PERCURSOS DE UMA PESQUISA SOBRE O PÓS-ABOLIÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE: HISTÓRIA SOCIAL, IMPRENSA NEGRA E HISTORIOGRAFIA <i>Melina Kleinert Perussatto</i> | 89 |
| OS DESCAMINHOS DA LIBERDADE: EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE EM PELOTAS (1850/1888) <i>Natália Garcia Pinto</i> | 111 |
| USO DE FONTES HISTÓRICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: A TRANSFORMAÇÃO DO RASTRO EM MATERIAL DIDÁTICO <i>Eduardo Roberto Jordão Knack</i> | 131 |
| É NA AUSÊNCIA QUE O NOVO SE REVELA: FONTES E ACERVOS HISTÓRICOS SOBRE O MOVIMENTO HARE KRISHNA NO BRASIL <i>Leon Adan Gutierrez de Carvalho</i> | 150 |

EDITORIAL

Ao finalizar o ano de 2018 lançando e brindando a publicação da segunda edição da *Revista Sillogés*, a equipe editorial apresenta o Dossiê *Escravidão e Pós-abolição: acervos fontes e lugares de memória*, organizado pelos doutores Paulo Roberto Staudt Moreira, Ênio Grigio e Vinícius Pereira de Oliveira. Trata-se de um esforço de contemplar trabalhos acadêmicos que buscam, através do uso de fontes primárias, debater a pluralidade de formas de se reconhecer a presença dos negros na História brasileira. Além dos trabalhos que orientam o dossiê, somam-se os artigos de Eduardo Knack, que discute a questão das fontes primárias utilizadas no Ensino de História, e de Leon Carvalho, que procura abordar as possibilidades de pesquisa de um tema pouco conhecido pela historiografia brasileira, o movimento Hare Krishna no país, a partir da descoberta de fontes e acervos históricos que permitem analisá-lo.

Entretanto, é impossível não mencionar a maior tragédia ao patrimônio e memória brasileira, talvez a maior de todos os tempos: o incêndio do Museu Nacional. Nesse sentido, fazemos constar a nota elaborada pelo GT Acervos: História, Memória e Patrimônio, que segue ao final desse texto, que se somou a outras tantas, manifestando sua indignação. Pensar nesse acontecimento e trazê-lo, mais uma vez, à tona, é uma forma de alertarmos contra o descaso para com nosso patrimônio histórico e nossa memória.

Boa leitura a todos!

Angela Beatriz Pomatti

Éverton Reis Quevedo

Rodrigo Luís dos Santos

Cristiano Enrique de Brum

Luciana da Costa de Oliveira

Marcelo Vianna

A morte do Museu Nacional, sua memória e seus ensinamentos

O GT Acervos - História, Memória e Patrimônio e a ANPUH/RS (Associação Nacional de História, seção do RS) lamentam a tragédia envolvendo o Museu Nacional, instituição bicentenária situada na Quinta da Boa Vista e vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), patrimônio histórico e afetivo de todos os brasileiros. Assistimos

todos consternados através da mídia, o incêndio de grandes proporções que, entre a noite do dia 02 e madrugada de 03 de setembro de 2018, destruiu cerca de 20 milhões de peças de valor inestimável para a memória e história brasileira.

O impacto da devastação é incomensurável e afetará não só o público acadêmico que se valia de seu acervo para pesquisas – seis programas de pós-graduação da UFRJ ali funcionavam –, mas a própria sociedade, que perde um espaço de memória primordial, nas quais as diferentes identidades do povo brasileiro eram representadas através de mostras e ações educativas. Um acervo riquíssimo, contemplando a coleção de arqueologia clássica e de civilizações ameríndias, a coleção egípcia, a coleção de Paleontologia, incluindo o mais antigo fóssil humano – Luzia – encontrado no país e diversas coleções de botânica, geologia e zoologia. Além do conjunto documental, o fogo e o descaso político destruíram anos de esforços de técnicos e de voluntários, que lutavam há tempos contra a falta de recursos.

Em tempos de “ajuste fiscal”, ficou evidenciado que essa política pouco contribui para a preservação das instituições de memória do país, agravando o descaso dos governantes há muitos anos. Agora, a promessa por verbas e reconstrução apenas reforça o casuísmo do poder público. Em tempos de eleição, sem dúvida que o incêndio que destruiu parte da história nacional será ponto de discussão e debate. Esperamos, igualmente, que não sejam propostas vazias e oportunistas. Esperamos que nossa história e nossa memória não sejam sucateadas, esquecidas, queimadas.

Mesmo em meio a tragédia, uma importante ação foi levada a cabo pelos colegas de Museologia da UNIRIO que, muito embora não possam reparar a perda, demonstram e apontam iniciativas que demonstram o interesse pela memória nacional: pedem que todos que tiverem, em seus registros, fotos do acervo, das exposições ou mesmos *selfies*, encaminhem para o e-mail **thg.museo@gmail.com**. Através dessa iniciativa, a memória do Museu Nacional ainda pode ser preservada.

Hoje, todos nos solidarizamos com as dezenas de funcionários que dedicam suas vidas profissionais e pessoais a uma das maiores instituições detentoras de nosso patrimônio científico e de nossa identidade nacional. Da mesma forma, aos muitos pesquisadores que perdem parte de suas pesquisas. Enfim, nos solidarizamos a todos os brasileiros nesse momento de grande dor e perda irreparável.

Esperamos que essa catástrofe sirva com um momento de reflexão sobre nossa política cultural e que tenhamos mais ações assegurando a conservação, preservação e restauro de nossos acervos, incluindo seus prédios históricos.

Porto Alegre, 03 de setembro de 2018.

APRESENTAÇÃO

Os debates acirrados que tivemos nas últimas eleições evidenciaram que o Brasil ainda não incorporou, de fato e consistentemente, a forte presença negra nacional, histórica e contemporânea. Tal assertiva pode ser verificada na forma desdenhosa e preconceituosa com que os habitantes das comunidades remanescentes de quilombos foram tratados. Demandas reconhecidas como legítimas constitucionalmente foram menosprezadas, mostrando como dívidas históricas com a população negras ainda não são reconhecidas e o racismo viceja incólume na sociedade brasileira.

Por isto propusemos para a Revista Sillogés o presente dossiê, intitulado *Escravidão e pós-abolição: acervos, fontes e lugares de memória*, como demonstrativo da consistente pesquisa existente no país, produzida nos últimos anos, sobre as plurais formas de reconhecer esta histórica presença negra e também como uma consciente resistência aos preconceitos raciais contemporâneos e as reais ameaças de retrocesso social que enfrentamos.

Sem sombra de dúvida, a historiografia sobre as experiências negras no passado, seja no período da escravidão ou do pós-abolição, tem se destacado pela qualidade e quantidade. Dialogando com demandas sociais contemporâneas, tais produções acadêmicas se desenvolveram em um campo interdisciplinar, formado pelo salutar diálogo entre a história, antropologia, museologia, arquivologia, educação, etc. Trata-se de um campo vasto e com tendências a transdisciplinaridade, que tem enfrentado temas plurais, como família, associativismo, imprensa e intelectuais negros, trajetórias individuais e familiares, saúde, religiosidades, experiências laborais, comunidades remanescentes de quilombos, memórias sobre o cativeiro e o pós-abolição, práticas educacionais e letramentos.

Pensamos que mais do que descobrir e inventar novas fontes, os pesquisadores têm se beneficiado do refinamento da crítica metodológica ao uso das mesmas. Isso, somado ao enfrentamento a uma saudável tendência de cruzamento de fontes, tem permitido a construção de densos contextos históricos. A proposta desse dossiê é pensarmos sobre os suportes de nossas investigações: as fontes que temos manejado, as instituições em que elas são custodiadas, as metodologias usadas. Destacamos que

pensamos em documentos e acervos públicos e privados, patrimônios materiais e imateriais, fontes orais e escritas, lugares referenciais de memória e pertencimento.

Abrimos o nosso dossiê com o texto produzido pelas pesquisadoras Larissa Pinto Martins e Giane Vargas Escobar - *Clube Social Negro 24 de Agosto: ressignificando um acervo fotográfico centenário*. Localizado na fronteira meridional brasileira, na cidade de Jaguarão, na fronteira com o Uruguai, esse clube é visibilizado nesse texto como lugar de memória das comunidades negras locais e como espaço de aprendizagem. Patrimônio, educação e história se entrecruzam nesse artigo, valorizando memórias individuais e familiares e trazendo uma “uma proposta pedagógica afroreferenciada”.

O seguinte artigo, de autoria do historiador Lucas Dario Romero y Galvaniz - *Ribeirão Preto: O espírito pioneiro e as leis anti-Escravidão* -, explora com habilidade as conexões dialógicas entre passado e presente, focando o processo abolicionista numa cidade do interior de São Paulo. Assim como em outras partes do território nacional, as elites de Ribeirão Preto investiram em uma espécie de memória oficial auto-elogiosa do processo que levou a abolição definitiva da escravidão, destacando consensos (em vez de dissensos) e assumindo o protagonismo único daquele movimento emancipador.

A seguir, o professor Paulo Roberto Staudt Moreira procura dar cor aos territórios costeiros gaúchos, com o texto - *“Pois que a cadeia havia sido feita para os homens”*: *Experiências negras no litoral norte do Rio Grande do Sul*. Nesse artigo, o pesquisador cruza documentos judiciais e inventários post-mortem retomando o caso do último desembarque clandestino de escravizados africanos no Rio Grande do Sul, ocorrido no Capão dos Negros, em 1852 e também analisando hierarquias sociais e raciais ali vigentes.

Resultado de uma investigação produzida no âmbito do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), as pesquisadoras Camila Rosângela da Silva Cunha e Gláucia Giovana Lixinski de Lima nos trazem o artigo - *A Espanhola de Exemplo: Relatos de uma pandemia em Porto Alegre através do Periódico “O Exemplo”*. Nessa pesquisa realizada como suporte para uma exposição museológica, é acessado o primeiro periódico da imprensa negra gaúcha, retirando das páginas escritas por aqueles intelectuais afrodescendentes, dados sobre os danos e sentimentos provocados pela passagem da Gripe espanhola pela capital do estado do Rio Grande do Sul.

No artigo *Percursos de uma pesquisa sobre o pós-abolição sul-rio-grandense: história social, imprensa negra e historiografia*, a historiadora Melina Kleinert Perussatto pensa as

potencialidades de pesquisa do mesmo jornal negro citado acima, O Exemplo. Criado pela comunidade negra gaúcha instalada em Porto Alegre, em 1892, esse periódico nos permite acessar motivações, anseios, investimentos intelectuais e afetivos de indivíduos negros, densificando nosso ainda parco entendimento do imediato pós-abolição brasileiro. A autora discute a historiografia que já tomou esse periódico como fonte de investigações, direcionadas em propostas diversas.

A historiadora Natália Garcia Pinto contribui neste dossiê, com o texto - *Os Descaminhos da Liberdade: Experiências de Escravidão e Liberdade em Pelotas (1850/1888)*. Embasada em sólida pesquisa realizada em fontes empíricas diversas, a proposta é de tratar das últimas décadas de vigência do sistema escravista no Brasil, tomando como lócus uma das cidades meridionais onde a presença de escravizados foi mais consistente e duradoura. A historiadora chama a atenção para os padrões dos indivíduos que conquistaram a alforria ainda na vigência do cativo, mostrando como a ação desses indivíduos e de suas famílias tornou o cotidiano pelotense uma arena tensa de definição sobre os tênues e porosos limites entre escravidão e liberdade.

Ainda que recorram a uma diversidade de fontes e referenciais metodológicos por vezes distintos, tais artigos guardam em comum o esforço em aprofundar o conhecimento sobre a temática da história afrobrasileira e suas múltiplas formas de estratégias de luta, no passado e no presente. Em tempos de aprofundamento de discursos excludentes e ameaças de retrocessos de direitos democráticos ainda incipientes, acreditamos que estas reflexões possam contribuir com o processo coletivo de elaboração de narrativas inclusivas.

Ênio Grigio (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos)

Vinicius Pereira de Oliveira (Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas/CAVG)

Paulo Roberto Staudt Moreira (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos)

Organizadores

CLUBE SOCIAL NEGRO 24 DE AGOSTO: RESSIGNIFICANDO UM ACERVO FOTOGRAFICO CENTENÁRIO NA CIDADE DE JAGUARÃO/RS**CLUB SOCIAL NEGRO 24 DE AGOSTO : RESIGNIFICANDO UN ACERVO FOTOGRAFICO CENTENARIO EN LA CIUDAD DE YAGUARÓN/RS**Larissa Pinto Martins¹
Giane Vargas Escobar²**Resumo**

Fundado em 1918, o Clube Social Negro 24 de Agosto fortaleceu a autoestima e as identidades negras da população jaguareense. Hoje, após muitas disputas judiciais, seu prédio é considerado um Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, demonstrando, assim, a importância deste território para a história da população negra de Jaguarão. Desta forma, o presente artigo visa discutir e refletir sobre uma proposta pedagógica em que se trabalhou com algumas imagens do acervo fotográfico desse território negro, criando narrativas que evidenciaram outras memórias e histórias até então não contadas, possibilitando aos alunos perceberem o Clube Social Negro como um lugar de aprendizado.

Palavras-chave: Memória. Pedagogias Afroreferenciadas. Audiodescrição.

Resumen

Fundado en 1918, el Club Social Negro 24 de Agosto fortaleció la autoestima y las identidades negras de la población jaguareense. Hoy, después de muchas disputas judiciales, su edificio es considerado un Patrimonio Cultural del Estado de Rio Grande do Sul, demostrando así la importancia de este territorio para la historia de la población negra de Jaguarão. De esta forma, el presente artículo pretende discutir y reflexionar sobre una propuesta pedagógica en la que se trabajó con algunas imágenes del acervo fotográfico de ese territorio negro, creando narrativas que evidenciaron otras memorias e historias hasta entonces no contadas, posibilitando a los alumnos percibir el Club Social Negro como un lugar de aprendizaje.

Palabras-clave: Memoria. Pedagogías Afrorreferenciadas. Audiodescripción.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Pampa. Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: larissa.pmartins@yahoo.com.br

² Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão. Doutora em Comunicação e Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Museologia, Licenciada em Letras. Pesquisadora de Clubes Sociais Negros, associada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC). Idealizadora do Museu Comunitário Treze de Maio de Santa Maria e agraciada pela Fundação Manneby com o "Museum Prize Winner 2014", na cidade de Gotemburgo na Suécia. É coordenadora do Grupo de Estudos Atinuké - sobre o Pensamento de Mulheres Negras, no NEABI Mocinha e do Projeto de Pesquisa Rainhas Negras do Clube 24 de Agosto. É Sócia Honorária do centenário Clube 24 de Agosto de Jaguarão/RS. Email: gianeatinuke@gmail.com

Introdução

A construção de um aprendizado não se dá apenas dentro de uma sala de aula ou ambiente escolar, aprendemos também com as trocas de experiências, ouvindo relatos de outras pessoas, trocando conhecimentos. Com isso, torna-se importante olhar para outros locais fora das escolas enquanto meios de educação, é nesse sentido que o presente trabalho buscar trazer o Clube Social Negro 24 de Agosto enquanto um espaço que, para além da sociabilidade, nos auxilia a pensar outras formas de guardarmos conhecimento.

Em uma sociedade ainda marcada por heranças da escravidão, como é o Brasil ainda hoje, conseguir fontes sobre a história da população negra não é uma tarefa fácil. Para isso, devemos ir além de livros que majoritariamente são escritos por homens brancos para homens brancos. Devemos, assim, procurar por lugares marcados por resistência e negritude, onde ainda permanece viva a história oral. Um exemplo são os espaços associativos negros, conforme afirma Lucia R. B. Pereira (2008, p.31) “resultam das ações de sujeitos e pessoas identificadas com o conceito socialmente construído de raça, ou seja, o conceito de negro”. Desta forma, com o acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto, temos acesso a uma parte da história da população negra da cidade de Jaguarão.

Articulando memórias individuais sobre temas e assuntos específicos, conseguimos reconstruir fragmentos de uma história coletiva de um determinado recorte temporal e espacial. É nesse sentido que este trabalho vem ao encontro a uma proposta de reconstruir fragmentos da história do Clube Social Negro 24 de Agosto. Este artigo tem como objetivo apontar a necessidade da conservação do acervo de um espaço de sociabilidade negra de tamanha importância, como é esta associação que completa 100 anos de existência no ano de 2018. As atividades ininterruptas desse coletivo negro reuniram um acervo rico em fotografias, documentos, dentre outros materiais que servem como fontes para contarmos e relembrarmos sua história.

Fundado em 1918, o Clube Social Negro 24 de Agosto fortaleceu a autoestima e as identidades negras da população jaguarense. Hoje, após muitas disputas judiciais é considerado um Patrimônio Cultural³ do Estado do Rio Grande do Sul, demonstrando a importância deste território para a história da população negra de Jaguarão.

³ Número da Portaria de Tombamento do Clube 24 de Agosto: 2627-1100/11-0, nº 004/2012. Número de inscrição do Livro Tombo: 107 – Livro Tombo Histórico (fl. 100). Data de inscrição no Livro Tombo: 20/07/2012. Data de Publicação em DO: 21/01/2012. Disponível em:

Observa-se que o Clube considera de grande importância a preservação de seus bens, realizando constante manutenção em seu prédio e, recentemente, com expressivos investimentos para salvaguardar seu acervo histórico, a fim de preservar seus documentos, suas fotografias, entre outros artefatos que nos possibilitam reconstruir sua história.

Como argumenta Tânia Navarro-Swain (2004) “o que a história não diz, não existiu”, entretanto, bem sabemos o quanto a historiografia oficial foi negligente e excludente com os registros materiais e imateriais das populações negras, deixando de dizer e contar as histórias daqueles que tiveram seus corpos e mão-de-obra explorados de forma violenta. Sendo assim, pretendemos aqui evidenciar outras narrativas que merecem ser destacadas.

Desta forma, buscamos ao longo desta proposta, potencializar o conhecimento da história do Clube Social Negro 24 de Agosto, incentivando a criação de novas narrativas, assim como salientar a importância da preservação, higienização, guarda e armazenamento adequado dos acervos para salvaguardar a história desse território negro.

Auxiliando na organização do acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto, buscamos contribuir com a preservação e a conservação de fotografias e documentos que se encontram nesta instituição, assim como na produção de suportes para guardar adequadamente cada item, para que a partir destes documentos possamos ter fontes necessárias a fim de reafirmar a necessidade e a importância de um espaço de constante luta e resistência negra na cidade de Jaguarão.

Fazendo uma leitura do Estatuto de 1964, do Clube Social Negro 24 de Agosto, encontramos uma preocupação com o que seria feito com o prédio daquela associação, caso fosse desfeita. A solução encontrada pela sua diretoria apontava, se isso um dia viesse a acontecer, para que o prédio fosse doado para fins educacionais.

Art. 49º - Em caso de dissolução do Clube, por qualquer motivo imprevisto, será convocada uma sessão de Assembleia Geral, na qual só deliberarão os sócios quites, sendo necessário, para a dissolução, unanimidade de votos.

§ único - Dissolvida a Sociedade, seu patrimônio será doado a um estabelecimento de ensino. (no município de **JAGUARÃO**). (Estatutos do Clube 24 de agosto. Fundado em 1918. Jaguarão, 1964, p. XI).

Eram tempos de ditadura militar, quando reunir-se em grupos específicos sinalizava subversão. O Clube sobreviveu às intempéries e, em 2018, um século depois, o Clube se mantém

<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=43202>.
20abril2018.

Acesso em:

fortalecido, dando continuidade aos seus princípios educativos e pedagógicos, em especial na luta coletiva por direitos e mobilidade social dos seus e para os seus, conforme nos explica a historiadora Fernanda Oliveira da Silva (2011).

Conforme reforça o historiador Tiago da Rosa Silva (2016), o período pós-abolicionista é tomado enquanto campo de disputas, onde os sujeitos negros tiveram que (re) elaborar suas identidades e acionar práticas e ações políticas para sua afirmação dentro de um cenário no qual, evidentemente, estavam em desvantagem. Nesse sentido, muitos clubes e associações negras serviram enquanto escola para seus associados conseguirem assim algum tipo de trabalho, uma vez que os libertos continuavam não tendo acesso a locais de ascensão, como escolas ou até mesmo alguns locais públicos frequentados pelos brancos.

A exemplo do Clube Treze de Maio, em Santa Maria, conforme explica em sua tese Giane Vargas Escobar (2017, p. 113), “Os clubes sociais negros para além de serem espaços de lazer, bailantes e dançantes, tinham uma função política e educativa, inclusive com a reivindicação ao poder público de aulas noturnas para *‘alumnos masculinos* maiores de 14 até 21”

Levando em consideração que os clubes sociais negros também serviam enquanto um suporte educacional para a população negra, já que o Estado não estava interessado na educação dos ex-escravizados, podemos então entender o Clube Social Negro 24 de Agosto enquanto um local de educação já em sua gênese. Em sua tese o historiador Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2014, p. 272-273) nos chama a atenção para esse fato, ao nos explicar que “A finalidade recreativa era indissociável das funções sociais. A multiplicidade de serviços oferecidos era uma característica da maioria das agremiações negras, oferecendo aos sócios um amplo leque de possibilidades”.

Dessa forma, através de uma atividade didática⁴ com alunos de uma escola municipal situada a uma quadra do Clube, foi feita uma atividade na qual se propunha montar uma exposição fotográfica com o material custodiado pelo clube, demonstrando a importância da preservação de um acervo através do qual podemos visibilizar parte da história da comunidade negra de Jaguarão.

Atividades desenvolvidas

⁴ O presente artigo é resultado do trabalho desenvolvido na disciplina de Estágio Supervisionado III, em espaços não escolares, disciplina ministrada pela Prof^a Dr^a Giane Vargas Escobar, realizado no segundo semestre de 2017, na Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão.

O Clube Social Negro 24 de Agosto, ao longo dos seus cem anos de existência, guardou um variado acervo documental, composto de: livros de atas, fichas de associados, documentos administrativos do cotidiano do Clube, fotografias de suas atividades e eventos, assim como a primeira ata do extinto Clube Suburbanos, um outro Clube Social Negro da cidade de Jaguarão que, por motivos de dívidas, fechou suas portas. A maior parte do acervo foi conquistado através de doações feitas ao clube por sócios e pessoas que tinham alguma ligação com o espaço, além, obviamente, daqueles materiais que o próprio Clube foi gerando ao longo de suas atividades.

Sendo o único clube negro de Jaguarão/RS que permanece aberto, há iniciativas como o projeto “Clube Social 24 de Agosto: Memórias Negras”⁵, o qual trabalha com a salvaguarda do acervo do Clube. Inicialmente, em 2014, o projeto priorizou a coleta, a higienização de documentos e fotografias. Numa segunda etapa, a partir do ano de 2017, as ações têm sido em prol da organização do acervo fotográfico do Clube, que passa por um processo de preservação, que vai desde a confecção de suportes para o adequado acondicionamento, a guarda e o armazenamento em mobiliários específicos, que vão garantir a integridade das informações no futuro.

Numa segunda etapa, em 2017, iniciou-se o processo de confecção de suportes para guardar as fotografias. Ressaltamos aqui, que este trabalho é feito por um coletivo de pessoas, desde acadêmicos da Universidade Federal do Pampa, assim como membros do Clube, entre elas: Larissa Martins, Rodrigo Francisco, Vanessa Olanda, Edegar Alonso e Thomas Machado.

Dessa forma, auxiliando no processo de higienização do acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto foi que surgiu a ideia de fazer uma atividade didática para alunos de ensino fundamental, usando fotografias antigas pertencentes ao acervo dessa associação. Para isso, foi feito um convite aos alunos da Escola Municipal Padre Pagliane, situada nas proximidades do Clube, juntamente com a ex-rainha do Clube Social Negro 24 de Agosto e então docente de História, a professora Norma Regina Xavier, para que participassem nesse projeto.

Metodologia: uma proposta pedagógica afroreferenciada

Após selecionar as fotografias para a atividade, procuramos entender um pouco mais sobre o que cada uma representava, entrevistando o atual presidente do Clube, Sr. Neir Madruga

⁵Projeto Registrado no SIPPE sob o nº 20180116112654, coordenador pelo Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam e co-coordenado pela autora.

Crespo, assim como um ex-presidente, Sr. João Luiz Feijó e a primeira rainha do Clube no prédio novo, Sr.^a Marlete Barbosa. Na década 1970 foi construído uma nova edificação, em regime de mutirão, pelos próprios associados que finalmente conquistaram sua sede própria.

Através destas entrevistas fomos questionando sobre a história de cada fotografia, quem eram as pessoas daquelas imagens, que tipo de festividade estavam comemorando, um pouco da história de cada um no Clube, para então conseguirmos fazer narrativas sobre as fotografias para os alunos e alunas.

Após um levantamento de dados sobre as fotos, criamos narrativas sobre elas, para que além de vistas, fossem ouvidas. Através de audiodescrições, trouxemos para a atividade a proposta de que cada aluno e aluna da escola vizinha pudessem imaginar as cenas de cada uma das fotografias⁶, para que ao serem visualizadas, conseguissem perceber o contraste com a realidade, fazendo uma analogia com o que acontecia a décadas atrás.

A atividade aconteceu no dia 20 de novembro de 2017, data celebrada como Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil, sendo assim, foi abordado como fator importante durante toda a atividade, a necessidade de reconhecer os privilégios brancos e entender de fato a importância desse dia. Para isso, as fotos selecionadas foram ao encontro da temática da resistência negra.

Iniciando a atividade foi questionado o que a turma conhecia sobre a história do Clube Social Negro 24 de Agosto, como por exemplo, o principal motivo de sua criação e quem frequentava o Clube. No entanto, todos que se manifestaram que não sabiam responder estas perguntas, sendo assim, fomos procedendo a uma contextualização da história do local, com o auxílio da professora Norma Xavier, que vivenciou o preconceito de não poder entrar em clubes da elite por ser negra, e que teve o Clube Social Negro24 de Agosto como um lugar de sociabilidade e lazer, onde por sua vez, só entravam negros e negras.

Após, foi feita uma breve demonstração de como se deu o processo de higienização das fotografias, explicando como eram as atividades do projeto “Clube Social 24 de agosto: Memórias Negras” e, na sequência, se iniciou um diálogo, tendo como subsídio as fotografias do acervo.

Segundo Francisca Michelin (2013), a audiodescrição pode nos ser útil pois, “além de uma ferramenta de acessibilidade, nos possibilita utilizar imagens moveis ou estáticas enquanto meios de educação. Sendo assim, nos apropriamos dessa metodologia como elemento

⁶ Essa proposta foi inspirada no Projeto “Fotografia para Ouvir” da UFPel. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/fototrabalho/2013/02/05/fotografia-para-ouvir/>. Acesso em: 20abril2018.

inspirador e que subsidiou a atividade. Conforme a NBR 16.452:2016 da ABNT, a audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional que consiste na tradução de imagens em palavras, por meio de técnicas e habilidades, aplicadas com o objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliação do entendimento de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons não contextualizados, especialmente sem o uso da visão.

Entendendo a importância do cuidado com o manuseio das fotografias do acervo, foram impressas cópias daquelas selecionadas para a atividade, evitando, assim, o manuseio dos originais. Com isso, passamos então para a etapa da audiodescrição de algumas fotografias, com a intenção de que os participantes ouvissem as descrições e tentassem imaginar como eram as roupas, as festas, as pessoas que frequentavam o Clube, antes de visualizarem as fotografias. As fotografias eram visualizadas apenas no final de cada narrativa e, então, contextualizadas historicamente dentro do Clube, pela autora.

Depois de contextualizar e fazer algumas atividades de audiodescrição com a turma, solicitamos que as/os alunas/os criassem as suas próprias narrativas sobre o que estavam vendo a partir de novas fotografias e como eles imaginavam que teria sido aquele momento histórico de Jaguarão, oportunizando o exercício criativo de jovens adolescentes que não estavam familiarizados com a história da população negra local, viabilizado por meio do conhecimento adquirido ao longo da atividade, assim como o contato com as fotografias disponibilizadas.

Fotografias de um Clube Social Negro na fronteira Brasil-Uruguai: ouvir para entender

Para essa atividade foram selecionadas oito fotografias que foram contextualizadas através de entrevistas com pessoas que fizeram parte da história do Clube Social Negro 24 de Agosto. Dessa seleção, cinco destas imagens muito antigas não foram identificadas pelos entrevistados, os quais não tinham conhecimento sobre as pessoas que nelas apareciam ou o tipo de festividades que representavam.

Francisca Michelon (2013) orienta que sigamos algumas normas para fazer as narrativas de áudio-descrição das imagens:

Deve-se fazer a descrição usando em torno de 250 palavras, iniciando o texto com a apresentação do contexto espacial e temporal do objeto ou cena. Segue-se informando a relação de tamanho do objeto ou do elemento principal da cena quanto ao contexto espacial. Selecionam-se os principais aspectos para serem informados e evita-se qualquer interpretação alusiva aos sentidos do que se descreve. (MICHELON, 2013, p.194).

Durante a atividade, à medida que íamos fazendo as narrativas sobre as fotografias, perguntávamos aos alunos como os mesmos imaginavam a fotografia descrita, e ao mostrarmos posteriormente a imagem, grande parte da turma alegava que não conseguiam imaginar algo parecido, afinal não estavam acostumados com o tipo de vestimenta, cortes de cabelos, dentre outros. Ou seja, a maior parte daqueles alunos eram brancos e jovens e não identificamos nenhum que se autodeclarasse como negro.

Embora esta escola fosse de periferia, e que em suas séries iniciais até o 6º ano do fundamental tivesse uma grande presença de alunos negros⁷, percebemos a falta deles nas duas turmas que participaram da atividade ambas de series finais, 8º e 9º ano. Acreditamos que por este motivo houve uma dificuldade em se colocar no lugar do outro, ou reconhecer um lugar e uma história que não a sua própria, “naturalmente” narrada e visibilizada nos livros didáticos, nas mídias, nas ruas e na própria escola.



Fotografia 1. Construção do prédio próprio na década de 1970.
Fonte: Acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto.

Descrição da Foto 1: Uma fotografia antiga na cor sépia. Ao fundo há uma casa em construção, ainda longe de ser finalizada. Nesta casa há quatro grandes janelas, e uma porta, bem grande também. Na frente desta casa há cinco homens com enxadas, pás e serrotes nas mãos, percebe-se que são estes os homens que constroem a tal casa.

⁷ Fato constatado pela professora Larissa Martins que no ano anterior a esta atividade ministrou seu Estágio Supervisionado I nessa escola, percebendo que em sua turma de 6º ano mais da metade de seus alunos eram negros.

Contextualização histórica: A fotografia acima retrata a construção do prédio próprio do Clube Social Negro 24 de Agosto. Nela encontram-se membros da diretoria do clube, braços que construíram o prédio. O primeiro a esquerda, é o ex-presidente entrevistado, João Luiz Feijó.

Nas três entrevistas realizadas com membros do clube com vistas a entender melhor a história de cada fotografia, foi unanimidade entre os entrevistados o relato do quão unidos eram os sócios do Clube e que só desta forma foi possível organizarem gincanas, festas, rifas e demais meios para arrecadarem dinheiro suficiente para, enfim, construírem seu próprio prédio e assim poderem deixar o antigo endereço, que era emprestado. Após a arrecadação de fundos, os próprios integrantes do clube, como os da foto acima, foram responsáveis pela construção da edificação.



Fotografia 2. Irmãs Farias.

Fonte: Acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto

Descrição da Foto 2: Trata-se de uma pintura de duas moças negras. A da esquerda aparenta ser mais velha que a da direita e está olhando para cima, tem lábios grossos e um vestido estampado em tons de verde. A moça da direita, por sua vez, tem lábios muito finos, que mal se consegue ver. Ela olha para frente e esboça um leve sorriso, com dentes muito brancos. Está um pouco de lado, com o ombro atrás da outra moça e usa um vestido branco. Ambas têm o corte de cabelo curto, parecem ser muito magras e vestem lindas joias.

Contextualização histórica: Nessa imagem vemos as irmãs Amelinha e Eva, filhas do ex-presidente Rosalmiro Farias. Através de entrevistas, descobrimos que o Sr. Rosalmiro era um prestigiado relojoeiro da cidade, o que nos ajuda a compreender a quantidade de joias que as

enfeitavam. Ao mesmo tempo é interessante perceber a mão-de-obra especializada de alguns negros na cidade de Jaguarão, o que lhes conferia um *status* diferenciado da maioria da população negra.



Fotografia3. Festividade de Carnaval.
Fonte: Acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto

Descrição da Foto 3: Ao olhar para esta foto podemos perceber imediatamente que se trata de uma festa, provavelmente Carnaval, já que todas as mulheres vestem vestidos pomposos. Estão posando para a foto seis pessoas, sendo quatro mulheres no meio e dois homens nas pontas. Ambos os homens vestem camisa e calças brancas com sapatos pretos. Já as mulheres, mesmo que de vestidos não se vestem de forma semelhante, cada uma com um modelo diferente, duas usam chapéu, outras duas não.

Contextualização histórica: Trata-se de um baile de Carnaval. Na imagem encontra-se a família do ex-presidente Rosalmiro Farias, ao centro vemos suas duas filhas citadas na foto anterior, a direita vemos seu filho e a esquerda sua sobrinha. Não foi possível saber quem é o rapaz a esquerda.

Uma característica dos Clubes Sociais Negros muito presente no “24” até os dias atuais é ser um espaço familiar. Desde a diretoria até seus associados, percebemos que há uma importante relação familiar que vai passando de geração em geração o gosto e o carinho dos membros pelo Clube.



Fotografia 4. Cordão carnavalesco União da Classe.
Fonte: Acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto

Descrição da Foto 4: Ao centro da imagem vemos um homem de braços abertos com uma camiseta larga, listrada horizontalmente e calça branca. O homem veste um chapéu peculiar. Mas ele não está sozinho, atrás e em ambos os lados vemos muitas pessoas que o acompanham ou observam. A maior parte destas pessoas vestem roupas chamativas, sendo as mulheres de vestidos e os homens de calças e camisetas. Podemos perceber que todos eles descem uma ladeira e que ao fundo da imagem existem dois coqueiros.

Contextualização histórica: Nesta foto, vemos o cordão do Clube Social Negro 24 de Agosto chamado “Cordão Carnavalesco União da Classe”. Como nos explica a historiadora Juliana Nunes (2010), o cordão era respeitado por toda população jaguareense por seus trajes bem elaborados e pelos harmoniosos encontros de instrumentos e vocais com músicas compostas pelos seus integrantes exclusivamente para o Carnaval. Assim como descreve o jornal “A Situação”, de 1924, citado por Nunes (2010, p.49):

O traço mais frisante de originalidade foi dado pelo bem organizado cordão União da Classe. Composto por elementos do club 24 de Agosto, nada deixou a desejar. Primou tanto pela uniformidade de trajes como pelas composições vocalizadas com o melhor gosto de precisão. A curiosidade que despertou em nosso público foi enorme, seguindo-o, através das ruas da cidade, uma grande multidão de phantasiados e curiosos. (Jornal A Situação, 5 de Março de 1924).



Fotografia5. Rainha Marlete Barbosa e sua corte.
Fonte: Acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto

Descrição da Foto 5: No centro da foto vemos uma linda mulher, acompanhada por um homem que segura sua mão, ambos aparentam estar dançando uma marchinha. O homem veste uma camisa clara de cetim rosa e uma calça escura, já a mulher veste um maiô prateado, justo e enfeitado. Nos seus braços há uma espécie de mangas bufantes e coloridas e nas suas pernas duas mangas compridas, que tapam os seus joelhos até a ponta de seus pés. Em sua cabeça há uma armação com pompons coloridos. Atrás deles conseguimos ver dois grupos de pessoas, uns com instrumentos musicais, que apenas observam os demais e vestem camisetas amarelas e calças escuras. O outro grupo de pessoas dança no mesmo compasso atrás da mulher, usando roupas douradas, com detalhes em azul turquesa. Mais ao fundo, ainda conseguimos ver várias cadeiras e duas grandes janelas abertas.

Contextualização histórica: Ao centro encontra-se a Rainha do Carnaval do Clube Social Negro 24 de Agosto ano de 1977, Marlete Barbosa, acompanhada do Presidente João Luiz Feijó, numa festa de Carnaval. Ao fundo vemos sua corte, toda formada por casais, alguns até hoje presentes no clube.

Em entrevista, Marlete Barbosa chamou a atenção para o ineditismo e ousadia de sua roupa, mais aberta do que de costume para uma Rainha. Segundo a mesma, o Clube não tinha recursos financeiros para bancar sua fantasia, nem sua família. Entretanto, a mesma, tinha uma boa relação com um famoso estilista da cidade, que costumava desenhar as roupas da elite da região. Pompílio Freitas, o reconhecido estilista, se dispôs a desenhar a roupa da Rainha do

Clube Social Negro 24 de Agosto, sem custo algum, desde que a mãe de Marlete, que era costureira na época, a ajudasse na construção da roupa.



Fotografia6. Encontro de rainhas no Clube Social Negro 24 de Agosto
Fonte: Acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto

Descrição da Foto 6: O foco desta fotografia são três lindas mulheres, que se dão as mãos. A primeira a esquerda veste roupas com muitas penas e plumas, toda em tom de dourado e branco. A mulher do meio é a única mulher negra da foto, ela veste uma roupa mais curta e com muito mais cores do que as demais, em sua cabeça podemos encontrar laranja, azul, branco e lilás. A terceira mulher, localizada a direita da foto, veste roupa azul e branco com alguns detalhes em dourado, em sua cabeça há tantas penas azuis que a deixa mais alta que as demais, em seu braço direito e atrás do ombro cai um véu azul claro, num tecido muito fino.

Contextualização histórica: Esta fotografia evidencia o encontro de três rainhas de clubes diferentes, a do Clube Jaguarense, a do Clube Social Negro 24 de Agosto e a do Clube Caixeiral (respectivamente da esquerda para a direita), em uma visita das soberanas do Carnaval ao Clube Social Negro 24 de Agosto.

Marlete Barbosa informou que naquele período ainda não era permitida a entrada de negros em Clubes de brancos, reforçado o racismo existente na cidade de Jaguarão, assim como também não era permitida a entrada de brancos em Clubes de negros, como um contraponto a ordem social vigente. Dessa forma, o único momento em que havia este encontro e “intercâmbio cultural”, era nas visitas das rainhas e suas cortes aos demais clubes, durante o Carnaval.



Fotografia7. Clube Gaúcho

Fonte: Acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto

Descrição da Foto 7: Nesta fotografia vemos muitos homens negros vestindo calças brancas e camisas que revezam entre o branco e preto. Alguns seguram instrumentos musicais e todos parecem olhar para o fotógrafo. Há também um homem fantasiado de indígena, com várias penas na cintura e um cocar, ao seu lado há dois bonecos altos, um com uma fantasia de girafa e outro de tucano. Ao redor desses homens há um grupo de pessoas que os observam.

Contextualização histórica: Na imagem vemos um bloco de Carnaval, que segundo Neir Madruga Crespo, Presidente do Clube Social Negro 24 de Agosto em 2018, pertencia a um antigo clube negro da cidade de Jaguarão denominado Gaúcho, que teve pouca duração e que até então não se encontrara muitos registros que nos possibilitem estudá-lo. Nesse sentido, se fazem necessárias cada vez mais pesquisas e investigações, em especial em jornais e documentos antigos, onde possivelmente se possam encontrar outras informações que permitam ser cotejadas com as fontes orais, mantendo viva a memória dos Clubes Sociais Negros.



Fotografia8.Baile de Carnaval/Baile de Debutantes
Fonte: Acervo do Clube Social Negro 24 de Agosto

Descrição da Foto 8: Em entrevista, no ano de 2017, com o atual Presidente do Clube Social Negro 24 de Agosto, Neir Madruga Crespo, o mesmo relatou que tal fotografia remetia a um baile de Carnaval na antiga sede do clube. Pode-se visualizar a composição de cinco casais em um elevado que encerra num trono ao alto. Elas de vestidos longos e com um adorno na cabeça e eles de fraque, calça branca e casaco preto, todos usam gravata borboleta na cor preta. O homem ao centro diferencia-se dos demais, pois está com um terno todo branco.

Contextualização histórica: Quando exposta essa descrição da imagem durante a atividade com os/as alunos/as, houveram confrontos de ideias, pois a professora que estava acompanhando a turma na atividade e que foi frequentadora ativa do Clube, inclusive já tendo sido Rainha, não concordou com a descrição de que tal foto fosse de uma festa de Carnaval. A Professora Norma Regina Xavier afirmou que se tratava de outro tipo de festividade da qual ela mesma participara quando de sua juventude e que a mesma se tratava uma foto de um baile de Debutantes.

Baile de Carnaval ou Baile de Debutantes? Os dois relatos são passíveis de serem “verdades”. Ambos os depoimentos carregam em si “uma verdade” daqueles que ocupam e fazem daquele território negro um “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017): a Rainha e o Presidente. E quais são os lugares de fala legitimados pela sociedade? Quem tem o poder de fala na sociedade negra? Quem pode falar na cidade de Jaguarão?

Em um segundo momento, foram construídas coletivamente narrativas sobre as demais fotografias, onde a turma de alunos dividiu-se em grupos que analisaram e criaram outros

discursos sobre as imagens mais antigas do Clube, especialmente selecionadas para aquela atividade.

Considerações finais

Finalizar a disciplina de Estágio Supervisionado III, no espaço de um Clube Social Negro que tem uma história e um acervo tão rico como o “24”, enquanto um espaço de aprendizado não escolar, foi uma experiência muito gratificante, tanto para os alunos, quanto para as professoras.

Os objetivos da disciplina foram atingidos com êxito e a proposta inicial de fazer com que os participantes da atividade refletissem sobre a importância de um acervo para conservar a história de um local, assim como sensibilizar os mesmos para que compreendessem a importância de um Clube Social Negro enquanto um lugar de resistência negra para Jaguarão/RS, demonstrou o quanto a história local é potente e pedagógica.

O acervo do Clube foi ampliado após a realização das três entrevistas que embasaram a atividade, pois os antigos associados resolveram doar parte de seus acervos para o Clube ao perceberem o cuidado com que as fotografias estavam sendo tratadas e que a história que eles próprios ajudaram a construir seria preservada. Percebemos ao longo das entrevistas como cada um dos entrevistados ainda nutre um carinho especial pelo Clube, o que fortalece as identidades negras e a importância de se dar continuidade a esse tipo de projeto e pesquisa em parceria com a Universidade.

Referências

ESCOBAR, Giane Vargas. **“Para encher os olhos”**: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do clube treze de maio de santa maria no jornal a razão (1960-1980). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2017.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2010.

MICHELON, Francisca Ferreira. **Palavras que levam a imagens**: Fotografia para ouvir. Discursos Fotográficos, v. 9, n. 15, p. 189-210, 2013

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos; 313.

NUNES, J. dos S. **“Somos o Suco do Carnaval!”** A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto, UFPEL: Pelotas, 2010.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **Cultura E Afro descendência:** Organizações Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1872-2002). Porto Alegre, PPGH/PUC/RS, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte. Letramento: Justificando, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços:** Associações e identidades negras em Pelotas (1820 – 1943). Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. PUC, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Tiago. Rosa da. **Sociedade Recreativa e Cultural Os Zíngaros:** apontamentos iniciais sobre a trajetória de um clube negro da cidade de Bagé/RS no pós-abolição. In: XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS: ensino, direitos e democracia, 2016, Santa Cruz do Sul. Encontro Estadual de História - ANPUH-RS [recurso eletrônico] (13. : 2016 : Santa Cruz do Sul, RS), 2016. p. 1-15.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade:** história social do racismo em porto alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese de Doutorado. Campinas, PPGH/UNICAMP, 2014.

RIBEIRÃO PRETO: O ESPÍRITO PIONEIRO E AS LEIS ANTI-ESCRavidÃO**RIRBEIRÃO PRETO: EL ESPIRITU PIONERO Y LAS LEYES ANTI-ESCLAVITUD**Lucas Dario Romero y Galvaniz¹**Resumo**

Este artigo, resultado de uma pesquisa maior inserida no campo da história cultural, tem como foco principal as ações de escravizados e seus senhores nos últimos anos de cativeiro na cidade de Ribeirão Preto. Partindo de duas notícias recentes de periódicos locais, lançaremos mão de uma análise qualitativa em uma perspectiva micro histórica tentando capturar parte do universo escravista na urbe no final do século XIX.

Palavras-chave: Escravidão. Ribeirão Preto. Leis.

Resumen

Este artículo, resultado de una investigación mas grande insertada em el campo de la historia cultural, tiene por principal foco las acciones de esclavizados y sus señores en período final de la esclavitud em la ciudad de Ribeirão Preto. A partir de dos noticias recientes publicadas en la ciudad, haremos un analisis cualitativo en perspectiva micro historica con objetivo de capturar parte del universo esclavista local en finales del siglo XIX.

Palavras-Clave: Esclavitud. Ribeirão Preto. Leyes.

Duas notícias, um pioneirismo

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p. 426).

Como perceberá o voraz leitor que nos seguirá por essas linhas, embora iniciemos citando Jacques Le Goff, dadas as limitações inerentes a todo trabalho acadêmico (CERTEAU, 1993), não iremos discorrer sobre o processo de construção da memória de Ribeirão Preto. Desse processo só nos interessa o resultado, que tomaremos como uma representação (CHARTIER, 2002) já construída (ainda que esteja também em constante

¹ Centro Universitário Barão de Mauá. Especialista em História, Cultura e Sociedade pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Graduado em História pela mesma IES. E-mail: lucasgalvaniz@hotmail.com

reconstrução), e que apregoa haver, desde os primórdios, um caráter pioneiro, vanguardista e progressista entre os ribeirão-pretanos.

Nosso objetivo principal, como é perceptível no título, é lançar luz sobre (e assim recuperar) as ações dos habitantes da urbe em meio ao ambiente abolicionista da década de 1880. Dessa forma, a memória sobre esses tempo será o pano de fundo que vai contrastar com as ações dos personagens que traremos à baila, podendo então alcançar nosso segundo objetivo: verificar até que ponto essa imagem fáustica sobre o passado ribeirão-pretano se sustenta.

Os mais sagazes devem estar se perguntando de que maneira pretendemos levar a cabo nosso intento e o que o motivou. Pois bem, em primeiro momento apontar-se-á para a problemática que motivou esta pesquisa, que, como também veremos, se trata de uma provocação aos discípulos de Heródoto.

Em função das comemorações do aniversário de Ribeirão Preto, o jornal “Diário da Manhã”, no dia 07 de junho de 1979, trouxe algumas notas sobre a história local. Dentre todos os episódios que narravam a epopeia dos primeiros habitantes da urbe e seu vanguardismo encontrava-se o relato da libertação dos cativos na cidade:

ESCRAVOS LIVRES, PIONEIRISMO

[...] Em 1887, na quinta legislatura, a posse da Câmara Municipal foi retardada: havia fraude no "processo eleitoral". E aconteceu nessa legislatura o que os historiadores não apuraram devidamente: foi aprovado por unanimidade em 3 de agosto de 1887 - antes da Lei Áurea portanto - a Libertação dos escravos em Ribeirão Preto, numa proposta do monarquista Rodrigo Pereira Barreto (APHRP).

Percebe-se que o jornalista não poupa os historiadores por estes não terem “apurado devidamente” tão grandioso episódio. Não haveria, pois, prova maior de que a cidade sempre contou com espíritos a frente de seu tempo do que libertar os escravizados antes mesmo da Lei Áurea. Sidney Chaloub (2011), em “Visões de Liberdade”, cita um conto de Machado de Assis em que um senhor liberta seu cativo Pancrácio. Ao relatar sobre seus feitos, o personagem machadiano revela seus planos e o que pensa dessa ação:

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a tôda a gente que dêle teve notícia; que êsse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposições) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente

políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu. Boas noites. (In_CHALHOUB, 2011, p. 118).

Pelas datas das publicações é impossível que o jornalista tenha lido o conto machadiano na tese de Chalhoub, contudo, tirada a ironia do literato e o fato de em Ribeirão, em tese, ter-se libertado os escravizados em âmbito público e não privado, os relatos partilham da ideia de que a antecipação a Lei Áurea é a marca do pioneirismo.

Contudo, uma publicação de 2017 da revista local Revide chamou a atenção pelos dados trazidos que, até certo ponto, dialogam e contrastam com a afirmação do Diário da Manhã de 1979, já que ambos têm na escravidão o tema central:

Em pleno século XXI, região resgata trabalhadores em condição de escravidão.

Dados do Observatório do Trabalho Escravo apontam que cinco pessoas foram resgatadas em Ribeirão Preto na década. O apelido de “Califórnia Brasileira” e os índices elevados de desenvolvimento humano vão na contramão de um número preocupante. Em pleno século XXI, Ribeirão Preto registrou resgates de trabalho escravo e, na região, outros casos se repetem. (Revide, 10/07/2017)

Além do “número preocupante” referente ao trabalho escravo na cidade, percebe-se que a matéria entende que esses casos maculam a história da “Califórnia Brasileira”, pois “vão na contramão” do característico “desenvolvimento humano” local. Tais casos são encarados como uma ruptura com o pioneirismo sempre presente no espírito dos cidadãos da urbe desde tempos imemoriais e não como uma constante².

Eis as perguntas/problemas que norteiam esta pesquisa e a impulsionam rumo aos seus objetivos: de fato houve a propalada libertação pioneira? Ao analisar mais de perto as práticas dos atores sociais inseridos naquele contexto, é possível constatar a propensão para o fim do cativo? E, após dar luz as ações desses sujeitos, os números trazidos pela Revide representam, de fato, uma exceção, uma quebra com a história local?

Os “como” e os “porquês”

²Na obra “História de Ribeirão Preto”, o memorialista Rubem Cione faz uma ode ao passado cafeeiro da cidade. Esse período marcou a memória local a ponto de constar em seu hino. Desde o declínio da cafeicultura o poder público e a mídia mais saudosista tentam imputar um título que remonte a “vocação” para o moderno, tal qual “Califórnia Brasileira” e atualmente “Capital do Agronegócio”.

Como é notório desde o título, o recorte geográfico deste artigo é a cidade de Ribeirão Preto, localizado no interior paulista. As fontes aqui utilizadas foram consultadas em diversos fundos: Processo Antigos (CXA); Inventários (CXI); jornal “Diário da Manhã” - todos retirados do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP); Livro de Atas da Câmara Municipal (LACMRP); tal como a Revista Revide, publicada em meio digital e cujo endereço de hospedagem consta ao final.

Interessa ao leitor saber que o presente artigo se insere no campo da história cultural e segue a perspectiva micro-histórica, e tal escolha se justifica tendo em mente que nas últimas décadas a ciência histórica passou por sensíveis mudanças. Sandra Jathay Pesavento (1995) e Roger Chartier (2002) apontam que a crise dos regimes socialistas e a incapacidade dos países capitalistas em resolver seus problemas intestinos deram início a elas, posto que colocaram em xeque os princípios normativos que permeavam os trabalhos da disciplina.

Chartier enfatiza que nos idos de 1960, num momento em que a predileção dos intelectuais era pelo estudo das questões econômicas e sociais, a mudança foi pautada “em uma crítica dos hábitos da disciplina em nome das inovações das ciências sociais” (2002, p. 64), ou seja, numa revisão dos objetos de estudo e dos métodos utilizados, o que levou, inclusive, à retomada de um dos anseios dos fundadores dos *Annales*, o estudo dos utensílios mentais. A segunda mudança, ocorrida entre 1970 e 1980, foi mais profunda, e pôs em questão não apenas os métodos e objetos de estudo, mas as próprias teorias que norteavam estes trabalhos, a saber, o marxismo e o estruturalismo.

Com relação a estas mudanças, o historiador italiano Carlo Ginzburg, afirma que a mais sensível foi um distanciamento, pelo menos enquanto prática de parte dos historiadores, do que ele chamou de “paradigma galileano” (1989, p. 163) de ciência. Tal paradigma, intrinsecamente ligado às ciências naturais e biológicas, pretendia conhecer o mundo pelas regras gerais, pela constância, pela tradução dos fenômenos para a linguagem matemática, dando pouco ou nenhum espaço para o individual.

Ginzburg e Chartier afirmam que por muito tempo os historiadores privilegiaram o estudo das questões econômicas e sociais, das estruturas e conjunturas, a longa duração, a quantificação por meio das séries, o geral, deixando de lado o particular, a exceção, o individual, aquilo e aquele que fogem da regra. Foi a mudança de foco que nos permitiu conhecer, por exemplo, as histórias do moleiro friulano Menocchio (GINZBURG, 1987) e

da camponesa modenense Chiara, acusada de feitiçaria (GINZBURG, 1989), reconstruindo parte de suas crenças, práticas e posições sociais, assim como suas estratégias para, dentro das limitações existentes, driblarem (ou tentarem driblar) o controle e imposições do Santo Ofício. Da mesma forma, já trazendo a discussão para nosso recorte geográfico, o historiador Rafael Cardoso de Mello (2009) se debruçou sobre Iria Alves Ferreira para mostrar o complexo universo da Ribeirão Preto cafeeira e as apropriações que permitiram que ela, sendo mulher num ambiente dominado por homens, pudesse se tornar uma das maiores cafeicultoras da região e reger os seus negócios, sendo taxada de “A Rainha do Café”.

Não fosse essa mudança de olhar, as ações de Rodrigo e Luiz, suas estratégias e anseios, que logo serão contados, ficariam ocultos. Os escravizados Ritta, Chlotildes, Eva, Clímaco e Maria, que serão apresentados, nem sequer seriam conhecidos senão por quem cruzou com eles em tempos em que estes viveram. Suas vozes e ações seriam abafadas pela classe social ou mesmo pela estrutura de pensamento daquele lugar naquele tempo.

Desta forma, caro leitor, optou-se neste artigo por trilhar um caminho que tem como foco principal os personagens inseridos no contexto da abolição ribeirão-pretana. Faremos uma incursão sobre o conjunto de fontes, esmiuçando e revelando - via análise qualitativa e utilizando dos indícios, tal como ensina Ginzburg - as práticas e anseios destes personagens. Contudo, para dar conta de analisar e compreender as ações dos sujeitos, utilizaremos o conceito de “representação social” segundo a visão de Roger Chartier.

Em princípio a utilização de tal conceito parece incompatível com o propósito de recuperar as ações dos personagens, haja vista que a representação, tal qual utilizada em seu surgimento, consideravam as constantes de um corpo social, dando pouco ou nenhum espaço para as ações individuais (MELLO, 2009). Contudo, para dar conta de explicar as mudanças ocorridas e as exceções à regra, Chartier lança mão de um conceito complementar: a apropriação. O historiador afirma que a apropriação é a maneira pela qual o indivíduo recebe as informações do meio social e as interpreta, transformando-as posteriormente em ações. Ou seja, a apropriação seria a leitura que o indivíduo faz do mundo que o cerca e que permite sua ação sobre o mesmo.

Afirmar que o sujeito recebe informações do meio social significa aceitar que há condicionantes, contudo, ao se afirmar que ele interpreta estas informações significa que

estas não são determinadoras de suas ações. Interpretar é abrir a possibilidade de ruptura com o esperado, é possibilitar a reinvenção de práticas, é potencializar o indivíduo como agente histórico. Desta forma as representações não podem ser entendidas sem que se leve em consideração as apropriações individuais que os sujeitos fazem do mundo. Estas apropriações recriam as representações coletivas, que por sua vez exercem certa força coercitiva afim de que os indivíduos recriem práticas segundo as representações vigentes. Há aí uma clara dialética entre apropriação e representação.

Desta forma, caro leitor, lançar luz sobre as ações dos sujeitos pode ajudar a revelar se realmente havia um coro uníssono em Ribeirão Preto que apregoava o fim do cativo e que provaria o vanguardismo dos ribeirões-pretanos. Da mesma forma, a partir dos resultados da análise ao longo do tempo, poderemos determinar se a existência do trabalho escravo na cidade em pleno século XXI é fruto de uma exceção que macula a história marcada pelo pioneirismo ou se é fruto de uma mentalidade arcaica e duradoura.

Estudos sobre escravidão em Ribeirão e uma primeira análise sobre a abolição na cidade

Diante de tão dura crítica feita pelo periódico local, nada mais natural que se verificasse a validade e abrangência da mesma. Para esse problema tínhamos dois caminhos a seguir. O primeiro foi uma busca por trabalhos que versassem sobre o episódio. Nesse intento, encontramos alguns escritos que tocavam de alguma forma a escravidão, como o estudo demográfico realizado por José Antônio Lages (2010) que se debruça sobre o processo de formação da cidade e aponta que desde os primeiros instantes Ribeirão contou com a força de trabalho cativa, derrubando, inclusive, o mito corrente de que os cafezais foram lavrados apenas com mãos imigrantes.

Já Osmar David Júnior (2006) estuda a composição dos planteis na cidade, e aponta um hábito comum entre os proprietários ribeirões-pretanos: impedir a união conjugal entre os escravizados, diminuindo a possibilidade de criação de vínculos entre casal e possíveis filhos que poderiam lhe trazer resistência aos seus mandos, assim como seria difícil separá-los em caso de divisão de herança. Esta prática apontada por David Júnior vai ao encontro do que afirmou Emília Viotti da Costa, pois “se alguns fazendeiros se empenhavam em sacramentar a união dos escravos, a maior parte preferia ignorá-las [...]

pois eliminavam problemas que surgiam por ocasião da venda de escravos casados” (1989, p. 292).

Voltando ao nosso recorte geográfico, Fernando Nogueira de Paula (2009) esmiúça a questão da violência na cidade, e aponta que a cultura local prezava pela valentia e que muitas vezes optava por resolver os assuntos surgidos com o uso da violência em detrimento do caminho judicial. Nogueira ainda aponta para o tratamento distinto (sem grande surpresa) despendido pelas autoridades em casos parecidos em função da cor da pele do acusado, havendo maior rigor quando os delitos eram praticados por negros.

Por fim, citamos o artigo de Carlo G. Monti e Antônio C. Soares Faria (2010). Estes pesquisaram alguns processos crimes e ações de liberdade e mostraram como era conturbada a relação entre senhores e escravizados na cidade. Tal como haviam feito em estudos sobre outras regiões Sidney Chalhoub (2011), Mary C. Karasch (2000), José Antônio Soares (2006), Wlamyra Albuquerque (2009), Monti e Faria apontam justamente para a capacidade dos escravizados jogarem com as cartas possíveis e criarem estratégias para se libertarem do julgo de seus senhores, contrapondo a ideia do “escravo coisa”, por muito tempo difundida entre os estudiosos da escravidão.

Enfim, após seguir esse primeiro caminho e buscando bibliografia que versasse sobre o episódio relatado pelo Diário da Manhã, devemos aceitar que a acusação feita aos discípulos de Heródoto é justa, pois não foi encontrada nenhuma referência que trabalhasse a libertação local. Resta-nos um segundo caminho a trilhar, o da busca documental, da análise da acusação e sua abrangência.

O jornal aponta que no dia 03 de Agosto de 1887, por iniciativa de Rodrigo Pereira Barreto, foi proposta e aprovada por unanimidade a criação de um livro denominado “Livro da Redenção”, pondo fim ao cativeiro na cidade. Pois bem, ao analisar o Livro de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no dia citado, constam os seguintes dizeres:

[...] A exemplo de outras Camaras proponho que esta crie um livro = sob a denominação de Livro da Redempção destinado a receber assignaturas de todas as pessoas que quizerem concorrer para a grandiosa obra da libertação do município. Sala de sessões 3 de Agosto, 1887. Dr Rodrigo Pereira Barretto. Posto a votos foi unanimemente aprovado. Pedindo a palavra o Dr. Rodrigo Barretto disse offerencia o livro à Camara e que autorisava a secretaria a fazer a aquisição do mesmo (L ACMRP- 04)

De fato, consta na ata a proposição e aprovação da criação do “Livro da Redempção”. O segundo passo desse caminho foi buscar o tal Livro, mas para além da citação na ata, nas notícias e da citação do mesmo por parte dos memorialistas locais (CIONE, 1987), não se sabe de seu paradeiro ou mesmo se efetivamente fora criado. Sendo assim, resulta impossível verificar se todos os senhores de escravizados adotaram a proposta, assinando-o. Contudo, o contrário é também verdade: não é possível garantir que não fora criado e que, por consequência, não foram manumitidos os cativos. Tem-se um impasse.

Em virtude disso mudemos de direção e analisemos a questão por outro ângulo, buscando respostas em outras fontes, não sem antes fazer apontamentos sobre as assertivas do Diário da Manhã e sobre o contido na Ata da Câmara Municipal.

Supondo que o leitor é um grande conhecedor da História e atento às minúcias, não passou despercebido o fato de que a atual cidade de Redenção, no Ceará, libertou seus cativos em 1883 e a própria província seguiu o exemplo em 1884, tendo sido seguida por outras cidades do Império, esvaindo-se assim o pioneirismo ribeirão-pretano. Segundo apontam Rafael Marquese (2016) e Emília Viotti da Costa (1999), havia uma onda abolicionista que tomava conta do Brasil e na qual Ribeirão Preto estaria envolta, tanto que a abolição na cidade foi feita “a exemplo de outras camaras”.

É nesse momento que um olhar mais detido sobre os indivíduos vem a calhar. Numa perspectiva totalizante os ribeirão-pretanos estariam imersos nesse processo modernizador, nessa corrente vanguardista, pioneira e abolicionista. A representação do moderno, do novo, o discurso liberal e toda a fascinação que acompanhava os novos tempos (BERMAN, 2007) se fazia presente na cidade (; PAZIANI, 2005). Em tese, sendo essa a representação social vigente e defendida pela elite local (PERINELI NETO, H.; PAZIANI, R. R.; MELLO, R., 2014), os habitantes da urbe deveriam reproduzir o discurso e ter práticas nesse sentido libertador, tendo seu ápice na criação do “Livro da Redempção”.

Tendo feito os devidos apontamentos, voltamos ao caminho que fomos impelidos a seguir. A ausência do “Livro da Redempção” fez-nos buscar respostas em outras fontes, todas datadas próximas (ou após) a data da suposta libertação a fim de verificar a existência desse “espírito pioneiro” nos habitantes locais que culminou com tal episódio.

O Paiva, os Barreto e as leis

Era o “Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e seis, aos quatorze dias do mez de Agosto do dito anno, nesta Villa de Ribeirão Preto” (CXA-24. APHRP). Neste dia, ao escrivão Antonio Sotério Soares de Castilho foi requisitado que se lavrasse um auto e o enviasse ao Juiz e “ao Collector das Rendas Geraes do Municipio Moyses Fernandes do Nascimento” para que estes dessem vista daquela peça. Quem acionou a Justiça foi “Ritta ex escrava de Antonio Rodrigues Paiva” por meio de seu curador “Carlos C. de Abreu”. Tratava-se de uma ação de liberdade em favor da mesma.

Existem neste documento muitas informações que nos permitem reconstruir parte do cenário e das ações dos indivíduos ali citados, muito embora o processo seja curto e quando feito obviamente não tivesse o objetivo de “servir de fonte” aos historiadores.

No auto não consta a idade da suplicante, mas os indícios nos sugerem que Ritta teria mais de 16 anos, uma vez que para ter condição de escrava em 1886 a mesma teria nascido antes de 1871, quando fora aprovada a Lei Nº 2040 de 28 de setembro, ou Lei do Ventre Livre, como ficou conhecida. Embora Emília Viotti da Costa enfatize que “o ingênuo, embora livre de jure, estava de fato preso à vontade do senhor e com as mesmas obrigações que recaiam aos escravos” (1989, p. 229), caso Ritta fosse nascida após a lei, constaria nos autos a condição de “livre desde o nascimento”, o que não é o caso.

Rita era casada, e “seu marido Filisbino” também tinha sido “escravo de Antonio Rodrigues Paiva”. Era justamente este matrimônio um dos argumentos mais fortes usados pela suplicante ao requerer sua liberdade. “Diz Ritta” que, sendo casada com Filisbino, já liberto pelo Fundo de Emancipação, “acontece que este Sr Rodrigues não quer consentir que marido e mulher se juntassem”.

O argumento usado por Ritta e seu curador se ampara em dois fatores. Por um lado há uma questão moral implícita, pois seria imoral um homem ousar separar ou manter separados cônjuges unidos pela graça divina. Ritta e Filisbino, então, não poderiam ser separados pelo senhor Rodrigues Paiva. Por outro lado, a suplicante e seu curador apontam para a ilegalidade das ações do senhor ao mantê-los separados, pois “isto é contrario aos intuitos da Lei de 28 de Setembro de 1871, como é de ver-se no Art. 4º § 7º”. Ao requerer do Juiz que lhe fosse dada a liberdade, afirma a “Suplicante que indemnizará o dito Rodrigues de qualquer quantia a que o mesmo porventura tenha direito”.

Não dispomos do valor de tabela constante na matrícula de Rita, valor normalmente pago aos senhores como indenização em caso de ações de liberdade, através de pecúlio ou pelo Fundo de Libertação. Entretanto, é provável que Ritta e/ou Filisbino fossem escravizados que trabalhavam na cidade, podendo assim juntar uma quantia considerável a ponto de a suplicante afirmar que pagaria a indenização independentemente do valor estipulado.

Outra possibilidade é a existência de algum grupo abolicionista ou irmandade que os afiançassem e/ou orientassem. Seja como for, é igualmente provável que ambos tivessem um trânsito considerável na urbe e isso porque, conforme Emília Viotti (1989) e Mary Karasch (2000), quanto a possibilidade de se manumitir, os escravizados do meio rural estavam em condições muito mais desfavoráveis em relação aos que viviam no meio urbano, pois nas cidades a possibilidade de se juntar pecúlio eram muito maiores, tal como o trânsito de informações. Chalhoub (2011) lança luz sobre episódios que apontam para este sentido, onde os escravizados estabeleceram redes de informações e lutaram com todas as forças para impedir que seus donos os vendessem para as fazendas de café, por entenderem que suas chances de se libertarem diminuiriam drasticamente.

Também vale ressaltar o argumento apresentado por David Junior (2006), para o qual os senhores ribeirão-pretanos buscavam impedir o casamento entre escravizados prevendo problemas em caso de separação deles por venda ou herança. No caso de Ritta e Filisbino criou-se, de fato, problema para Rodrigues Paiva.

Fato é que Antônio Rodrigues Paiva não estava disposto a aceitar que o casal se juntasse, não à toa Rita pediu para que “seja intimado o dito Rodrigues a abrir mão da Supplicante”. O senhor de Rita mostrou-se conservador e nem um pouco disposto a “abrir mão” de sua posição de mando, mesmo tendo ela se prontificado a pagar qualquer quantia fixada por sua liberdade.

Como afirma Chalhoub (2011), após a lei de 1871 o Estado passou a interferir diretamente na propriedade escrava, tirando dos senhores o direito exclusivo de conferir a liberdade aos cativos. Os mais conservadores se viam peados do que consideravam um direito natural, o direito a propriedade, e relutavam em muitos casos nessas ações.

Antônio Rodrigues Paiva certamente era um destes senhores relutantes e sua ação andava na contramão do discurso vanguardista defensor do fim do cativo que em tese fazia parte do espírito dos ribeirão-pretanos, tanto que mesmo ante as disposições da Lei

de 1871 que preconizava a manumissão de cônjuges e ante as ofertas de Rita, o mesmo dificultou o quanto pode. Vale ressaltar que não foi a bondade ou generosidade deste senhor que libertou Filisbino, mas o Fundo de Emancipação.

Contudo, embora relutante, também Rodrigues Paiva podia ler o mundo que o cercava e perceber o ar abolicionista que pairava no Império. Sabedor de que o Estado poderia e provavelmente iria interferir novamente em suas relações com seus cativos, procurou ele perder o mínimo possível de sua influência. Tendo o Coletor confirmado que o Fundo havia manumitido a Filisbino, sabendo que a Lei de 1871 dava preferência para reunir cônjuges, Rodrigues Paiva previu que seria dada a liberdade à Ritta. Antecipou-se ele e tratou de manter até onde deu sua influência sobre ela, “cuja liberdade obtera por ter sido declarada livre com a concidação [sic] de prestar serviços [...] por prazo de sete annos”.

Caso a abolição não ocorresse em 1887 em Ribeirão Preto e em 1888 no Império, Ritta fatalmente serviria como liberta condicionalmente até a década de 1890, portanto, a abolição frustrou o plano de Paiva.

Ao libertar condicionalmente Ritta, Rodrigues Paiva estendeu o prazo de seu vínculo e poder sobre a mesma, retardando o quanto pode algo que seria inevitável: Ritta seria livre. No fechamento dos autos o escrivão afirmou que “Fica assim satisfeito o pedido do requerimento na petição retro”. O acordo a que chegaram ambos possivelmente não agrade os fãs de finais felizes, mas para a vida real o saldo acabou sendo positivo para ambos.

Não se trata de fazer apologia à escravidão afirmando que manter-se vinculada ao seu senhor foi algo bom para Ritta, mas dadas as condições de um escravizado no Brasil, a simples possibilidade de poder viver junto a seu marido e longe de seu senhor condicional era um ganho a ser considerado. Da mesma forma o senhor conseguira manter parte de sua influência sobre Ritta, satisfazendo “condicionalmente” sua mentalidade escravista.

Se Rodrigues Paiva, embora relutante, acabou consentindo ao final com a liberdade de Ritta, o mesmo não se passou com o senhor da escrava Clothildes.

Um ano antes de Ritta buscar sua liberdade, Clothildes tentou o mesmo, e no ano de “mil oito centos e oitenta e cinco, aos desesete dias do mez de Agosto” (CXA-22. APHRP) deu início a uma ação de liberdade contra seu senhor “Antonio de Sales Barrêto”.

Também é presumível que Clothildes trabalhasse na cidade prestando serviços, pois o que sustentava seu pedido era o fato de ter “constituído um peculio, de 500\$000 [quinhentos mil réis], nas condições legâes, depositado em mãos do Collector d'esta Villa”.

Nos dois casos apresentados o ritual para se iniciar a ação de liberdade seguiu igual. Ambas apostaram nos direitos que os escravizados passaram a ter após 1871, depositando fé na interferência do Estado nas relações entre senhores e escravizados e na ajuda de terceiros para conseguirem manumitir-se. Essa fé na interferência do Estado em favor da liberdade parecia ser muito grande entre os que a pleiteavam. Na “ação de liberdade” movida por Clothildes podemos perceber essa crença, pois consta as seguintes palavras:

[...] pretende tentar os meios permitidos em direito para libertar-se, e como preliminar requer a V.S. que mande convidar o mesmo senhor da mencionada escrava para que venha a esta Villa declarar se concorda em conceder a liberdade por esse preço para no caso contrario proceder se como for de direito e justiça (CXA -22. APHRP)

Não há aqui a citação da Lei de 1871, como no caso de Ritta, mas percebe-se a certeza de que o Estado conferirá a liberdade, pois é notória a ideia de que será concedida com ou sem o consentimento do senhor, que se não concordar com a quantia oferecida terá o valor decidido pela justiça, como disposto em lei, e a liberdade será conferida. Entretanto, como vimos, nem sempre os senhores estavam dispostos a aceitar essa interferência, e relutaram enquanto puderam para que seu direito sobre suas propriedades prevalecesse.

Monti e Farias (2010) bem mostraram outros casos em que esta disputa evidenciava este “apego” a propriedade entre os senhores de Ribeirão Preto. No caso de Clothildes percebemos ainda mais que essa relutância estava presente por estas paragens.

Tendo sido intimado a comparecer em audiência, Sales Barreto não adotou a mesma postura de Antônio Rodrigues Paiva que consentiu na liberdade, ainda que condicional, de Ritta. A relutância daquele foi mais obstinada e menos flexível. Compareceu em juízo, o:

[...] senhor da escrava libertanda Clothildes, e por elle foi dito que não concorda com o requerido pela sua escrava, e especialmente não concorda com a quantia de quinhentos mil reis, que se acha depositada na Colectoria desta Villa, como peculio de sua escrava [para] manumitir-

se, nem mesmo concorda com qualquer outra quantia, para tal fim. (CXA-22. APHRP).

A declaração de Sales Barreto foi assinada por ele próprio com letra legível (cursiva e reveladora de certa habilidade e trato fino com a pena), o que indica certa escolarização do mesmo, posto que podemos comparar esta assinatura com outras, em documentos de mesmo foro, em que os donos de cativos assinam a rogo por não saberem ler e escrever.

O fato de saber ler e escrever sugere que tal senhor tivesse posição privilegiada naquele contexto. É de se supor, então, que teria acesso a informações em grande número, tanto em relação a arte, a “cultura geral”, como aquelas concernentes a dimensão jurídica. Era evidente em 1885 que tendo juntado pecúlio um escravizado, irremediavelmente para os senhores, conseguiria manumitir-se. A posição deste senhor em não concordar com tal libertação era um ato político por natureza e demonstra que os ventos abolicionistas não surtiram nele efeito, pois suas ações destoam das ações de um espírito a frente de seu tempo. Ficava evidente o descontentamento do senhor ante a ousadia da escravizada em sair de seu mando e o acionar judicialmente, tal como com a ação do Estado em interferir na sua propriedade. Caberia só a ele manumitir sua propriedade, e ao negar a liberdade de Clothildes ele tentava reafirmar seu poder ante a cativa e ante ao Estado. Também vemos em Sales Barreto uma disposição aquém de um espírito vanguardista.

Com a recusa deste senhor, nomeou-se “Antonio Bento Ferreira Lopes” como curador de Clothildes. Entretanto, não consta nestes autos que fim teve esta história. Possivelmente a postulante a liberdade a tenha conseguido, principalmente se considerarmos que em “mil oito centos e oitenta e sete, aos dezoito dias do mez de Abril” (CXA-24. APHRP), José Christiano Barreto tenha entrado com um pedido de tutela de dois “ingênuos [...] filhos da liberta Clotildes”. Embora o nome esteja grafado de forma distinta nos dois processos, é provável que se trate da mesma pessoa, contudo, para nossa tristeza e para desespero das boas almas que adoram finais felizes, não nos é possível dar certeza sobre a liberdade ou não de Clothildes.

Um final conhecido (não sabemos se feliz) tiveram os escravizados “Honorio, 66 anos, João, 67 anos; Clemente, 67 anos; José, 71 anos; Joaquim, 71 anos; Benedito; 66 anos; Julião; 66 anos e Geraldino de 71 anos de idade” (CXA-27. APHRP). Estes hoje são citados porque seu senhor também foi um dos que tentaram manter sua posição de mando e utilizar até o fim a força de trabalho dos cativos. Essa história passou a ser

conhecida no “Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e seis”, “aos 16 dias do mez de Junho” e consistia na citação do:

Doutor Luis Pereira Barreto, para que no prazo de quinze dias vir a esta Villa declarar livres e para levar na Collectoria deste Municipio aos seus Escravos Maiores de secenta e cinco annos de Idade [...] para cumprimento da Lei numero 3270 de 28 de Setembro de 1885 (CXA-27. APHRP).

Quase nove meses após a Lei 3270 de 28 de setembro de 1885, a conhecida Lei dos Sexagenários, os cativos de Luiz Pereira Barreto que se encontravam nessa faixa etária não haviam ainda sido libertados pelo seu senhor, tendo a Justiça de interferir em favor dos mesmos. Neste caso, porém, não houve uma relutância do senhor ante a autuação judicial, pois no dia “18 de Setembro 1886” - portanto quase um ano após a promulgação da lei - de uma de suas propriedades, em Cravinhos, Pereira Barreto escreveu uma procuração em nome do “Sr Antonio Simoes Palmeira” para que este apresentasse “em juízo os escravos sexagenarios, libertos na fórmula da lei de 28 de setembro de 1885”.

Outra coisa que chama a atenção é a quantidade de cativos que Luiz Pereira Barreto tinha com idade tão avançada. Mery Karasch, ao estudar “A vida dos escravos no Rio de Janeiro”, aponta que na “época [...] poucos escravos chegavam aos quarenta anos. Com efeito [...] poucos negros de ambos os sexos chegavam a uma idade avançada” (2000, p. 157). Dentre esses poucos que atingiam tal idade, Karasch aponta que eram em sua maioria mulheres que trabalhavam dentro das casas, não no eito. O trabalho nas plantações era mais desgastante e os sujeitos nele inseridos tinham expectativa de vida menor. Provavelmente estes oito escravizados citados que ultrapassaram os quarenta anos de idade (exceções, segundo Karasch) viviam no campo, posto que a ação em favor de sua liberdade não foi iniciada por eles com a ajuda de terceiros, tal como nos casos de Clothildes e Ritta, mas sim resultado da análise dos livros de matrícula por parte dos agentes do Estado.

É provável que tenham sido usados nos cafezais, já que a família Pereira Barreto, principalmente Luiz, veio de Resende-RJ para cultivar café em Ribeirão e região. Neste documento não temos como comprovar a ocupação destes sexagenários, mas os indícios levam a crer que estes fossem sim usados nas lavouras de café, ainda mais tendo em mente que os Pereira Barreto eram cafeicultores; que os “escravos domésticos” normalmente

eram em maioria do sexo feminino e estes sexagenários todos do sexo masculino; além de oito ser um número considerável de cativos para um plantel em uma cidade que, segundo Lages (1995), tinha pouco mais de 1500 cativos próximo ao momento da abolição.

É pouco provável que estes sexagenários fossem todos trabalhadores domésticos e que fossem os únicos cativos do plantel de Luiz Pereira Barreto. Essa ideia ganha mais força ainda se considerarmos os inventários levantados que foram feitos entre 1886 e 1888 (sendo um dos inventariados o irmão de Luiz, José Pereira Barreto), em que a grande maioria das descrições de cativos do sexo masculino inventariados constava a indicação “apto para a roça” (CXI-8. APHRP) ou “profissão: roça” (Idem).

Lages (2010) afirmou que as primeiras fazendas de café utilizaram a mão de obra escrava em seu impulso inicial. Os indícios deixados pelos inventários e por esta autuação de Luiz Pereira Barreto apontam que até os últimos suspiros da escravidão os cativos trabalharam nos cafezais da cidade. Possivelmente por uma questão de necessidade de mão de obra Pereira Barreto tenha se “esquecido” de cumprir a lei durante o período de um ano.

A resistência de Pereira Barreto em conceder a liberdade destes sexagenários não residiu na luta contra a ação judicial movida, mas sim no fato de fazer vista grossa e não cumprir prontamente o que impunha a lei. É uma estratégia distinta da adotada por Sales Barreto, por exemplo, que resolveu se opor às aspirações de Clothildes e bater de frente com o disposto em lei. Pereira Barreto preferiu adotar o “esquecimento” para manter seus cativos sob sua tutela por mais tempo, ou, aludindo ao título da obra de Wlamyra Albuquerque (2009), preferiu “o jogo da dissimulação”, protelando o quanto pode para libertá-los, tendo feito tão somente mediante citação judicial.

Por fim, caro e paciente leitor, trazemos ao palco o caso mais ilustre e mais irônico, pois uma história (pasmе!) de amor, cujos personagens são Vicente e Amélia, permitiu que tomássemos conhecimento de parte das contradições da libertação ribeirão-pretana.

No “Anno de [...] mil oito centos oitenta e sete, aos trinta e um de Dezembro nesta Villa de Ribeirão Preto” (CXA-24. APHRP), Vicente enviara uma petição ao “Sr Doutor Juiz de Municipal de Orphãos” postulando uma licença para se casar com “D. Amélia que conta a idade de 19 annos”. Nada haveria de extraordinário neste tipo de pedido, comum naqueles tempos. Este, entretanto, ganha relevo à medida que foi um desdobramento de uma história conturbada, que, ao ser acompanhada de perto, revela-nos parte das

estratégias dos personagens inseridos no contexto estudado neste artigo, isso porque Amélia era nada menos que “filha do Dr Rodrigo Per^a Barreto, d'esta Villa”, o mesmo propositor da criação do “Livro da Redenção” (LACMRP)³.

O que motivara o pedido judicial feito por Vicente Baptista? Apresentamos três causas, sendo uma delas passível de ser questionada pelos pares historiadores. O amor entre os dois é o primeiro deles - o que provavelmente será questionado; o segundo diz respeito à “reluctancia da parte do pai da mesma, quando o supplicante não se julga de modo algum inferior para esse consorcio como é notório” (CXA-24. APHRP); e por fim, essa ação é uma resposta a um processo crime movido por Rodrigo Pereira Barreto contra o postulante a genro. Eis o teor da acusação feita por Rodrigo Pereira Barreto em “mil oito centos oitenta e sete, a os vinte e seis de Dezembro” (CXA-25. APHRP):

O querellado Vicente Baptista, em a noite de 18 do corrente, às 7 horas mais ou menos, sabendo que o Supplicante estava em sua fazenda denominada “El Dourado”, [...] de si para si entendeu que axada era a ocasião para acometter violentamente contra um membro de sua família, violencia que devia consistir no rapto de uma sua filha, tendo felismente falhado tão odiosa tentativa por motivos inteiramente independentes da vontade do querellado. [...] o querellado, acompanhado de capangas e carro, dirigiu-se para a residência do Supplicante [...] Ali chegado, tentou escalar a quarta janella que da para o jardim, [...] com o intuito manifesto de penetrar no aposento destinado aos “creados” [sic] e poder com mais segurança realizar seus audaciosos planos, o que não levou a efeito em virtude de estar o quarto nessa hora ocupado pela creada Maria Izabel e a menor Thereza [...] A audacia do querellado não para nesse ponto: depôis de saber que sua desarasoada pretensão estava descoberta continuou ainda a forçar as portas e janellas [...] Ora, como por este procedimento é claro que o querellado practicou o crime de tentativa de rapto [...] vem por isso mesmo o Queixoso dar a presente queixa, a fim de ser o querellado punido com o máximo das penas [...] (CXA-25. APHRP).

Vicente Baptista, segundo a acusação, teria tentado raptar Amélia de dentro de sua casa, tendo, inclusive, arregimentado “capangas e carro” para levar a cabo sua “desarrazoada pretensão”. Mas o que teria motivado tal tentativa? Sendo Baptista um

³ Vale trazer algumas informações sobre Rodrigo Pereira Barreto. Este era irmão dos citados Luiz e José e compunham uma família vinda de Resende-RJ que há muito se dedicava à cafeicultura. Embora não estivessem na cidade desde sua fundação oficial, os Pereira Barreto tiveram sensível ascensão política, tanto que Rodrigo em menos de dez anos estabelecido em Ribeirão Preto já ocupava lugar na Câmara Municipal e fora escolhido para hospedar Dom Pedro II quando este esteve em visita por Ribeirão. Informações mais específicas sobre Rodrigo Pereira Barreto podem ser encontradas na biografia do mesmo feita pela historiadora Anissa Verônica Santos Felippini, constante nas referências.

“Engenr^o Civil [...] cidadão brasileiro com casa de negocio commercial n'esta Villa, onde tem demonstrado bom comportamento civil e moral” (CXA-24. APHRP), é improvável que tenha sofrido um acesso de loucura e tentado raptar a filha de um dos homens mais influentes na cidade. Certamente Vicente e Amélia se conheciam de tempos antes destas ações judiciais, e provavelmente tivessem se apaixonado, o que motivou o rapaz a pedir a mão da moça para seu pai Rodrigo. Qual seria, pois, o motivo da recusa do pedido feito por Baptista, sendo este um engenheiro cultivado e talhado pelos estudos e pela ciência? A contradição da modernidade segundo a visão de Berman (2007) pode ser percebida neste embate: de um lado temos um profissional liberal, homem forjado nas ciências que resolve lutar com todas as forças para suplantar as barreiras sociais; do outro lado temos o não menos culto Rodrigo, advogado de formação, mas oriundo de uma família tradicional de cafeicultores e que não via com bons olhos que sua filha se cassasse com alguém que, embora engenheiro, não fosse também de uma família tradicional.

Eis agora duas decepções: a primeira para o leitor afeito aos romances, a segunda para a o Diário da Manhã, para a Revide e para os que apregoam o pioneirismo da cidade de Ribeirão Preto no tocante ao fim da escravidão.

Como não era o escopo deste trabalho contar histórias de amor, somos obrigados a dizer que nos documentos levantados como fontes para nossa pesquisa não consta o destino de Amélia e Vicente, quer dizer, se eles se casaram ou não. Para amenizar a decepção, caso sirva, adiantamos que o Juiz não condenou Vicente Baptista pelo crime apresentado no processo. Contudo, nesta suposta história de amor tem algo que nos interessa mais.

Rodrigo Pereira Barreto, no seu intento de provar a atitude “desarazoadá” de Vicente Baptista, arrolou testemunhas para depor no processo. Eis a lista:

- 1^a - Maria Izabel
- 2^a - Anna (liberta)
- 3^a - João Perdigotto
- 4^a - Capitão Frederico Gomes Jardim
- 5^a - Manoel Fernandes
- Thereza (menor) informante
- Maria (liberta condicional) e
- Clímaco (liberto condicional) informante (CXA-25. APHRP)

É certo que aos olhos dos atentos leitores não passou despercebido que essa contenda entre Rodrigo Pereira Barreto e Vicente Baptista se passou em dezembro de 1887, portanto quatro meses após a aprovação da lei que deveria por fim a escravidão em Ribeirão Preto. Também o leitor não deixou de notar que dentre os informantes arrolados para depor constam escravizados, ainda que libertos condicionalmente. Isso por si só derruba a tese de que com a aprovação da lei em 03 de Agosto a cidade passou a fazer parte da vanguarda abolicionista, pondo fim completamente ao cativo.

Em nossa pesquisa encontramos outros casos de senhores que possuíam escravizados após a lei de Rodrigo Pereira Barreto, mas não faz diferença trazê-los à discussão neste momento. Por hora nos ateremos tão somente a ironia deste último processo.

É possível que uma alma mais indulgente e perspicaz entenda que, não tendo a lei municipal condições de suplantar a Imperial, não teria o Livro da Redenção condições coercitivas de impor o fim do cativo na cidade, e que por isso mesmo um ou outro senhor menos progressista não o tivesse assinado, o que não macularia o espírito pioneiro da cidade como um todo. Poderia também ver que Rodrigo Pereira Barreto, bastião e patrocinador maior da libertação em Ribeirão, somente contou com esses escravizados como informantes por mero acaso e em decorrência de um crime grave que quase vitimou sua família. Ocorre que quando nos debruçamos sobre as informações contidas no processo acerca dos arrolados, o que percebemos é bem o contrário:

1ª Informante

Thereza, de nove annos mais ou menos, filha de Eva, escrava do queixoso [...].

2ª Testª Informante

Clímaco, vinte e nove annos de idade, natural da capitania do Espírito Santo e morador nesta Villa em casa de Doutor Rodrigo Barretto de quem é escravo liberto condicionalmente [...].

3ª Testª Informante

Maria, trinta e oito annos, solteira, natural da Província de Minas, moradora nesta Villa em casa do Doutor Rodrigo Barretto de quem é escrava liberta condicionalmente [...] (CXA-25. APHRP).

Clímaco e Maria não eram libertos condicionais que acidentalmente presenciaram a suposta tentativa de rapto, ambos eram, ainda em dezembro de 1887, pertencentes ao próprio autor da lei que deveria tê-los libertado meses antes, e residiam, inclusive, em sua

casa. E ainda que ambos tenham sido manumitidos condicionalmente, em virtude da Lei, devemos lembrar que além de tal argumentação não encontrar respaldo em nenhuma fonte (não consta ação de liberdade no nome destes cativos no período próximo), consta na lista acima a descrição da informante Thereza, cuja mãe era Eva e que se mantinha na condição de escrava de Rodrigo, e não de escrava condicional.

Considerações finais

Após acompanhar toda essa enfadonha discussão e apreciação de casos, caro leitor, algumas considerações podem ser feitas.

A primeira refere-se ao fato de que o próprio proponente da lei que deveria libertar os escravizados em Ribeirão Preto manteve seus cativos mesmo após a aprovação da proposta abolicionista local, o que desmistifica a afirmação de que a cidade teria acabado com o cativo antes mesmo da Lei Áurea, tal como afirmou o jornal Diário da Manhã.

Consequentemente a isso, a segunda consideração a ser feita é a de que a mentalidade escravista que age ao arrepio das leis e que foi evidenciada com os resgates a trabalhadores em regime de escravidão em Ribeirão Preto em pleno século XXI não foi uma exceção à regra. Esses casos noticiados pela Revide devem ser analisados tendo em conta um processo histórico mais longo, buscando suas relações com o passado da própria cidade. Ao procurarmos o espírito pioneiro nos habitantes da urbe próximos as abolições o que se percebeu com as ações dos irmãos Luiz e Rodrigo Pereira Barreto, com as de Sales Barreto e de Rodrigues de Paiva foi que, cada um a sua maneira, criou estratégias para burlar as leis que almejavam por fim ao cativo, tendo no caso icônico de Rodrigo seu ápice, posto que este não respeitou nem sequer a lei proposta por ele mesmo.

Desta forma, paciente leitor, o olhar mais próximo aos personagens inseridos no universo escravista em Ribeirão Preto nos permite considerar que a imagem do espírito pioneiro dos ribeirões-pretanos propalado pelos periódicos pode ser revista.

Referências

ALBUQUERQUE, W. R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHARTIER, R. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS: 2002.
- CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Vol III. Ribeirão Preto: IMAG, 1987.
- COSTA, E. V. da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- ___ *Da senzala à colônia* (3ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense. 1989.
- DAVID JUNIOR, O. A população escrava de Ribeirão Preto de 1870 a 1888. In_ *Dialogus*. Ribeirão Preto, v.1, n.2, 2006.
- FELIPPINI, A. V. S. *O ímpeto abolicionista na Vila de Ribeirão Preto: Rodrigo Pereira Barretto (1835-1910)*. (Monografia) Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2017.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ___ *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- KARASCH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LAGES, J. A. Escravidão no Oeste Paulista – continuidade e resistência: um estudo sobre a última década do trabalho escravo em Ribeirão Preto e São Simão. In_ *Estudos de História*. Franca, 2 (1). 85-102. 1995.
- ___ *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro - povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. São Paulo: Nelpa, 2010.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 4 ed. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.
- MARQUESE, R.; SALLES, R. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MELLO, R. C. de. *Um “Coronel de saias” no interior paulista: a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. (Dissertação de Mestrado) Franca: UNESP, 2009.

MONTI, C. G.; FARIA, A. C. S. Ação e resistências dos escravos em Ribeirão Preto (1850 a 1888). In: *Dialogus*. Ribeirão Preto, vol.6, n.1, 2010.

PAULA F. N. de. *Violência na Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto (1974-1888)*: livres e escravos nas barras da justiça. Dissertação (Dissertação de Mestrado) - Franca: UNESP, 2009.

PERINELI NETO, H.; PAZIANI, R. R.; MELLO, R. C. de. *No tempo das cidades: História, Cultura e Modernidade em Ribeirão Preto -SP (1883-1929)*. Jundiaí: Paco Editora, 2014.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Contexto, vol. 15, nº29 –São Paulo: Contexto, 1995.

PAZIANI, R. R. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República, In_ *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 19, 2005, pp. 175-200.

SOARES; A. G. Esperança e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. In_ *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.26, nº52, p.115-140 – 2006.

Fontes

Diário da Manhã, 07 de Junho de 1979. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Inventários. Inventário de José Pereira Barreto. CXI-8, 1887. APHRP.

Livro Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto nº 04, p. 25-26, 03 de Agosto de 1887.

Revide, disponível em: <https://www.revide.com.br/noticias/cidades/em-pleno-seculoxxi-regiao-tem-operacoes-de-resgate-de-trabalho-escravo/> acessado em: 06/11/2018

Processos antigos. Ação de Liberdade, Clothildes, CXA-22, 1885. APHRP.

Processos antigos. Ação de Liberdade, Ritta, CXA-24, 1886. APHRP.

Processos antigos. Autos Cíveis Precatório, Luiz Pereira Barreto, CXA-27, 1886. APHRP.

Processos antigos. Licença para casamento, Vicente Baptista, CXA-24, 1887. APHRP.

Processos antigos. Sumário de Crime, Rodrigo Pereira Barreto, CXA-25, 1887. APHRP.

Processos antigos. Tutela, José Christiano Barreto, CXA-24, 1887. APHRP.

**“POIS QUE A CADEIA HAVIA SIDO FEITA PARA OS HOMENS”: EXPERIÊNCIAS
NEGRAS NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL**

"BECAUSE THE CHAIN WAS MADE FOR MEN": BLACK EXPERIMENTS ON THE NORTH
COAST OF RIO GRANDE DO SUL

Paulo Roberto Staudt Moreira¹

Resumo

Por muito tempo a presença escravizada no Brasil Meridional foi invisibilizada, justificada seja pela hegemonia das atividades econômicas pecuaristas (cujo modo de produção exigiria autonomia laboral, o que não se coadunava com as simplistas visões sobre a escravidão que então vigiam), seja por nossa posição fronteiriça. Hoje sabemos que o Rio Grande do Sul, desde o início da efetiva colonização, sempre esteve inserido na sociedade escravista colonial e, posteriormente, imperial, com abundante presença de cativos. Almejamos neste artigo apresentar informações sobre as vivências dos cativos e a sociedade escravista constituída no litoral norte do Rio Grande do Sul, usando como fontes primárias principais processos criminais e inventários post-mortem. Nosso marco cronológico será o século XIX, principalmente a segunda metade.

Palavras-chaves: Escravidão. Alforrias. Racismo.

Abstract

For a long time, the enslaved presence in southern Brazil was invisibilized, justified by the hegemony of cattle-raising economic activities (whose production mode competes with labor liberty, which is not in line with the simplistic visions of slavery they now watch), or by our frontier position. Today, Rio Grande do Sul, since the beginning of colonization, has always been inserted in colonial and later imperial society, with an abundant presence of goods. Primary sources of resources and mathematical societies do not dominate the northern coast of Rio Grande do Sul, using primary resources and criminals and post-mortem inventories. The same will be the XIX, especially the second half.

Keywords: Slavery. Manumission. Racism.

Por muito tempo se invisibilizou a presença escravizada no Brasil Meridional, sendo justificada pela hegemonia das atividades econômicas pecuaristas (cujo modo de produção exigiria autonomia laboral, o que não se coadunava com as simplistas visões sobre a escravidão que então vigiam), seja por nossa posição fronteiriça. Hoje sabemos que o Rio Grande do Sul desde sempre esteve inserido na sociedade escravista colonial e, posteriormente, imperial, com abundante presença demográfica negra (livre, forra e escravizada). Almejamos neste artigo apresentar algumas informações sobre as vivências dos cativos no litoral norte do Rio Grande do Sul, usando como fontes primárias principais

¹ Professor do PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: moreirast@terra.com.br

documentos judiciais, inventários post-mortem e correspondências trocadas entre autoridades públicas. Nosso marco cronológico será o século XIX, principalmente a segunda metade.

Contrabando de africanos escravizados (1862)

Entre os meses de setembro e outubro de 1862 correram rumores sobre um efetivo ou pretendido novo desembarque de africanos no litoral norte do Rio Grande do Sul. O quase bem sucedido desembarque de 1852, no Capão dos Negros, voltara à tona no ano anterior (1861), quando o africano Manoel Congo ou de Paula, parte da *carga* do navio que encalhou em Capão da Canoa e que foi vendido nos matos de Maquiné, se apresentou às autoridades de São Leopoldo e foi enviado para a capital da Província. Manoel passou a ser considerado um *africano livre* e, junto com outros *malungos*², foi empregado nos serviços da botica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. O assunto foi debatido na Assembleia Provincial e um processo judicial foi montado, tentando culpabilizar o responsável, não pelo tráfico transatlântico clandestino, mas pela permanência do africano como ilegalmente escravizado (OLIVEIRA, 2006: p. 123; MOREIRA, 2000 e 2007; BARCELLOS e outros, 2004).³

Assim, não é a toa que os boatos relativos a uma nova ousadia dos traficantes tenham suscitado reações rápidas das autoridades provinciais e imperiais, desconfiadas do envolvimento e cumplicidade dos fazendeiros e criadores que ocupavam os cargos policiais litorâneos.

Tudo parece ter começado com um alerta feito pelo Delegado de Polícia suplente de Conceição do Arroio, Tibúrcio Domingues de Oliveira Brás, sobre o aparecimento de um navio em frente a Fazenda Porteiros, de propriedade do Capitão Felisbino Rodrigues Saraiva. Isso teria se passado numa quinta-feira, 18 de setembro de 1862, e logo as notícias chegaram ao Major e Delegado de Polícia João Antônio Marques. Paralelamente as notícias do aparecimento desse navio, começaram a circular burburinhos de que alguns indivíduos

² Malungo é palavra quimbundo que significa *camarada, parente, irmão*, indivíduos cujos laços foram gerados por compartilharem a diáspora africana provocada pelo tráfico transatlântico. Identidade cimentada por experimentarem juntos a travessia da *calunga grande*, pelo infortúnio e desenraizamento compartilhados, pela necessidade de renascimento individual e coletivo, afetivo e familiar (SWEET, 2007, p. 51). Ver, também: LOPES, 2005, p. 412.

³Sobre tráfico internacional e o seu término, ver: MAMIGONIAN, 2017; RODRIGUES, 2010 e 2000. Sobre especificamente o tráfico transatlântico e interprovincial para o Rio Grande do Sul, ver: BERUTE, 2006.

desconhecidos foram vistos vagando pelo município, o que fazia suspeitar de um desembarque clandestino de algum tipo.⁴

Aparentemente, o Major Marquês não fez muita questão do ocorrido e relatado pelo Delegado Suplente Brás e, sem que fosse observar pessoalmente o local do suposto desembarque, tratou logo de informar o Chefe de Polícia provincial de que nada havia ocorrido de anormal, apenas correrias de salteadores, provavelmente envolvidos no habitual crime de abigeato.

O envolvimento das autoridades e fazendeiros locais no desembarque de 1852 fez o Chefe de Polícia João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato desconfiar do que relatava o Delegado Marques. Aliás, o Major João Antônio Marques foi indicado como um dos promotores do desembarque clandestino do Capão dos Negros, tendo ficado com pelo menos três daqueles africanos ilegalmente escravizados. Quando em 1854 ou 1855 a polícia quis apreender estes africanos, mantidos ilegalmente em cativeiro, eles foram escondidos no porão da sede da fazenda do Morro Alto, pertencente a família Marques (BARCELLOS, 2004; MOREIRA, 2005).⁵

Sayão Lobato fez o Presidente da Província, o desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha,⁶ ciente das suas suspeitas, o qual autorizou que um destacamento policial fosse deslocado para o litoral norte, liderado pelo alferes José Joaquim Pimentel, para “descobrimto da verdade, apreensão dos africanos e prisão dos culpados”. Paralelo a isso, o Presidente da Província remeteu ofício reservado ao Juiz de Direito de Santo Antônio da Patrulha, Francisco de Souza Cirne e Lima, pedindo que acompanhasse as investigações.

⁴ ANRJ - Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1584 – Caixa 6637, Dep. 211. Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1862. Ofício nº 203, de 29.10.1862. Do: Presidente da Província Francisco de Assis Pereira Rocha. Para: Conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Ministro e Secretário de estado dos Negócios da Justiça.

⁵ Interessante destacar o forte caráter de *ilegalidade* que possuía boa parte da escravidão imperial, principalmente pela proibição do tráfico internacional de escravizados, desde 1831, e de desembarques clandestinos como este de 1852 (ver: CHALHOUB, 2012). LIMA (2005) e CHALHOUB (2012) destacam como havia, também, uma *precariedade estrutural da liberdade* no Brasil escravista, que tornava o risco da escravidão ilegal e da reescravização constante. Sobre o desembarque de 1852 e a permanência do mesmo nas memórias de famílias negras litorâneas, ver: WEIMER (2008 e 2015).

⁶ O desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha permaneceu na presidência da província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 16 de janeiro a 18 de dezembro de 1862 (AHRS - Relatório com que o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Vice-Presidente o Comendador Patrício Correa da Câmara no dia 18 de Dezembro de 1862. Porto Alegre, Tipografia do Mercantil de Francisco Xavier da Cunha, Rua da Alfândega, n.º 73, 1863).

No dia 9 de outubro de 1862 a escolta policial chegou ao litoral e, na companhia do Delegado Marques, dirigiram-se para a praia, iniciando as indagações. Vinte dias depois, o Juiz de Direito Cirne Lima informava o Presidente da Província que do que fora coligido, sabia-se que na tarde do dia 18 de setembro:

[...] apareceu em alguma distância da costa, na Cidreira, defronte da casa do Capitão Felisbino Rodrigues Saraiva, um navio de tamanho regular, com alguns panos abertos; o Capitão Felisbino, excitado pela curiosidade, dirigiu-se a praia, onde esteve por algum tempo e observou o navio, supondo-o em calma, porque diz ele que se o navio andava era muito pouco, e depois de algum tempo retirou-se para casa, e no dia seguinte pela manhã, indo ele a costa, não viu o navio em parte nenhuma do mar. Entretanto espalharam-se muitas cousas, dizendo-se que o navio tinha estado fundeado, que tinha dado tiros, e que até haviam distinguido os marinheiros a bordo. O Delegado pesquisou bem e nenhum vestígio encontrou, nem notícia há de desembarque nas praias deste termo, nem ao menos de tentativa. V. Exa. bem compreende que, conquanto pela gravidade do delito hoje no Brasil os contrabandistas procurem empregar a maior cautela, é inegável que semelhante negócio quase sempre é descoberto, mais tarde ou mais cedo. Apesar de tudo isto, todas as autoridades continuam em atividade por cautela.

Complementando o que era relatado pelo Juiz, o Chefe de Polícia noticiava que o Alferes Pimentel procedera “miúdas e escrupulosas pesquisas” e nada encontrou, acrescentando:

[...] que a costa naquele lugar é tão esparcelada, que não permite a aproximação de navios, sendo impossível qualquer desembarque, pela grande rebentação que continuamente se dá sobre os esparceis. E quanto ao fato de terem vagado pelas matas daquela Costa homens desconhecidos, que se diziam terem ali estado emboscados na ocasião do aparecimento do navio, [...] parecendo-me que também neste ponto houve muita exageração na participação feita pelo sobredito Delegado Suplente [...] pois, segundo as informações do Alferes Pimentel, apenas na citada ocasião se encontrou morta uma res, da qual tinham tirado dois assados.

Suspiravam aliviadas as autoridades provinciais e imperiais, crentes de que a embarcação surgida na frente da Fazenda Porteirias, na praia da Cidreira, nada tinha de equivoco, não passando de um navio a vela surpreendido pela calma. As dificuldades ecológicas do *esparcelado* litoral gaúcho, por si só, dificultariam tentativas de desembarque clandestino, o que de certa forma se comprova por ter o navio tumbeiro em 1852 encalhado nas areias de Capão da Canoa (ou dos Negros) e sido *desamparado* pelo seu capitão.

Cinco personagens tomaram a cena neste caso de, aparente, falso desembarque de africanos escravizados ocorrido em 1862: o Alferes José Joaquim Pimentel, o Delegado de Polícia suplente Tibúrcio Domingues de Oliveira Brás, o Capitão Felisbino Rodrigues Saraiva, o Major e Delegado de Polícia da Conceição do Arroio João Antônio Marques e o Juiz de Direito da Comarca de Santo Antônio da Patrulha. Vamos nos deter um pouco em cada um deles, dando alguns detalhes biográficos.⁷

Começemos pelo indivíduo que não pertencia às redes sócio-familiares litorâneas: o alferes Pimentel. Pimentel faleceu em Porto Alegre, aos 11 dias do mês de maio de 1892, e através de seu testamento sabemos que ele era então Capitão reformado do Corpo Policial provincial⁸. Era natural desta província e filho dos já falecidos José Joaquim Pimentel e Ana Ledovina Pimentel, casado com Francisca Pedroso Pimentel (filha dos finados Antônio José Pedroso e Maria Francisca Ferreira da Silva, natural desta província), sem filhos. O monte-mor deste funcionário público provincial aposentado, a soma dos bens que possuía e que foram avaliados em seu inventário, era de 2:217\$000 réis, representando um modesto patrimônio composto de uma casa de porta e duas janelas na rua Duque de Caxias nº 180 (dois contos de réis) e ações do Banco da Província (217\$ réis).⁹

Os três outros personagens daqueles anos oitocentos – Brás, Saraiva e Marques -, são mais fáceis de identificar, pois podem ser encontrados facilmente nos documentos públicos pesquisados, o que apenas demonstra como eram importantes nas tramas políticas, sociais e familiares litorâneas. Todos, por exemplo, estiveram envolvidos juntos em um conjunto de processos que tramitaram pela comarca de Santo Antônio da Patrulha, treze anos após as suspeitas de *contrabando de africanos*.

Em 9 de novembro de 1874, o Capitão Tibúrcio Domingues de Oliveira Brás, residente no distrito do Palmar, solicitou medição e demarcação de uns banhados que ocupava há anos. Sendo notificados os *heréus* confinantes (os proprietários vizinhos), foi no dia 9 de novembro do mesmo ano realizada a audiência, com a presença do Juiz

⁷ Sobre a importância dada atualmente pela história social ao uso de biografias/trajetórias, ver: LEVI (1998, 2000); LORIGA (1998) e REIS (2010, 2008), SCOTT; HÉBRARD (2014).

⁸ Sobre redes sociais, ver: MOUTOUKIAS (1995 e 2000); IMÍZCOZ (2001 e 2004).

⁹ APERS – Cartório Cível de Porto Alegre, auto 763. Inventariado: José Joaquim Pimentel; Inventariante: Francisca Pedroso Pimentel, 1892.

Comissário.¹⁰ Neste momento, compareceu o Capitão Felisbino Rodrigues Saraiva, que “rompeu com impropérios, insultos e ao final injuriou” Oliveira Brás, “taxando-o de ladrão, que foi claro e distintamente ouvido pelas testemunhas”. O Capitão Brás, então, fez queixa na justiça contra o Capitão Saraiva. Na qualificação do réu no tribunal temos os seus dados pessoais. Disse chamar-se Felisbino Rodrigues Saraiva, natural da Conceição do Estreito, residente no distrito de Palmares, Cidreira, há 46 (ou 50) anos (dependendo do depoimento que deu), criador, filho de Joaquim Rodrigues Saraiva, 60 e tantos anos de idade, casado, sabia ler e escrever.

Se os dados do site da prefeitura de Pinhal estão certos¹¹, este Capitão Joaquim Rodrigues Saraiva era herdeiro do tropeiro Luiz Francisco Saraiva, que arrematou em praça pública a Estância das Cidreiras. Ouvido em júízo, o Capitão Saraiva confirmou as ofensas proferidas e passou a acusar Tibúrcio de ser um inveterado ladrão de gado:

O queixoso [Brás] conserva grande número de criações em cima dos campos do acusado, cuja criação é bastante prejudicial ao acusado e seus cunhados, abusando o queixoso da bondade e prudência do acusado, entrara com seus escravos sem o menor consentimento nos campos de sua propriedade fazendo repontes¹² e recrutas¹³, a ponto do acusado requerer pelos meios judiciais que o queixoso levantasse suas criações, como de fato assim aconteceu. E logo aconteceu que o queixoso foi processado e pronunciado por crime de furto de terneiros nos campos da Cidreira, campos estes da propriedade do acusado, daí é que provém a rixa e intriga do queixoso.¹⁴

O Capitão Tibúrcio apresentou cinco testemunhas para confirmar as injúrias que sofreu e entre eles temos o Major João Antônio Marques, que naquele ano de 1875 tinha 50 anos, era lavrador e criador, solteiro, natural e morador daquele termo.

Saraiva, então, consegue que sejam anexados ao processo que sofre, partes de um auto de 1865, em que as coisas se invertem. Naquele ano, Tibúrcio Domingues de Oliveira

¹⁰APERS - Sumário Crime – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, município de Osório, processos judiciais nºs 542 e 543, Injúrias, Réu: Felisbino Rodrigues Saraiva; Ofendido: Tibúrcio Domingues de Oliveira.

¹¹ <http://www.balneariopinhal.rs.gov.br> – acessado em 16.10.2010.

¹² Reponte: “Tocar o gado por diante em certa direção” (BOSSLE, 2003, p.443).

¹³ Recruta: “Ato de camperiar gado extraviado, que passou para o campo vizinho, ou saiu à toa, sem destino; volteada” (BOSSLE, 2003, p. 437).

¹⁴ Em seu interrogatório, o Capitão Saraiva ainda afirmou: “que entre os criadores usam cortar as tetas das vacas que já são velhas para engordarem e desfrutarem, ao passo que o autor levou terneiras para invernar fora de seus campos, as quais sendo trazidas da invernada apareceram com a marca do queixoso no centro da fazenda deste respondente, e que lhe fez prevenir que foram levantadas de sua fazenda até desmamarem, e mesmo porque ainda no ano passado apareceram em um rodeio da dita fazenda cinco terneiras com a marca do queixoso, dando-se a coincidência que seus irmãos, cunhados e sobrinhos, que todos tem bastante gado, nunca marcaram sequer um terneiro por engano, dando-se esta fatalidade”.

Brás é que foi citado como réu, por roubo de gado. Tinha 44 anos, solteiro, criador, filho do tenente Brás Domingues da Silveira, natural do distrito de Palmares, sabia ler e escrever.¹⁵ Nestes documentos judiciários se evidencia um conflito entre duas fortes *parcialidades* locais – os *Brazes* e os *Saraivas*. Testemunhas confirmam que os Brazes “param rodeio nos campos da Cidreira” e que estes campos eram pertencentes aos Saraivas, o que fez o juiz comprovar que os *Brazes* foram aos Campos da Cidreira, de propriedade dos Saraivas, e pararam rodeio em campos alheios e depois separaram guaxos¹⁶ e os marcaram com sua marca.

Os atritos entre ambas parcialidades pode ter sido o motivo do alerta aparentemente tão eficaz do Delegado de Polícia suplente de Conceição do Arroio Tiburcio Domingues de Oliveira Brás sobre o surgimento de um navio na frente da Fazenda Porteiras, de propriedade do Capitão Felisbino Rodrigues Saraiva e da insinuação de que se tratava de um desembarque clandestino de escravizados. A denúncia do Delegado Brás, em setembro de 1862, ocorreu três meses depois que um dos Saraivas (Manoel Ferreira), solicitou ao Juiz Comissário da Comarca de Santo Antônio da Patrulha a verificação de sua posse de uns campos na Cidreira, para que pudesse obter título legal. Manoel Ferreira Saraiva dizia ser domiciliado no distrito da Conceição do Arroio, criador de gado vacum e cavalari, e que há mais de 30 anos ele e seus antepassados se esforçaram para transformar um *grande banhado devoluto* que existia nos fundos de seus campos “em campos aproveitáveis, ao menos na estação quente, para este fim tem empregado todo seus esforços e trabalho, conseguindo no último resultado que seus gados se conservem e pastem no dito banhado quando não esta inundado”¹⁷. Quiçá a denúncia de desembarque

¹⁵APERS - Sumário Crime, Comarca de Santo Antônio da Patrulha, município de Osório, processo nº 426, 1865.

¹⁶ Guaxo: animal criado sem mãe ou sem leite materno (BOSSLE, 2003, p. 279).

¹⁷ “Diz Manoel Ferreira Saraiva, morador no distrito de Palmares, termo de Nossa senhora da Conceição do Arroio, no lugar denominado Cidreira, que ele possui uma posse de campos que em outros tempos foram banhados, como mostra pelo documento junto, na proximidade dos Campos de sua residência, onde conserva grande número de criações, que pastam efetivamente no dito campo, de cuja posse são seus vizinhos Dona Maria Serafina Saraiva, e José Ferreira Saraiva, Manoel José de Souza, e Rufino José Inácio, e querendo o suplicante proceder a respectiva medição para obter título legal, requer a V. Sa. Que verificada a circunstância de sua posse, se digne marcar dia em que deve ter começo a dita medição, fazendo público por editais, com antecedência regular, sendo citados os mesmos confrontantes”. Foi então anotado na margem do documento: “Como requer, e para verificar a cultura, morada habitual, marco o dia 23 do corrente e nomeio para peritos a Francisco de Chagas Lima e João Francisco da Silveira, que prestarão juramento. Distrito de Palmares, 21 de Junho de 1862. [assinado] Pereira de Souza”. APERS - Processo judicial / medição, Município: Osório, Classificação: Comarca de Santo Antônio da Patrulha 1858/1879, Processo: 189,

clandestino não tenha sido acionada pelos *Brás* como uma forma de indispor os *Saraivas* com as autoridades imperiais, e assim tentar obstaculizar as demarcações de terras pretendidas. Pretensos ou falsos desembarques de africanos escravizados, posteriores as leis anti-tráfico de 1831 e 1850, tomam parte nessas lutas micropolíticas de parcialidades locais, que percebiam as tentativas do poder imperial de estabelecer-se com mais força e legitimidade na segunda metade do oitocentos.

Da Costa da África para Cidreira (1885)¹⁸

Alguns documentos são importantes para que se perceba que os números que as estatísticas dão como sendo o de escravizados existentes em determinado local e período, nunca são exatos. Abundam casos de indivíduos situados liminarmente entre cativeiro e liberdade, como este caso abaixo, ocorrido três anos antes da Lei Áurea, nos ajuda a entender.

Em 1885 foi instaurado um processo criminal para que fosse apurado o autor de um crime de furto de gado no Rincão das Cobras, 1º distrito de Osório, na Fazenda do Arroio. Duas reses foram carneadas nos campos de pastagem e criação de Joaquim de Azevedo e Souza, uma da propriedade de Souza e outra de dono desconhecido.¹⁹

Um sucinto inquérito policial promovido pelo Alferes e Delegado de Polícia Antônio Silveira de Souza, apontou como suspeito um morador antigo do litoral norte, embora não

Requerente: Manoel Ferreira Saraiva, Requerido: Rufino José Inácio, Nome da propriedade: Banhado da Cidreira, Autuação 23.06.1862. Ver também os processos 190 e 196.

¹⁸ APERS – Cartório Civil e Crime, Caixa 279 (1883/1885), processo crime nº 583, Autor: Justiça, Réu: João, ex-escravizado de D. Jerônima de Tal (viúva do Vicente Nunes da Silva Marques).

¹⁹ Joaquim de Azevedo e Souza era casado com Ana Osório Marques de Azevedo e quando foi feito o seu inventário post mortem, em 1889, tinha seis filhos menores: Antônio, de 6 anos, Manoel, 5 anos, Francisca, 3 anos, José, 2 anos, Joaquim 1 ano e Tarquinio. Entre os bens arrolados encontramos: um sítio no campo de dentro da fazenda do Arroio (240\$296 réis), um sítio no campo de fora na dita fazenda (500\$ réis), um quinhão de terras de campos no pontal da Fazenda do Arroio (250\$ réis) e um quinhão de terras de matos nas cabeceiras do Rio Tramandaí, no distrito de Maquiné (160\$ réis). Joaquim era filho de um homônimo e Francisca Cândida de Anunciação. No inventário que se processou em 1837, consta que o pai de Joaquim então tinha 7 filhos menores (Mônica Cândida de Azevedo, de 11 anos, Antônio de Azevedo e Souza, 10, Joaquim de Azevedo e Souza, 9, Francisca Joaquina de Azevedo, 8, Maria Mônica de Azevedo, Joaquim Francisco de Azevedo, 6, Ana Ferreira de Azevedo, 4). Seu pai era Sargento Mor do extinto Regimento de Cavalaria de 2ª Linha nº 20, Cavaleiro do Hábito de Cristo, natural da Freguesia de Conceição do Arroio, onde foi batizado, filho legítimo de Antônio de Azevedo e Souza e Maria (ou Mônica) Pereira de Souza, já falecidos na época, irmão das irmandades de São Miguel e Almas e do Santíssimo Sacramento (ambas de Porto Alegre). APERS – Cartório de Órfãos, inventário nº 665, Inventariado: Joaquim de Azevedo e Souza, Inventariante: Ana Osório Marques de Azevedo, 1889; e APERS – 1º Cartório de Órfãos – Porto Alegre – auto 1238 – maço 59. Inventariado: Joaquim Azevedo e Souza. Inventariante: Francisca Cândida de Anunciação.

fosse *natural* deste continente. Foi apontado como réu o negro (de cor *escura*) João, escravizado de Dona Jerônima de Tal (viúva de Vicente Nunes da Silva Marques), de 50 anos, solteiro, natural da Costa da África, filiação desconhecida, lavrador, morador na Cidreira há 30 anos.

Nossa fértil imaginação logo subtraiu 30 de 1885 e chegou a 1855. Como sabemos que a contagem dos anos nas culturas africanas não era exatamente como os nossos e que as idades apresentadas pelas vítimas do tráfico transatlântico nunca eram exatas, quem sabe João não veio também no desembarque do Capão dos Negros, de 1852? Mas evidentemente isso seria forçar os limites permitidos pela imaginação histórica.²⁰

Mas dois outros elementos nos chamaram a atenção neste documento público. Primeiro, o fato de João ser reiteradamente chamado de *ex-escravo* e nunca ser dotado de um sobrenome, como se este qualificativo fosse o suficiente para situá-lo na comunidade litorânea, ao mesmo tempo que o vinculava reiteradamente ao passado em cativo. Afinal, ele era conhecido por ser *ex-escravo* de Vicente Nunes da Silva Marques. O outro detalhe que nos causou estranhamento foi o fato da viúva ser repetidamente mencionada como *de tal*, como se o seu sobrenome fosse uma incógnita ou ela não merecesse ser conhecida como *Silva Marques*, apesar de mencionada como viúva do mesmo.

Em seu testamento ditado (já que era analfabeto) em 14 de abril de 1881, no distrito de Palmares, termo de Conceição do Arroio, Vicente Nunes da Silva Marques resolveu o mistério. Ele nos informa que era natural de Santa Catarina, filho natural de Inácia, solteiro e sem filhos. Indica, porém, como sua única e universal herdeira sua *caseira* Jerônima Maria Francisca de Jesus.²¹ O reconhecimento comunitário da relação afetiva consensual entretida entre Jerônima e Vicente fica evidente quando ela era chamada de viúva nos autos do processo. Porém, a ausência de sacramento religioso fez com que esta relação tivesse sempre uma conotação de não-oficialidade, daí ela ser alcunhada Jerônima *de Tal*.

Entre as testemunhas que acusaram João de roubo, apenas uma alegava tê-lo visto de fato cometer o crime de abigeato. O criador Timóteo da Silva Gomes, de 34 anos, casado,

²⁰ Sobre a imaginação histórica, ver: GINZBURG, 1991.

²¹ APERS - Cartório da Provedoria, Comarca do Rio dos Sinos, maço 2, estante 159 – 1881, inventário nº 28, Inventariado: Vicente Nunes da Silva Marques, Inventariante: Thomas Antônio da Silva.

natural de Osório, morador no Palmares, depôs que vindo de Cidreira para Tramandai viu o réu carneando uma terneira (no início pensou que fosse um cervo), no rincão das Cobras.

O patrimônio de Vicente Nunes da Silva Marques era módico, totalizando 2:287\$200 réis. Tinha uma casa de engenho coberta de palha, uma carreta e vários instrumentos de trabalho usados, uma roça de mandioca, 40 reses de cria, 5 bois mansos, 5 cavalos mansos, 12 animais cavaleiros de cria. Mas um dos seus bens mais valiosos, que compunha mais de 26% de seu patrimônio total, era justamente o preto João, então com 48 anos (matrícula nº 1280, ordem da relação 1), solteiro, africano, filiação desconhecida, capaz para qualquer trabalho, lavrador, avaliado em 600 mil réis.

Ainda valioso, mas já em uma idade avançada, principalmente para um trabalhador escravo que se dedicava a dura labuta da lavra da terra, João continuava sendo um elemento importante para a sobrevivência de sua senhora Jerônima de Tal. Conseguimos explicar ser tratado de *ex-escravo* no processo de 1885, pois alguns meses antes ele havia obtido a tão sonhada carta de liberdade. Realmente, em 1º de dezembro de 1884, sua senhora Jerônima Maria Francisca de Jesus *concedeu-lhe* alforria, porém condicionalmente, ou seja “com a condição do mesmo prestar-me serviços pelo espaço de 5 anos a contar de hoje”.²²

O litoral norte também foi envolvido na onda emancipacionista que rondou o Rio Grande do Sul entre os anos de 1884 e 1885. No afã de divulgar que o continente de São Pedro também apoiava a onda abolicionista, conforme os exemplos das províncias do Ceará e Amazonas, mas também como estratégia para driblar a resistência de escravizados e seus familiares, os senhores riograndenses trataram de conceder cartas de alforria em grande número, mas na maioria dos casos, como no do africano João, morador da Cidreira, os cativos ainda estavam objetivamente presos ao cumprimento de anos de trabalho gratuito a seus antigos (e falsamente benevolentes) senhores.²³

A acusação de abate de reses alheias para sacar-lhes o couro, fez com que o africano João fosse preso em maio e só saísse da cadeia em novembro de 1885. João já tinha uma situação privilegiada se comparado com outros cativos, pois criava alguns pequenos animais em um pedaço de terra de sua propriedade, segundo supomos. Nos depoimentos

²² APERS - 2º Tabelionato de Conceição do Arroio (Osório) - Livro 2 de Registros Gerais - 18 de março de 1885, página 20v. RIO GRANDE DO SUL, Volume 2, 2006, p. 243.

²³Sobre a presença negra (histórica e contemporânea) no litoral norte gaúcho, ver: MOLET, 2018; WITT, 2016; WITT, 2008; WITTER; MOREIRA, 2016.

que prestou, João insiste em sua inocência e alega que nem poderia roubar gado, pois não sabia “laçar nem bolear” (deficiências laborais típicas de um lavrador). Na sessão do júri João informou que no dia do crime estava em *sua propriedade* tirando lenha e que o seu principal acusador, Timóteo, era seu inimigo “desde que ele acusado quis vender a Timóteo um porco por um certo preço e exigiu Timóteo que ele o fizesse por outro inferior”. Quiçá estes últimos anos de cativo – não esqueçamos que o documento relata acontecimentos de 1885 – tenha tensionado as relações pessoais cotidianas e esta banal venda de um porco tenha mostrado que estávamos longe do estabelecimento de relações igualitárias, em que a cor da pele não fosse um quesito visto como diferenciador, inclusive na atribuição de valor em uma mercadoria. Talvez Timóteo não tenha suportado a *ofensa* de um negro não querer dar-lhe um desconto e que João tenha incorrido no erro plenamente justificável de pensar que podia exigir um preço justo de algo produzido por seu trabalho. As hierarquias raciais são negociadas, contestadas, mantidas e reforçadas em momentos cotidianos como esse, em que agentes sociais localizados em pontos sociais e étnicos desiguais se enfrentam e dialogam, contando valores de reputação social, honra, trabalho, passado em cativo, cor/raça.

O júri reunido numa terça-feira, 10 de novembro de 1885, absolveu João do crime com 8 votos. O Juiz de Direito Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha aceitou a decisão do júri popular e determinou a soltura imediata do réu. Não sabemos se esta absolvição significou solidariedade com este pobre indivíduo negro – solidariedade talvez estimulada pelo clima emancipacionista em que se vivia – ou se vingou o sentimento de que João já havia sido devidamente castigado, ficando seis meses afastado de seus parcos bens. De qualquer maneira, João deve ter voltado para o litoral norte, para sua pequena criação de porcos e para o cumprimento dos anos de trabalho gratuito que ainda estava devendo a sua *ex-senhora Jerônima de Tal*.

Pardos escravos e pretos livres (1853)

O intento deste artigo é simples. Trata-se apenas de (re)afirmar que o litoral norte, assim como o restante da sociedade escravista brasileira, era plurirracial, em termos das cores das *gentes* que o ocupavam. Evidentemente que quando falamos das *cores do litoral* não estamos apenas pensando na coloração da epiderme. Possuímos historicamente uma

gradação de cores que, mais que expressar exatamente como se parecem as pessoas, servem de elementos de classificação social.

Corria o ano de 1853, quando o *pardo* Manoel, comparecendo a casa do falecido Francisco Saraiva, soube que o também *pardo* Florêncio andava *falando muito mal* dele. Em uma sociedade baseada na oralidade, já que boa parte das pessoas eram analfabetas, em que muitas transações mercantis eram ancoradas na palavra e no acordo verbal, o nome e o conceito a ele associado tinham muito valor.²⁴ Não é a toa que encontramos considerável número de processos movidos contra injúrias e difamações e um bom número de testemunhas que são chamadas aos tribunais para declarar que *ouviram dizer, dizem que, diz a voz pública que, andam mencionando que*.²⁵ Vendeiros e taberneiros, por exemplo, são personagens assíduos dos palcos judiciários, onde iam afirmar o que corria entre os seus fregueses, na forma de boatos, rumores, fofocas. Em uma sociedade entremeada de laços de clientelismo, solidariedades, parentescos, inimizades, onde o indivíduo sozinho não contava nada, mas sim a sua posição no interior de uma trama de relações, noções como honra tinha uma conotação objetiva. Sempre considerando que a honra e seus atributos por vezes violentos, não era monopólio das elites, mas se espraiava pelas classes populares.²⁶

Pois estavam assim motivados (ou irritados) quando os dois pardos, Manoel e Florêncio, se encontraram no caminho para a Cidreira. Provavelmente estavam ambos montados, quando Manoel disse a Florêncio “que não se ocupasse de si, que ele não se importava com ele pardo Florêncio; em seguida o mesmo pardo Florêncio arrancou de uma faca, e apeou-se dirigindo-se a ele réu, porém que nesta ocasião apareceu o preto Cesário e os acomodou a ambos”.

Mas não devemos protelar mais a apresentação destes dois personagens, com os dados miúdos que a documentação nos fornece. O pardo Florêncio era escravizado de João Antônio Gomes Filho, já o pardo Manoel, era escravo de José Antônio da Silva Porto, filho da preta Matildes, de pai incógnito, 24 anos, solteiro, carpinteiro, natural e nascido na

²⁴ APERS – Cartório Civil e Crime, Caixa 269, maço 10, processo nº 365. Autor: Justiça. Ofendido: Florêncio, pardo, escravizado de João Antônio Gomes Filho. Réu: Manoel, pardo, escravizado de José Antônio da Silva Porto.

²⁵ Ver, como exemplo, a pesquisa de ALMALEH (2018).

²⁶ Sobre a questão da honra e dos populares, ver: AL-ALAM, 2007 e 2016; FLORES, 2018; MAUCH, 2011; BEATTIE, 2009; e KRAAY, 2011.

freguesia de Conceição do Arroio, analfabeto. Temos mais dados sobre Manoel, pois sobre ele a justiça colocou seus olhos e como réu foi então qualificado.

Mas quem seria o *preto* Cesário, que impediu o confronto físico entre os dois *pardos* e tinha autoridade suficiente para os *acomodar*? Por sorte nossa ele também foi chamado ao palco do tribunal e prestou depoimento. Tratava-se de Cesário Moreira dos Santos, homem de cor preta, casado, 28 anos, filho da província de Minas Gerais, morador na freguesia da Conceição do Arroio, oficial de justiça. Se nos basearmos em um esquema simplista de cores podemos estranhar dois *pardos* escravos sendo *acomodados* por um *preto* livre e oficial de justiça, mas talvez possamos esboçar uma hipótese mais adiante.

Destaquemos que o processo que serviu de porta de acesso a estas experiências negras *pardas* e *pretas* do litoral norte gaúcho não foi montado apenas por este esboço de atrito entre Manoel e Florêncio, no caminho para a Cidreira. Após aquele dia, Manoel passou a espalhar que ia acertar as contas com seu desafeto. As testemunhas são insistentes em afirmar que Manoel, apesar de escravizado, sempre conduzia *armas proibidas* e que dizia que “havia de matar o pardo Florêncio, e que se havia [de] botar a perder fazendo espera ao mesmo”. A expressão *fazendo espera*, conforme podemos constatar em outros documentos jurídicos do mesmo período e relativos a mesma região, descreve também uma atividade de caça de animais e quando transposta para relações entre seres humanos se refere explicitamente a preparação de uma *emboscada*.

Pois o destino fez com que os dois *pardos* se encontrassem em uma noite de março de 1853. Chegando o Escrivão de Órfãos Manoel Joaquim de Carvalho Neto e sua família, em um dia de março de 1853, em sua casa na Vila de Conceição do Arroio, pediu que o pardo Florêncio e o crioulo Adão levassem os seus cavalos ao potreiro de Marcelino Machado. Logo após, Carvalho Neto ouviu tiros e viu voltar o crioulo Adão *muito assustado*, dizendo que o *mulato Manoel* havia disparado um tiro contra Florêncio, “que cobriu de fumaça a ele crioulo”. Foram, então, a casa do subdelegado, que requereu forças ao Tenente Luiz Carlos e, em companhia do Inspetor de Quarteirão, foram a casa onde morava Manoel, indo ele Carvalho Neto na *qualidade de cidadão*, mas não o encontraram “nem essa desgraçada mulher que vive com ele, os quais se refugiaram em casa do dito Porto”.

O Escrivão de Órfãos Carvalho Neto, descrito como homem branco, casado, 34 anos, natural de Porto Alegre, nos dá informações interessantes em seu testemunho. Ele afirma ter presenciado, tempos atrás, Manoel dizer a João Antônio Gomes Filho (senhor do

ofendido Florêncio) “que ele ou seu escravo haviam de acabar, porque ele pardo Manoel não temia destrató-los, pois que a cadeia havia sido feita para os homens”. Carvalho Neto achava que tamanho ódio havia sido motivado por uma queixa feita por Gomes Filho ao senhor de Florêncio, Silva Porto, que ocasionou que este mandasse seu escravizado, como punição temporária, para a Cachoeira, “e ele atribuindo que fosse por queixa do queixoso, disse que lá mesmo ele e seu escravo lhe haviam de pagar, quando fossem vender fazendas”.

João Antônio Gomes Filho, o senhor de Florêncio, faleceu sem deixar testamento e através do inventário de seus bens, realizado em janeiro de 1882, sabemos ter deixado a viúva Ana Gomes de Oliveira e oito filhos: Maria Cândida Gomes (solteira, 25 anos), Rosalina Gomes de Jesus (casada com Felicíssimo Flores de Jesus), Gasparina Gomes Mariante (casada com Roberto Lourenço Mariante), João Antônio Gomes (20 anos), Antônio Gomes de Oliveira (19 anos), Abílio Gomes de Oliveira (18 anos), Sutério Gomes de Oliveira (14 anos) e Felisberto Gomes de Oliveira (10 anos).²⁷

Gomes Filho legou a seus descendentes seis escravizados, todos crioulos, e entre eles não consta Florêncio, que pode ter sido alforriado ou morrido entre 1853 e 1882. Três cativos eram de idade *madura*: Calisto (40 anos, avaliado por 200\$ réis, de cor preta, solteiro, natural de Santo Antônio, filiação desconhecida, capaz para qualquer serviço, lavrador), Benta (42 anos, avaliada por 450\$ réis, cor preta, 32 anos, solteira, de Santo Antônio da Patrulha, filiação desconhecida, capaz para qualquer trabalho, cozinheira) e Crescência (38 anos, avaliada por 500\$ réis, cor preta, solteira, de Santo Antônio da Patrulha, filiação desconhecida, capaz para qualquer trabalho, cozinheira). Os outros 3 cativos eram filhos de Benta: Galdina (18 anos, 500\$ réis, cor parda, solteira, de Conceição do Arroio, nenhuma aptidão para o trabalho), Gertrudes (13 anos, 350\$ réis, solteira, de

²⁷ APERS – Cartório de Órfãos, Osório, Comarca do Rio dos Sinos, inventário nº 203. Falecido: João Antônio Gomes Filho. Inventariante: Ana Gomes de Oliveira. 1882. Gomes Filho não parece ter sido adepto da *concessão* de cartas de alforria como política de domínio senhorial. No trabalho primoroso feito pelo APERS (que catalogou as cartas de alforria registradas em cartórios do interior da província) só encontramos uma carta por ele *concedida* e uma outra em que ele serviu de redator. Em 24.09.1857 a senhora Catarina Rosa de Jesus passou carta de liberdade para sua cativa Felicidade, crioula, de 40 anos. A carta foi registrada em cartório cinco dias depois e seu texto, redigido e assinado pelo Tenente João Antônio Gomes Filho (já que a senhora era analfabeta), dizia que Felicidade pagara 600 mil réis, por intermédio de Floriano Manoel Antônio, e “em atenção aos muitos e bons serviços que me tem prestado, e o amor com que me tem tratado nas minhas enfermidades”. APERS - Santo Antônio da Patrulha. 1º Tabelionato - Livro Notarial nº 5 de Transmissões e Notas, 1852 a 1860. RIO GRANDE DO SUL, 2006, p. 930.

Conceição do Arroio, nenhuma aptidão para o trabalho) e Luiz (cor parda, 6 anos, natural de Conceição do Arroio, que foi vendido).²⁸

Gomes Filho legou pouca terra a seus herdeiros: um potreiro cercado de espinhos de maricá (292\$800 réis) e um quinhão de terras de banhado no lugar denominado Cairá, no passo da Lagoa, distrito desta vila (100\$ réis), mas seus bens de raiz mais valiosos eram duas casas de moradia, uma em Osório (2:000\$ réis) e uma em Tramandaí (1 porta e 1 janela na frente, coberta de telhas e parede de madeira e cozinha – 100\$ réis). Numa sociedade rural como aquela dos oitocentos, usualmente encontramos algumas cabeças de gado entre os bens inventariados e este arrolamento de bens não foi exceção: 9 reses de criar (80\$ réis), 3 cavalos mansos (30\$), 3 bestas mansas em bom estado (30\$), 2 bestas mansas em mau estado (16\$), 1 petiça com um potrilho (4\$). Mas se atentarmos para a declaração do *pardo* Manoel, de 1853, de que iria esperar Florêncio e seu senhor quando *fossem vender fazendas*, podemos compreender que a principal atividade de Gomes Filho era a comercialização de tecidos, o que justifica as bestas (usadas para o transporte das mercadorias) e o resto de fazendas constante de seu inventário, no valor de 803\$630 réis.

Existem várias formas de punir um ser humano: pode-se açoitá-lo, enforcá-lo, fazê-lo padecer de fome e sede, mas provavelmente uma das mais cruéis maneiras de machucar um indivíduo seja afastando-o de seus entes queridos, de seus parentes, das vítimas de seus afetos. Manoel foi para a Cachoeira como forma de punição e correção, mas isso apenas fez crescer nele um ódio mortal por seus algozes, uma vontade irresistível de vingança.

Não somos ingênuos para considerar que sabemos, através do processo judicial que pesquisamos, exatamente o que ocorreu naquela noite de março de 1853 em Conceição do Arroio. O que procuramos, sinceramente, são indícios de experiências de negros livres, forros e escravos no litoral norte gaúcho dos oitocentos. O que nos dizem as testemunhas pode não ser *verdade*, mas se não compartilhassem de certa verossimilhança, não seriam aceitas por seus contemporâneos.

²⁸ A crioula Domingas, de 20 anos de idade, solicitou a seu senhor João Antônio Gomes Filho que este aceitasse libertá-la mediante a soma de 350 mil réis. Gomes Filho acatou o pedido de sua cativa e passou-lhe carta de alforria em 09.12.1864 (registrada no mesmo dia). APERS – Fundo Tabelionato do Município de Conceição do Arroio (Osório) - 2º Tabelionato – Livro Notarial de Transmissões e Notas nº 2 (1864 a 1867). p. 2v). RIO GRANDE DO SUL, 2006.

O crioulo Adão, que conduzia os cavalos ao potreiro junto com Florêncio, contou que este ia *cantando* e que ao passar pela frente da casa de Manoel, este gritou e disparou um tiro tentando atingir Florêncio, o que não ocorreu. Após o atentado, Manoel procurou se esconder, o que só aumentou sua culpabilidade, mas acabou sendo preso por tentativa de assassinato. Em seu depoimento em juízo, o réu afirmou que estava em um potreiro pertencente ao curtume de seu senhor Silva Porto e que o tiro foi dado em um cão, que estava danificando uma corda de couro que prendia um cavalo de sua propriedade, que estava no pasto nos fundos da casa onde ele morava e que dista da estrada mais de meia quadra. No momento do tiro passava *inadvertidamente* o escravo Florêncio, o qual logo foi se queixar ao subdelegado. Segundo Manoel, Florêncio tinha com ele “intrigas muito particulares, cujos motivos a decência o faz omitir”.

Estamos chegando ao fim deste relato, mas antes vamos introduzir mais um personagem. Abalado pela vontade de vingar-se, Manoel, antes de disparar o tiro, foi até a casa de dois conhecidos seus, a parda Marcelina Maria da Conceição e o preto Cesário Moreira dos Santos. Marcelina (34 anos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio) era casada com Cesário e relatou que o réu esteve em sua casa naquela noite armado de faca e pistola, procurando o pardo Florêncio, “para o matar, e logo por ela testemunha e seu marido Cesário Moreira dos Santos, e José Venâncio da Silva puderam desarmar o dito pardo Manoel e pediram a este que não praticasse um semelhante crime e ai o fizeram sossegar”. Segundo a parda Marcelina, o réu “faz uso de armas proibidas dentro da vila da Conceição do Arroio, na presença de seu senhor” e “se acha prostituído com uma mulher branca, tendo-a teúda e manteúda em frente a casa de seu senhor, publicamente, onde moram famílias decentes”.

Ressurge neste depoimento o oficial de justiça Cesário, homem *preto* e livre. Ser chamado de *preto*, neste caso, provavelmente afirma uma ligação do mesmo com o cativo, talvez fosse um forro, além de localizá-lo explicitamente como *não-branco*. Mas, além disso, era casado com uma *parda* e relacionava-se com escravizados, com quem tinha certa ascendência. A sua profissão de oficial de justiça não o embranqueceu, a racialização da sociedade brasileira o mantinha na classificação de não-branco.

A declaração da *parda* Marcelina acima é curiosa e de nada vale garimpar documentos judiciais se não estivermos dispostos a montar hipóteses sobre as palavras, expressões e retóricas preservadas nestes documentos. Causou-nos estranheza ela dizer

que o réu se achava *prostituído com uma mulher branca* e que isso atentava contra a decência comunitária. Marcelina estava se referindo explicitamente ao que? Como o *pardo* Manoel foi a sua casa, era óbvio que havia amizade entre eles, mas é também evidente que a relação afetiva-familiar dele não a deixava feliz. Mas por que essa específica escolha de palavras por ela? Seria apenas um equívoco do escrivão, sendo outras as palavras efetivamente pronunciadas? Existe algumas possibilidades de entendimento que não são excludentes umas das outras, podendo todas ter plausibilidade naquela sociedade escravista e racializada. Talvez fosse uma fala marcada pela distinção social de uma experiência matrimonial sacramentada pela Igreja Católica (da *parda* Marcelina e do *preto* Cesário) e de uma relação consensual de amasiamento (do *pardo* Manoel e de sua amásia *branca*). Mas note-se que a amásia *branca* não é chamada claramente de prostituta, mas de que Manoel se prostituía ao casar com ela: seria ela efetivamente uma meretriz ou Marcelina apontava que o protagonismo econômico era dela, sendo aquele pardo escravizado um aproveitador? Mas chamou-nos a atenção de que a cor *branca*, nesse documento, apareceu com teor de certa forma pejorativo, parecendo que aqueles indivíduos negros (representados de certa forma pela fala da *parda* Marcelina) viam negativamente aquela relação sexual e afetiva inter-racial.²⁹

O Juiz de Direito da segunda vara crime Manoel José de Freitas Travassos Filho considerou que estava provado o crime, feito de emboscada e de noite, e que a fuga depois do crime “remove a idéia de casualidade”. Mas listemos os pecados sociais de Manoel indicados pelas testemunhas, certamente admoestadas pelo advogado e juiz: ele usava de armas proibidas (ou de defesa), possuía autonomia e mobilidade, era amasiado com uma mulher branca (com a qual vivia *sobre si*, ou seja, fora da casa de seu senhor, em domicílio por ele alugado e administrado). Ora, tudo isso, contando certamente com a permissividade (aliança) de seu senhor. A culpa do escravizado seria o reflexo das fraquezas ou excessos de seu senhor, segundo a mentalidade judiciária e senhorial da época.

Quanto a andar armado, o próprio réu respondeu em juízo: “Perguntado mais se não sabia que era proibido usar armas defesas? Respondeu que como no Distrito quase

²⁹ Notemos que outra testemunha, o Escrivão de Órfãos Manoel Joaquim de Carvalho Neto também alcunha a *mulher* que vivia com Manoel de *desgraçada*. Sobre relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais, ver: MOUTINHO (2004).

todas as pessoas usam de armas e dão tiros até de noite, julgou que podia usar também de armas”. Aliás, difícil imaginar que naquela sociedade alguém se aventurasse pelas estradas sem a proteção de um armamento. Armamento que, dependendo do caso, podia também ser um instrumento de trabalho, como uma faca, um facão, etc.

O réu Manoel foi absolvido do crime de tentativa de assassinato, mas incurso no artigo 207 do Código Criminal do Império, associado aos dispositivos da Lei de 26 de outubro de 1831, que punia o uso de armamento³⁰. Foi, então, condenado a sofrer 600 açoites e, entregue a seu senhor, carregar ferro no pescoço por um ano. Mesmo que esta pena de açoites fosse usualmente dada *homeopaticamente*, ou seja, distribuída em vários dias para que a *mercadoria humana* não se perdesse, ainda assim o dano físico impingido pelo suplício deveria ser quase insuportável. Mas o castigo não almejava machucar o corpo apenas, mas fazia parte de uma pedagogia que atingia um indivíduo, mas visava a comunidade na qual esse se inseria. Manoel seria um símbolo ambulante, ostentando cicatrizes e um pesado ferro ao pescoço, que transmitiria mensagens de incentivo a submissão e passividade aos seus parceiros cativos.

Mas Manoel tinha um trunfo, uma *carta na manga*, a boa relação que construía com seu senhor José Antônio da Silva Porto. Lembremos que ele andava à cavalo, armado, era amasiado com uma mulher (branca) e morava *sobre si*. Isso não era para todos cativos e só podia ser obtido graças a um grande esforço de estabelecimento de boas relações com o senhor. Boas relações que certamente beneficiavam também o senhor que, necessitando de um trabalhador hábil e de confiança, negociava com o mesmo que ele tivesse autonomia relativa.

Para irritação do senhor do escravizado ofendido, logo após a decisão do júri, Silva Porto registrou em cartório e fez ser anexada aos autos do processo uma carta de alforria ao seu cativo Manoel. A carta, passada em 25 de maio e registrada no mesmo dia, no tabelionato de Santo Antônio da Patrulha, concedia liberdade a Manoel em razão de que “em data de ontem foi julgado pelo Tribunal dos Jurados a sofrer a pena de açoites, e para que o referido escravo não venha sofrer essa pena, desde já lhe concedo plena liberdade”.³¹ Imediatamente, um requerimento em nome do *ex-escravo* Manoel foi dirigido a justiça,

³⁰ Lei de 26.10.1831, artigo 3º: “O uso, sem licença, de pistolas, bacamarte, faca de ponta, punhal, sovelas ou qualquer outro instrumento perfurante será punido com a pena de prisão com trabalho, por um a seis meses, duplicando-se na reincidência, e ficando em vigor a disposição do Código quanto às armas proibidas”.

³¹ APERS - 1º Tabelionato de Santo Antônio da Patrulha, livro 2, folha 18.

recebendo um despacho do Juiz de Direito Francisco Coelho Borges, que substituiu a pena anteriormente dada de castigos físicos pela de prisão simples pelo tempo de 13 meses e multa correspondente a duas terças partes de seis meses.³² Manoel, que já havia declarado publicamente que não se importava em ir preso, já que a *cadeia havia sido feita para os homens*, deve ter ficado contente com esta decisão: ao mesmo tempo livrou-se do castigo e da humilhação e também do cativoiro.

Quatro anos depois, em 5 de março de 1857, o Juiz Municipal de Santo Antônio da Patrulha ordenou que a viúva de José Antônio da Silva Porto procedesse imediatamente ao inventário de seu recém falecido marido. Porto era morador na Freguesia da Serra e morrera abintestado e sem herdeiros.³³ O apelo do Juiz ficou sem cumprimento, pois a viúva mudou-se para Laguna, onde morreu em 1862, quando então os bens foram avaliados e as despesas pagas. De escravizados, o casal possuía apenas o africano Joaquim, leiloado em Laguna por 1 conto e cem mil réis. O restante do patrimônio era composto de várias casas, sendo uma delas um sobrado com 5 janelas envidraçadas e duas portas na frente, que servira para as sessões da Câmara de Conceição do Arroio.

Em 1865, o Capitão Felisbino Rodrigues Saraiva e sua mulher Laurinda Florisbela Saraiva, o mesmo do (falso) desembarque de africanos de 1862 na praia da Cidreira, reclamaram que indevidamente havia sido relacionado como bem do falecido Silva Porto um terreno na rua de Santo Ângelo, avaliado em 1:600\$ reis. Saraiva alegou que havia encomendado a Silva Porto a construção de uma casa neste terreno e o mesmo recebera antecipadamente 800 mil réis, sem que o serviço tivesse terminado. Aliás, quando Silva Porto faleceu, a casa tinha as paredes principais levantadas e cobertas de telha, mas como morreu “em estado de falência”, a viúva entregou a casa como pagamento do que seu marido recebera. O mesmo ofício nos trás uma informação preciosa; disse Saraiva: “que

³² Silva Porto não era muito dado a conceder alforrias aos seus escravos, ou então as concedia e não registrava em cartório. Só encontramos essa alforria de Manoel anotada no tabelionato de Santo Antônio da Patrulha. Seu nome, entretanto, aparece em outro documento de liberdade: em 25.08.1849 o senhor José Antônio de Bittencourt (e sua mulher Jacinta Joaquina de Braga) passou alforria para a preta Luzia, de Santa Catarina, de 40 anos. A carta foi concedida em retribuição aos bons serviços prestados, e por ter “produzido ventre e porque nos tem dado algumas crias [...] para que goze de sua liberdade natural depois do nosso falecimento, com a condição sempre de nos servir como escrava, enquanto nós formos vivos”. Por não saberem ler nem escrever, os senhores pediram a José Antônio da Silva Porto que assinasse a rogo da senhora e a Silvestre de Jesus Ferreira a rogo do senhor (2º Tabelionato - Livro Notarial de Transmissões e Notas de Santo Antônio da Patrulha, nº 3, 1847 a 1852, p. 46v - RIO GRANDE DO SUL, 2006, p. 941).

³³ APERS – Crime Civil e Crime, Comarca de Porto Alegre, município de Conceição do Arroio, inventário nº 13. Inventariado: José Antônio da Silva Porto. Inventariante: Francisca Rosa de Jesus. 01/01/1857.

José Antônio da Silva Porto tinha por negócio encarregar-se de mandar construir casas por ajuste, dizendo que isso lhe convinha a seu negócio para cobrar dívidas em materiais e jornais, etc.”.

Novamente o cruzamento de documentos nos permite enriquecer (ou densificar) as vivências dos habitantes litorâneos do oitocentos. Se acreditarmos no conhecimento apurado que o Capitão Felisbino Saraiva tinha dos seus vizinhos, então depreenderemos que Silva Porto se dedicava especialmente a construção. Daí, talvez, possamos entender o apreço que tinha por seu cativo Manoel, oficial de carpinteiro, quem sabe seu mestre de obras, seu braço direito nas obras pelas quais se responsabilizava. Manoel, apesar de ser filho da preta Matildes, era mencionado como pardo; mas esta denominação não nos explicita sua epiderme, mas a relação privilegiada que tinha com o senhor e as vantagens que havia obtido ainda em cativo. Era um trabalhador eficiente, de confiança, competente. Sua tez parda era fruto da consideração (reputação social) que gozava na comunidade na qual estava inserido.³⁴

Considerações finais

Ocorreu algum desembarque de africanos ilegalmente escravizados em 1862 nas costas de Tramandaí? Caso não tenha acontecido, isso desmerece escrever a respeito? É justificável produzir conhecimento histórico a respeito de uma espécie de não-acontecimento? Segundo François Dosse existe hoje em dia um “interesse renovado pelos fenômenos singulares”, pelos microacontecimentos (DOSSE, 2013, p. 7). Entretanto, esse *renascimento do acontecimento* também tem suas singularidades:

Hoje em dia, o acontecimento que está “retornando” é examinado sob uma ótica científica, mas que lhe atribui toda a sua eficiência. Transformado em indício ou vestígio significativo, o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere a sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis (DOSSE, 2013, p. 6).

Não-acontecimentos como este do *desembarque* clandestino de africanos escravizados de 1862 são indícios de vários sentimentos estimuladores e condicionadores do fazer histórico, como medos, expectativas, desafetos (políticos, pessoais, familiares).

³⁴ Sem querermos nos imiscuir excessivamente na intimidade destas famílias litorâneas, mas também não querendo depois sermos impingidos de ingênuos, devemos mencionar que não nos escapou a possibilidade de Manoel ser filho bastardo de seu senhor, fruto de uma relação de José Antônio com a negra Matildes.

Reais ou meramente potenciais, eles mobilizam os agentes sociais, provocam deslocamentos de tropas policiais, criam apreensões e esperanças entre as elites e os ainda escravizados.³⁵ Segundo a poética e estimulante narrativa da historiadora Arlete Farge (2009, p. 105): “Inútil procurar no arquivo o que poderia conciliar os contrários, porque o acontecimento histórico se mantém no arrebatamento de singularidades tão contraditórias quanto sutis e às vezes intempestivas”. O real ou potencial desembarque de 1862 nos aponta que as autoridades imperiais julgavam-no possível, certamente influenciados pela constatação de que existia ainda um amplo apoio social a sua ocorrência.

Encerramos por aqui este nosso curto périplo pelo litoral norte. Procuramos seguir as pegadas dos negros João, Manoel, Florêncio e outros de seus parceiros, num esforço de auxiliar o desvendamento do passado sulino, que reiteradas pesquisas procuraram *branquear*. Não se aceitam mais leituras preconceituosas que diminuam (ou invisibilizem) a presença negra em qualquer parte da província sulina. Miragens de limpeza ou exclusividade étnica se desvanecem facilmente quando, honestamente, frequentamos arquivos históricos, cúrias, museus ou abrimos os olhos ao caminharmos pelos caminhos litorâneos. A imaterialidade destes personagens negros (e índios) não está, obviamente, na sua ausência histórica, mas em míopes percepções do passado sulino, que insistem em representações nitidamente etnocêntricas.

Abreviaturas

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Referências

AL-ALAM, Caiúá Cardoso. *A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. [Dissertação de Mestrado]. São Leopoldo, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007.

³⁵ A questão dos não-acontecimentos reais ou potenciais foi livremente inspirada em um clássico trabalho da historiografia da escravidão, produzido às vésperas do centenário da Lei Áurea, que dizia: “[...] deparamos [...] com todo um imaginário construído a partir do medo ou da insegurança suscitada pelos conflitos reais ou simplesmente potenciais entre uma diminuta elite composta tanto dos grandes proprietários como das chamadas camadas médias de profissionais liberais e uma massa de gente miserável - escravos e livres -, cuja existência não passava pelas instituições políticas dominantes, o que significava conferir-lhes um perigoso grau de autonomia que nenhuma lei repressiva por si só poderia coibir” (AZEVEDO, 1987, p. 31).

_____. *Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869 – 1889*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

ALMALEH, Priscilla. *Ser Mulher: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900)*. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

AZEVEDO, Célia Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites - Século XIX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

BARCELLOS, Daisy Macedo de; CHAGAS, Miriam; FERNANDES, Mariana; FUJIMOTO, Nina; MÜLLER, Cíntia; MOREIRA, Paulo; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo. *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre, PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BOSSLE, Batista. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

CASTRO, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.

CHALHOUN, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *Revista de História Social*, n. 19, 2010.

DOSSE, François. *Renascimento do Acontecimento*. Um desafio para o historiados: entre Esfinge e Fênix. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo, Edusp, 2009.

FLORES, Giane Caroline. *Sob a Farda da Polícia: Controle Social, Trabalho, Cor e Prestígio (Porto Alegre, fins do Século XIX)*. [Dissertação de mestrado]. São Leopoldo, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia más global. In: _____. *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV- XIX)*. Bilbao: Universidad de País Vasco, 2001, p. 1-28.

_____. Actores, redes, procesos: Reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras*. História III série, v. 5, p.115-139, 2004.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

- KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. [Tese de doutorado] Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2006.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira de diáspora africana*. São Paulo, Selo Negro, 2005.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos Livre: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- MOLET, Claudia Daiane Garcia. *Parentescos, Solidariedades e Práticas Culturais: Estratégias de Manutenção de um Campesinato Negro no Litoral Negro do Rio Grande do Sul (do Século XIX ao Tempo Presente)*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Boçais e Malungos em Terras de Brancos: notícias sobre o último desembarque de escravos no Rio Grande do Sul. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000.
- _____. Ousando conceber esperanças de justa liberdade: Dimensões de Justiça e Cidadania no século XIX (o caso do Promotor de Santo Antônio da Patrulha - 1868). In: NUNES, Margarete Fagundes. (Org.). *Diversidade e Políticas Afirmativas: Diálogos e intercursos*. Novo Hamburgo / RS, 2005, v. 1, p. 134-153.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.
- MOUTINHO, Laura. *Razão, 'Cor' e Desejo*. Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul. São Paulo, Unesp, 2004.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica In: BJERG, María e OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.
- _____. *Familia patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social*. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro, 2000. Anuário v. XLIX, Enero-Marzo, 2000, n. 3.
- OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais - século XIX*. Porto Alegre, EST, 2006.
- REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino. Tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, João José. *Domingos Sodré*. Um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. Vol. 2.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa*. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

_____. *O Infame Comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

SANTOS, Sherol. *Apesar do cativo*: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1810). [Dissertação de Mestrado]. São Leopoldo, UNISINOS, 2009.

SCOTT, Rebecca & HÉBRARD, Jean. *Provas de liberdade*: uma odisseia atlântica na era da emancipação. Campinas: Unicamp, 2014.

SWEET, James H. *Recrutar a África*. Cultura, Parentesco e Religião no Mundo Afro-Português (1441-1770). Lisboa, Edições 70, 2007 (Lugar da História, 69)

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente*: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade*: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITT, Andrea Witt. *Na Batida do Pé...ao Som do Tambor*: O ensaio de pagamento de promessas dos Teixeiras de Quicumbi em Mostardas/RS. [Dissertação de mestrado]. Novo Hamburgo, PPG-Processos e Manifestações Culturais/ Universidade Feevale, 2016.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol*: estratégias políticas (imigração alemã - Rio Grande do Sul - século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITTER, Nikelen Acosta; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. A Feiticeira do Litoral: comunidade, crença e gênero (século XIX). In: *Ensaio de micro-história, trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 45-68.

**A ESPANHOLA DE EXEMPLO: RELATOS DE UMA PANDEMIA EM PORTO ALEGRE
ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O EXEMPLO"****THE SPANISH EXAMPLE: REPORTS OF A PANDEMIC IN PORTO ALEGRE
THROUGH "O EXEMPLO" PERIODIC**Camila Rosângela da Silva Cunha¹
Gláucia Giovana Lixinski de Lima²**Resumo**

Este artigo é um dos resultados de análise realizado a partir do projeto para uma exposição, no Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), a fim de abordar o tema dos 100 anos da Gripe Espanhola em Porto Alegre. Assim, levando em consideração a conjuntura vivenciada no ano de 1918, o final da grande guerra e a epidemia da gripe, verificou-se como a Gripe Espanhola estava sendo comunicada, a partir do periódico denominado O Exemplo e de que maneira estava atingindo a cidade de Porto Alegre. Esse semanário pertencente à imprensa negra, editorado na cidade de Porto Alegre, foi um lugar de resistência e memória coletiva, contribuindo para a construção de uma identidade positiva desta comunidade indo de encontro ao estigma da escravidão.

Palavras-chave: Porto Alegre. Imprensa Negra. Gripe Espanhola.**Abstract**

This article is one of the results of an analysis conducted for an exhibition at the Museum of Medical History of Rio Grande do Sul (MUHM) in order to address the theme of the 100 years of the Spanish Flu in Porto Alegre. Thus, taking into account the situation experienced in the year 1918, the end of the great war and the flu epidemic, it was verified how the Spanish Flu was being communicated, from the periodical called The Example [O Exemplo] and in what way it was reaching the city of Porto Alegre. This weekly newspaper, written in the city of Porto Alegre, was a place of resistance and collective memory, contributing to the construction of a positive identity of this community against the stigma of slavery.

Keywords: Porto Alegre. Black press. Spanish flu.**Introdução**

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade La Salle. Atuou como estagiária da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Atualmente é estagiária do Setor Educativo do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), atuando como mediadora das ações educativas e oficinas. Ministra aulas de História no Projeto Educacional Alternativa Cidadã (PEAC). Trabalha principalmente nos seguintes temas: Patrimônio; ações educativas e pós-abolição. E-mail: camilarscunha@gmail.com

² Mestrado em História (UNISINOS), Licenciatura Plena em História (UNIFRA), Pedagogia (UNINTER), Coordenadora Educativa do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. E-mail: glaucia_lixinski@yahoo.com

O Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) se constitui como um espaço de memória, história e educação que aborda a trajetória de médicos do Estado do Rio Grande do Sul, práticas de saúde e suas implicações à comunidade. Seu acervo possibilita organizar exposições, desenvolver pesquisas, visitas mediadas e atividades educativas. Neste espaço também são realizados palestras e cursos com objetivo de propiciar o contato e a reflexão sobre patrimônio, saúde e história da medicina com a população.

Esta instituição é um local de construção do conhecimento e que se utiliza das exposições para dialogar com a comunidade, sobre diferentes momentos da história da medicina. Para tanto, com o centenário da Gripe Espanhola, em 2018, percebeu-se um campo fértil para contribuir com discussões acerca dessa pandemia que devastou o mundo, inclusive a capital rio-grandense, em 1918.

Iniciou-se o projeto de uma exposição de curta duração, a fim de abordar o tema dos 100 anos da Gripe Espanhola em Porto Alegre e para contextualizar buscou-se elementos do acervo do museu e parcerias com outras instituições. Pesquisou-se em diferentes fontes primárias (relatórios, atas, revistas, livros de atendimento de pacientes e jornais) que pudessem auxiliar no processo de reconstrução histórica dessa época.

Através das pesquisas para organização da exposição verificou-se nos jornais bons aliados para compreensão dos vestígios de uma época, de uma sociedade, do seu cotidiano e assim desenhar o cenário no qual a cidade de Porto Alegre se encontrava, confirmando as observações realizadas por Janete Abrão (1998) em suas pesquisas³. Com respaldo da Escola dos Annales, a qual possibilitou aos historiadores a busca de novas fontes e novas abordagens – os jornais – são reconhecidos como uma fonte valiosa para se entender um período histórico e devem ser compreendidos como representações do real⁴. Ao se trabalhar com essa fonte deve-se atentar a um olhar crítico quanto à subjetividade dos redatores e da equipe editorial, assim como verificar a que grupo ou classe está ligado e para tanto avaliar sua imparcialidade.

³ ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a Hespânica em Porto Alegre, 1918*. Porto Alegre: PUC-RS, 1998, p. 14.

⁴ Sobre o conceito de representação, ver: CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002; _____. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, n. 5, v. 11, Jan-abr. 1991.

Neste artigo será realizada uma análise do semanário *O Exemplo*, que circulou entre os anos de 1892 a 1930 na cidade de Porto Alegre, retratou em suas páginas questões relacionada à população negra. Atuando em conjunto com as Associações e Clubes organizados pela comunidade negra, também, foi um lugar de resistência e produção de memórias coletivas desses agentes históricos. Assim, contribuindo para a construção da identidade de negros e negras portoalegrenses, longe do estigma da escravidão. A preciosidade deste periódico foi explorado por outros trabalhos⁵, porém, ainda, em se tratar de questões da história da saúde, ela oportuniza uma nova abordagem sobre esses indivíduos que também estavam inseridos no contexto propiciado pela pandemia.

Primeiramente foi realizada uma análise exploratória das edições do periódico referente ao ano de 1918 e início de 1919, a fim de verificar as informações contidas sobre a Gripe Espanhola. Após essa investigação constatou-se que, assim como outros jornais e periódicos, *O Exemplo* também trazia informações substanciais sobre a epidemia nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1918. Através dessas informações também foi possível redesenhar o caos vivido no país e em Porto Alegre, com isso, a fonte apresenta possibilidade de discutir o cotidiano nesta capital, a qual estava enfrentando a Gripe Espanhola.

Pós-Abolição e a Imprensa Negra através do *O Exemplo*

A escravidão, segundo Chalhoub (2011), além de um sistema repressor, caracterizou uma grande violência aos negros devido a naturalização de uma diferença inventada. Entretanto, mesmo nesse período existe a presença das negociações para concessões de autonomia dessas pessoas que foram escravizadas, inclusive o pós-emancipação indica experiências individuais de liberdade durante a escravidão, enquanto o processo de abolição e o pós-abolição referem-se ao contexto vivenciado por negras e negros posteriormente ao período escravocrata não de maneira dissociadas, e tão pouco como legado deste período (SILVA, 2017). A historiografia em outro momento tratou os acontecimentos após a assinatura da Lei Áurea em 1888, de maneira a focar apenas “do ponto de vista econômico e político do que de uma perspectiva social, abordagem que

⁵ Muller (1999); Zubaran (2008; 2016); Oliveira (2017); Perussatto (2018).

generalizou a compreensão desses campos” (RIOS, MATTOS, 2004, p. 174). Não considerar as especificidades do pós-abolição reduz as experiências das pessoas negras à uma ideia essencialista onde descaracteriza a luta desses agentes, portanto historicizar esse período, permite

[...] um repertório de análise, cujo problema histórico está centrado nas experiências de liberdade, e especialmente de cidadania de pessoas escravizadas e seus descendentes após a abolição da escravidão, identificados e hierarquizados nas relações sociais por termos que evocam uma idéia de raça. (SILVA, 2017,p.26)

As contribuições realizadas por Hebe Mattos e Ana Maria Rios (2004) sobre novas abordagens dos estudos dos pós-abolição no Brasil, assim como em geral no continente americano, relacionaram a compreensão de cidadania de maneira mutável, pois a identidade e a hierarquização racial, pautaram o acesso da comunidade negra na sociedade. As historiadoras ainda fazem um alerta quanto às diferentes estratégias utilizadas por esses agentes históricos, por vezes motivadas pelas especificidades de cada região.

Ao voltarmos nosso olhar à imprensa negra a percebemos como um espaço de resistência no pós-abolição, “por fazer frente a estigmas e estereótipos negativos construídos em relação à população de cor escura e auxiliar na formação de uma nova percepção dos próprios indivíduos” (OLIVEIRA, 2017, p. 02). A imprensa negra objetivava, entre outras questões, uma forma de enfrentar o racismo e dar visibilidade aos seus pares, onde também houve a possibilidade de discutir a liberdade e a cidadania, pois

Com a criação de periódicos raciais ficou o registro de uma série de informações da cotidianidade dos indivíduos nos quais dialogavam. Através desses impressos é possível perceber que parte da população negra (não se pode generalizar) não estava alheia ao contexto que colocava em cheque as suas capacidades. Mesmo não tendo sido consultados politicamente, eles apresentaram suas opiniões e posicionamentos. (OLIVEIRA, 2017, p. 05)

Desde o início da república, em todo o país⁶ observamos a imprensa negra pautando discussões políticas e raciais. Conforme mencionado anteriormente, esta

⁶ Em São Paulo temos A Pátria, de 1899, tendo como subtítulo Órgão dos Homens de Cor. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: O Combate, em 1912; O Menelick, em 1915; O Bandeirante, em 1918; O Alfinete, em 1918; A Liberdade, em 1918; e A Sentinela, em 1920. No município de Campinas, O Baluarte, em 1903, e O Getulino, em 1923, Raça (1935), em Uberlândia/MG, o União (1918), em Curitiba/PR, e o Alvorada, em Pelotas/RS, entre outros. Sobre a

pesquisa traz como fonte um periódico racial, que tinha seu editoramento no Rio Grande do Sul, que tudo indica ser o primeiro do Estado. O semanário *O Exemplo*, que a partir de 1892 retrata em suas páginas questões relacionadas à população negra do Estado, possuindo como características principais a promoção de visibilidade à comunidade negra a fim de engajar-se no esforço de combate à discriminação étnica no Estado do Rio Grande do Sul.

Como *Propriedade de uma Associação* é a maneira de surgimento do semanário que, segundo Liane Muller (2013),⁷ o advento do *O Exemplo* seria uma maneira de divulgação das atividades promovidas por devotos que participavam da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, que também tem sua existência atrelada a história social do negro no Brasil. O local da primeira sede deste periódico foi a Barbearia Calisto, esse espaço além de sua função primeira também serviu como ambiente para discussões acerca das estruturas e tratamentos desiguais direcionados às negras e negros do Estado. Dentre os fundadores d' *O Exemplo* estão Arthur Andrade, Arthur Gama, Marcílio Francisco da Costa Freitas, Aurélio de Bittencourt Júnior, Sérgio de Bittencourt, Camillo Tristão Laurindo, Leovegildo Silva, Felipe Baptista da Silva, Alfredo Candido de Souza e Esperidião Calisto, esses ocupavam espaços negados a comunidade negra, pois

Muitos dos diretores e membros do *O Exemplo* desempenhavam a atividade profissional de servidor público sendo proveniente desta a sua principal fonte de renda. Entre eles havia também um grupo que era composto por profissionais liberais. Por exemplo, eles atuavam como advogados para algum órgão em específico ou em seus próprios escritórios, **entre eles havia médicos**, militares, engenheiros e também aqueles que se vincularam as artes, músicos, atores, poetas e escritores. Em geral, eles se diferenciavam dos demais negros no que se refere aos espaços ocupados, além de comporem uma classe média emergente e letrada atingiram certo prestígio social, o que não os isentava do preconceito. (OLIVEIRA, 2017, p. 08-09, grifo nosso)

A promoção de redes de relacionamentos se constituiu, também, das vivências de seus membros em “associações culturais, religiosas, musicais, esportivas, dramáticas e carnavalescas” (ZUBARAN, 2016, p. 216), aqui compreendidas como estratégia de

imprensa negra, ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura a tinta fresca: a imprensa negra no século XIX*. [Dissertação de Mestrado]. Brasília, PPGH / UNB, 2006.

⁷ MÜLLER, Liane Susan. *As Contas do Meu Rosário São Balas de Artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

mobilidade e socialização, entendimentos que descaracterizariam o reducionismo de tratamento o qual a história social do negro recebeu. Durante o período de vigência d'O Exemplo (1892-1930), segundo Melina Perussatto (2018), o periódico sofrerá modificações em suas abordagens, fato que contribuirá para novas discussões acerca do pós-abolição, onde a história social dos negros e suas implicações devem ser problematizadas e não compreendidas de maneira lineares ou como "em estado de desajustamento e anomia social" (DOMINGUES, 2009, p. 218).

Esta imprensa manifestou-se acerca do racismo no Brasil, realizou reflexões da situação da comunidade negra no pós-abolição, mencionou as conquistas de negros e negras, também no Rio Grande do Sul. Assim, não se reservando apenas a reprodução de conteúdos da então capital, mas mantinha colunistas, cronistas, personalidades que ocupavam diferentes espaços na sociedade portoalegrense. E se tratando do ano de 1918, essa imprensa negra não se furtou a discutir em suas páginas a conjuntura vivenciada no período, o final da grande guerra e a epidemia da gripe.

A visita da gripe e as páginas d'O Exemplo

Denominada gripe espanhola, gripe pneumónica, peste pneumónica ou, simplesmente, pneumónica⁸, hoje sabe-se que foi provocada pelo vírus influenza A (H1N1). A medicina científica não possuía o conhecimento do agente que causou a gripe, muito menos de como era a forma de sua transmissão e a terapêutica adequada a ser utilizada na população enferma, ou seja, a comunidade médica não conhecia a etiologia da influenza espanhola. A doença atuava de forma diferenciada em cada organismo, isso dependia de outras complicações de saúde que estes indivíduos enfermos poderiam ter e também poderia levar a complicações graves como a pneumonia bacteriana.

Somente com a invenção do microscópio eletrônico, na década de 30 do século XX, a medicina pode estudar as estruturas dos vírus isoladamente, antes disto, não se compreendia o que era um vírus, uma vez que seu material genético ainda não havia sido descoberto. Assim, devido ao desconhecimento do agente causador, prevaleceram as medidas profiláticas individuais e sintomáticas e uma heterogeneidade de terapêuticas. A grande maioria dos medicamentos receitados não passava de paliativos.

⁸ Consultado em <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola> acesso 13 out. 2018

Dos medicamentos pharmaceuticos são aconselhados para combate-la os saes de quinino e, preventivamente, gargarejos de agua oxigenada, permanganato de potassa ou outro qualquer antyseptico, na allopathia; chamomilla, nox- vomica e coleyntes, na homeopathia” (O Exemplo, 03/11/1918, p. 01).

Cabe salientar que a teoria do miasma⁹ voltou a influenciar algumas medidas dos serviços estaduais e municipais, os quais a utilizaram como justificativa para realizar desinfecção de ruas (com alcatrão), casas, navios, destruição de cortiços e casebres, dado que a moléstia estava “ceifando especialmente as classes pobres em número até aterrorizador” (O Exemplo, 06/10/1918, p. 01). Possivelmente motivados por essa justificativa, órgãos públicos utilizaram de práticas de higienização nas cidades, e consequentemente é possível compreender que o caráter democrático da doença pode ser questionado, pois nos lugares onde há falta de organização sanitária e condições mínimas de higiene dos indivíduos, como práticas de prevenção, essas condições tornam esses ambientes mais suscetíveis a proliferação de doenças, o que não foi diferente com a Gripe Espanhola.

A falta de protagonismo nas discussões historiográficas acerca da gripe de 1918, provavelmente se concretiza devido a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O século XX foi inaugurado com uma delirante violência em massa - a Primeira Guerra Mundial - causada por diversas motivações, tais como: a derrota do Império Francês para o Reino da Prússia, durante a guerra Franco-Prussiana (1870-1871); o expansionismo e industrialização do Império Alemão; a produção de armas, durante a corrida armamentista; a anexação da Bósnia à Áustria, que contrariava o nacionalismo sérvio. Isso tudo refletiu no conflito, que teve repercussões globais, instaurado como *a guerra para acabar com todas as guerras*, pois se acreditava que aquele seria o enfrentamento definitivo. Depois de 52 meses de massacre contabilizou-se o desmantelamento de quatro impérios (Alemão, Otomano, Austro-Húngaro, e Russo); a construção de um Estado socialista; o advento de armas químicas, assim como o estabelecimento de debates para compreender e refletir a partir desse fenômeno histórico, o qual desenhou o mapa político da Europa e abalou de maneira substancial a economia. Assim, a gripe acaba sendo mais

⁹ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dicionário de Medicina Popular. Paris: Typographia de R. Roger & f. Chernoviz. 6ª edição, 1890, p.421.

um capítulo da guerra total.¹⁰ Em contrapartida, o papel de destaque entre as doenças que mais acometeram pessoas, em pouco tempo foi representado pela pandemia de 1918.

Em um primeiro momento se apresentou como uma “simples gripe”, algo recorrente quando se está em um estado de insalubridade, má alimentação, caos, cenários que caracterizam uma guerra. A Espanha, mesmo estando no continente de origem desse conflito, que inaugurou o século XX, se manteve neutra com relação a guerra, mas não sobre a gripe. Além da Grande Guerra, viveram-se tempos de lutas contra outro inimigo, a proliferação de uma doença infecciosa que se espalhou entre os continentes. A epidemia da gripe espanhola, que deixou mais de 50 milhões de mortos no mundo, entre 1918 e 1919, teve uma mortalidade maior que a própria guerra, com seus aproximados 15 milhões de soldados dizimados, logo poucas regiões do mundo escaparam desta moléstia.

A epidemia iniciou em meados de março (1918), se prolongando até maio onde sua manifestação ocorreu de maneira branda, reapareceu em setembro, com um pico em outubro, se expandindo entre os continentes e sem precedentes, assim como em seu início, se dissipa em novembro. Nesta sua segunda aparição serão relatados casos de civis em diversos continentes contaminados pela gripe, inclusive na América, mas parece que os demais países, diferente da Espanha, preferiram não divulgar informações sobre essa pandemia, fato este que muitos irão batizar de a “Gripe Espanhola”. Esse silêncio não condizia com os rumos nos quais essa enfermidade se desdobrava, inclusive Gina Kolata (2002)¹¹ comenta sobre a possível contribuição da gripe para o destino da história do conflito mundial, a partir da leitura de um relato do general do exército alemão, Erich Von Ludendorff, percebe-se a não execução da ofensiva alemã devido aos soldados estarem mortos ou acamados, em função dessa moléstia que tantos já havia matado.

Ainda ocorreram alguns casos nos primeiros meses de 1919, caracterizando uma terceira onda dessa virulência, e foi nessa última manifestação que “em seu palacete à rua Senador Vergueiro na capital da República, onde se encontrava, faleceu o conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente eleito da República” (O Exemplo, 19/01/1919, p. 02). Este fato causou uma agitação entre os redatores d’ O Exemplo quanto ao andamento do “futuro do governo”, afinal, quem seria o escolhido para assumir o poder

¹⁰ BELL, David A. Primeira Guerra Total. Rio de Janeiro: Record, 2012, p.13.

¹¹ KOLATA, Gina. Gripe: a história da pandemia de 1918. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.22-23.

executivo? No periódico houve especulações de nomes, inclusive de conhecidos na política do Rio Grande do Sul “esse nome é do illustre dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros” (O Exemplo, 26/01/1919, p. 01), demonstrando a possível capacidade desta moléstia em redesenhar o rumo dos processos históricos e também a consistente ligação entre os jornalistas e intelectuais negros e o Partido Republicano Rio-grandense¹². Deixando para trás um estado de medo, angústia, incerteza, e receio sobre as próximas atuações dessa doença.

Na América, os dados da manifestação sobre a gripe são assustadores, pois atingem não somente as tropas em guerra, mas também toda a população. As mortes foram de uma frequência tão grande que prejudicou a atuação dos médicos em atender aos vivos e contabilizar as baixas, os hospitais das cidades estavam sobrecarregados com os atendimentos e os óbitos, assim como as casas funerárias, que não estavam dando conta de enterrar todos os mortos.

No dia 28 de agosto, oito homens pegaram a gripe. No dia seguinte, 58 estavam doentes. No quarto dia, o número de doentes chegava a 81. Uma semana depois, eram 119 e nesse mesmo dia o primeiro civil foi internado no Hospital Municipal de Boston acometido pela gripe (KOLATA, 2002, p. 24)

O Brasil inicialmente se manteve neutro com relação a guerra iniciada em 1914, e acompanha o conflito e a marcha da gripe através da mídia impressa. Entretanto, “de 1917 em diante, a situação mudou devido ao posicionamento alemão de bloqueio e a temida campanha submarina que esta impunha contra os neutros” (BRUM, 2015, p. 46). Com isso, segundo Pires (2011), o país começa se articular em grupos de apoio aos Aliados através de propagandas. Ao tomar essa posição, o Brasil organiza ações de atuação no conflito mundial, tendo na realização da missão médica, envio de médicos e soldados para França, um demarcador de espaço do país no cenário mundial:

Deste modo, ir à guerra e levar médicos ao conflito bélico significava mostrar que a ciência brasileira era capacitada. Era o Brasil construindo

¹² Ver: ROSA, Marcus Vinicius de Freitas Rosa. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). [Tese de doutorado]. Campinas, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 2014; SANTOS, José Antônio. Prisioneiros da História. *Trajetória de intelectuais na imprensa negra meridional*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH / PUCRS, 2011; MOREIRA, Paulo; CAMPOS, Vanessa. "Evitar o Circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro": O professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867-1916) In: *Alcides Cruz: Perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017, p. 44-87.

um hospital no país da medicina do período. A missão representava o Brasil inserindo-se na modernidade internacional pela via da saúde (BRUM, 2015, p. 48).

Além de romper com sua neutralidade com relação à guerra, o Brasil, a partir de setembro de 1918, também terá contato com a Gripe Espanhola. Segundo Abrão (1998), com a missão médica também foram enviados, em agosto desse mesmo ano, uma divisão naval para patrulhamento do Atlântico Sul, que em sua viagem traz na bagagem a gripe, inclusive a missão médica também será afetada por essa moléstia:

(...) o período de duração da missão coincidiu com outro evento de alcance global: a gripe espanhola. Assim, mesmo antes de chegarem na Europa, durante a viagem, os missionários enfrentaram imprevistos relacionados à pandemia. Ainda no navio em direção ao velho continente, após terem saído de Dacar, no Senegal, alguns tripulantes começaram a sofrer deste mal. As péssimas condições das acomodações e da alimentação contribuíram para a disseminação da doença (BRUM, 2015, p. 51).

No Brasil, a marcha da gripe não cessará, pois vamos verificar suas manifestações em diversos estados brasileiros. No Rio de Janeiro, capital do país na época, faleceram cerca de 12.700 pessoas, em São Paulo de outubro a dezembro foram registrados 5.328 óbitos, “só no mês de outubro, morreram 1.250 pessoas em Recife, cuja população chegava então a 218 mil habitantes”¹³. Ao delimitarmos nossa pesquisa para cidade de Porto Alegre, verificamos que a população acompanhava horrorizada, pelos jornais e periódicos, os casos de gripe espanhola que ceifavam vidas pelo mundo. Devido à distância que a separavam pelos oceanos, não imaginava que chegaria até Porto Alegre.

Depois de haver feito Europa como uma cócotta dengosa, vem fazer Americca a mala venturada influenza que sob os nomes de hespanhola, bailarina, quarta, doença do pauvre, febre das trincheiras e quindi de boche, vem semeando horror na sua passagem, precedendo-se da mais nefasta fama. Entre nós ella irrompeu benignamente e é mais o susto que ella sugere que verdadeiramente o mal que causa (O Exemplo, 03/11/1918, p.01).

Muitas notícias do Rio de Janeiro irão acender o alerta referente a disseminação da gripe. De repente tudo muda, a notícia vira realidade! A doença chega na cidade de Porto Alegre, avança de forma devastadora – em questão de dias, horas adoeciam, morriam sem poupar ninguém – crianças, jovens, adultos e idosos são acometidos pelos sintomas.

¹³ Consultado em <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola> acesso 13 out. 2018.

Finalmente, pode se agora dizer que começa a delinear a pandemia da *hespanhola*, tendo sido enterrados hontem 438 pessoas. Por esses algarismos poderão ahi fazer ideia da devastação produzida pela epidemia reinante, cujo número de obitos deixa a perder de vista os 2 por 20.000 que o ministro do interior teve o desplante de comunicar para ahi! Infelizmente nos chegam notícias que ahi também já está grassando com intensidade a terrível pandemia. (O Exemplo, 08/12/1919, p.01)

Com os primeiros casos da Gripe Espanhola a cidade se organiza para enfrentar a marcha da epidemia. As faculdades de medicina – Faculdade de Medicina de Porto Alegre e Escola Médica Cirúrgica - se unem ao chamamento, seus alunos e professores passam a atender a população vinte e quatro horas por dia incansavelmente. A gripe alastra-se de forma arrasadora, e adota-se como estratégia sanitária a divisão dos cinco distritos da cidade em 33 quarteirões sanitários, reconfigurando o cenário geográfico da capital¹⁴. Cada quarteirão foi entregue a um médico encarregado do serviço clínico, um funcionário que provia a alimentação e agasalho aos necessitados e ainda um inspetor, responsável pela vistoria sanitária das casas e estabelecimentos.

O comércio fecha as portas, o serviço de telefonia não tem como atender a população devido à falta de funcionários, assim como os trens da ferrovia interrompem seu itinerários habituais, entre a capital e interior, devido a seus funcionários adoecerem.

Depois de uma interrupção dos tres numeros forçada pelas consequencias da pandemia que a quase todos intelicitou, reencetamos hoje a publicação da nossa folha pedindo aos nossos caros leitores desculpas pela involuntaria falta em que incorremos (O Exemplo, 01/12/1918, p.02).

No mercado público da cidade há uma disputa pelas galinhas – o preço deste produto, assim como do limão e do quinino – sobem, fazendo com que a intendência municipal seja obrigada a tabelar o preço mínimo e máximo de venda.

Sendo essa malária de natureza grippal e portanto uma febre intestinal deve-se observar o mais rigoroso regimen dietetico fazendo-se uso exclusivo de caldos de gallinha e leite quando o medico não determinar em contrario (O Exemplo, 03/11/1918, p.01)

De acordo com Abrão (1998), os números de pessoas procurando auxílio nos postos criados nos quarteirões, aumentam a cada dia. A população tomba em plena rua,

¹⁴ A Federação, 13 de nov. 1918, capa.

são recolhidos pelos carros da assistência, alguns chegam com vida ao hospital, outros não têm tanta sorte. Todos adoecem! A gripe não poupa nem os médicos, muitos adoecem e alguns perdem a vida em plena batalha. Os relatos de mudanças no cotidiano são constantes e ocorrem nas mais diversas esferas da sociedade a “epidemia reinante não haviam escapado às lavadeiras, conseqüentemente dias a fio, muitas pessoas não tiveram roupa para mudar nem tinham onde adquiri-la porque o comércio havia fechado”, “além da peste houve fome” (O Exemplo, 01/12/1918, p. 01). Corpos avolumam nos hospitais na esperança de sepultamento, porém não há profissionais suficientes para enterrá-los. Uma estratégia foi utilizar a população carcerária para realizar os serviços, no entanto, esses também estavam doentes! Caos estabelecido! Meados de novembro - uma triste lembrança!

Assim como ela chegou, sem que a população desse conta gerando o caos, sofrimento, mortes, principalmente de jovens saudáveis, ela se foi em meados de dezembro, sem dar uma explicação. Aos poucos a cidade se reconstrói, às famílias resta a triste lembrança de entes queridos que partiram, sem que houvesse tempo para se despedir.

Foi-se a *hespanhola*, mas seus desastrosos efeitos ainda perduram terrivelmente entre nós. Sente-se bem que a população continua apavorada ante a ceifa horrível feita pela dizimadora molestia (O Exemplo, 19/01/2019, p. 01).

A história da epidemia criou memórias e marcou a história da medicina e de Porto Alegre, “o vírus mutante da gripe assumiu características tão singulares em 1918, que a chamada influenza espanhola, até hoje, apavora quem procura entender o que aconteceu naquele ano” (BERTUCCI, 2003, p. 106). Portanto, a compreensão das ocorrências da Gripe Espanhola se torna de grande valia para perceber o início e desenvolvimento do século XX.

Possíveis Conclusões

Assim, levando em consideração a conjuntura vivenciada no ano 1918, o final da grande guerra e a epidemia da gripe, verificou-se como a Gripe Espanhola estava sendo comunicada, a partir do periódico denominado O Exemplo, e de que maneira estava atingindo a cidade de Porto Alegre. Ao todo, para este artigo, foram analisadas as 17

edições existentes no recorte temporal de setembro 1918 até janeiro 1919, contemplando o período de disseminação dessa enfermidade no Brasil. Dando atenção a todas especificidades dessa fonte, um periódico da imprensa negra de quatro páginas, “[...] de tiragem modesta e vendido pelos próprios editores na sede do jornal ou através de assinaturas semestrais” (ZUBARAN, 2008, p. 166). Importante destacar que se trata de um semanário, ou seja, mensalmente prevê-se quatro edições, desta forma percebe-se uma maior distância entre o fato ocorrido e a divulgação da notícia, quando comparado a impressos de maior frequência em suas edições.

Ainda, no recorte temporal proposto devido a intempéries provocadas pela epidemia, houveram interrupções de publicações, fator que contribuiu de maneira relevante para um maior acúmulo de notícias. Referente a interrupção das atividades d’ O Exemplo, informamos que este fator também foi responsável por conduzir esta pesquisa, pois observando essa situação nos leva a reconhecer como uma significativa limitação de dados. Tendo em vista a fugacidade e magnitude da gripe, toda falta de menção de informações é crucial para sua compreensão.

Da mesma forma que os outros impressos analisados na pesquisa realizada para constituição da exposição temporária do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), nos demais meses que antecedem o período de propagação da Gripe Espanhola no Brasil não localizamos reportagens, informações, dados ou relatos direcionados a epidemia nas páginas d’ O Exemplo. Desse modo, as análises a partir do periódico dialogam com os estudos realizados anteriormente¹⁵ sobre o estágio de maior ocorrência dos casos da gripe. Com isso apostamos de maneira assertiva em utilizar da lógica mencionada, onde nossa primeira atenção estaria direcionada ao estágio de maior propagação da moléstia, ou seja, de setembro de 1918 à janeiro 1919.

Com isso, neste semanário podemos constatar que em 1918 suas páginas dão destaque para a enfermidade mundial, principalmente no período entre novembro e dezembro, sendo que as informações do periódico revelam possíveis números de pessoas contaminadas, relatos de civis sobre o caos que se instalou nos hospitais, na própria edição do jornal, e também nas atividades realizadas no cotidiano dos portoalegreses. Vale destacar que entre os membros do grupo editorial haviam médicos, o que nos leva a

¹⁵ ABRÃO (1998); BERTOLLI (2003); KOLATA (2002).

conjecturar que esses também poderiam estar impossibilitados de efetuarem suas atribuições no impresso devido estarem atuando junto ao combate da epidemia na cidade de Porto Alegre. A partir da compreensão das ocorrências da Gripe Espanhola, no O Exemplo, podemos inferir diversos desdobramentos do século XX na cidade de Porto Alegre para além das questões apenas de saúde.

Este estudo inicial sob a perspectiva da história social dos negros viabiliza também contribuir para as discussões do período convencionado como pós-abolição, onde engloba questões diretamente relacionadas à população negra no país, bem como as relações políticas que ora transformam, ora mantém as diretrizes de racialização a eles impostas. Com isso, refletir sobre as dificuldade da comunidade negra em seu cotidiano, permite compreender a abolição e o pós-abolição como campos de estudos que enfocam debates acerca de diferentes condições sociais da comunidade negra, não apenas associados a uma herança da escravidão, onde esse período encerraria somente com o fim da ordem de tratamentos desiguais. Portanto, utilizar O Exemplo como fonte deste artigo possibilitou debater questões da história da saúde desta parcela da população e suas constantes tentativas de manifestações para a desconstrução do preconceito racial, e, também, iniciativas de visibilidade da comunidade negra.

Referências

ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a Hespnhola em Porto Alegre, 1918*. Porto Alegre: Puc-RS, 1998

BARCELLOS, Daisy M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social- Museu Nacional- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BERTOLLI, Cláudio. *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRUM, Cristiano Enrique de. A missão médica brasileira na primeira guerra mundial através de relatos e memórias de seus participantes. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.8, n.1 jan./jun. 2015, p. 42-60

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT, R. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. *Fios de Ariadne: o protagonismo negro nos pós-abolição*. Anos 90, Porto Alegre, v. 16, n. 30, dez 2009.

GOMES, Arilson dos Santos. "Luciano Raul Panatieri e Veridiano Farias: a trajetória de dois médicos negros sul-rio-grandense." In: QUEVEDO, Éverton Reis, POMATTI, Angela Beatriz (Org.). *Museu de História da Medicina- MUHM: um acervo vivo que faz ponte entre ontem e o hoje*. Porto Alegre: Evangraf, 2016.

KOLATA, Gina Bari. *Gripe: a história da pandemia de 1918*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)*. 1999. Xf. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 1999.

_____. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

MORAES, Paulo Ricardo. *Imprensa Negra Gaúcha: a voz que não cala*. In: FERREIRA, Antônio Mario (org.). *Na Própria Pele: os negros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CARVALHO, Daniela Vallandro; VARGAS, Jonas Moreira; SANTOS, Sherol. *Entre irmandades e Palácios: a trajetória de um Negro Devoto e Burocrata (o caso Aurélio Viríssimo de Bittencourt – 1848-1919)*. In: *V Mostra de Pesquisa APERS – Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2007. Pp.169-180.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A imprensa negra do Rio Grande do Sul e alguns de seus homens*. Espacialidades, Revista eletrônica dos discentes do mestrado em História da UFRN, v.12, nº 2, 2017.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892-c.1911)*. Tese [Doutorado em História]- Programa de Pós-Graduação em História- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. *Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001

PIRES, Livia Claro. *A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial*. In: Simpósio Nacional de História - ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. Anais do Simpósio Nacional de História - ANPUH, XXVI. São Paulo, julho 2011. p. 1-15.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Topoi, v. 5, nº. 8, p. 170-198, 2004.

ZUBARAN, Maria Angélica. *Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras*. Educar em Revista. Curitiba, n. 60, abr./jun. 2016. Pp.215-229.

_____. *Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, julho de 2008, pp. 161-187

Fontes

O Exemplo. disponível em <http://afro.culturadigital.br/colecao/o-exemplo/> acesso 18.11.2018

A Federação. Porto Alegre. nº 267 de 13 de nov. de 1918, capa. disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20191&pesq=acesso08.06.2018>

Arquivo do jornal do Correio do Povo - Correio do Povo. Porto Alegre, setembro a dezembro de 1918.

Acervo do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dicionário de Medicina Popular. Paris: Typographia de R. Roger & f. Chernoviz. 6ª edição, 1890.

**PERCURSOS DE UMA PESQUISA SOBRE O POS-ABOLIÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE:
HISTORIA SOCIAL, IMPRENSA NEGRA E HISTORIOGRAFIA****ROUTES OF A POST-ABOLITION RESEARCH IN RIO GRANDE DO SUL: SOCIAL HISTORY,
THE BLACK PRESS AND HISTORIOGRAPHY**Melina Kleinert Perussatto¹**Resumo**

O artigo apresenta a trajetória de uma pesquisa em história social recentemente concluída. Inserida no campo de estudos sobre o pós-abolição, foi elaborada a partir de *O Exemplo*, jornal da imprensa negra de Porto Alegre. Aborda o processo de construção do tema, a discussão historiográfica, o referencial teórico, a metodologia, as fontes e os acervos. Objetiva, enfim, expor possibilidades de investigar uma mesma fonte ou objeto e, especialmente, elaborar problemas de pesquisa dentro do referido campo.

Palavras-chave: História Social. Pós-abolição. Imprensa Negra.

Abstract

The article introduces the trajectory of a recently completed social history research. Inserted on the post-abolition studies field, it was elaborated from *O Exemplo*, newspaper of the black press of Porto Alegre. It covers the process of construction of the theme, the historiographical discussion, the theoretical reference, the methodology, the sources and the collections. Finally, it aims to expose possibilities of investigating the same source or object and, especially, to elaborate research problems within the post-abolition studies field.

Keywords: Social History. Post-abolition. Black Press.

Introdução

Nos idos de 1892, um grupo de jovens homens *de cor* reunia-se diariamente no Salão Calisto, barbearia localizada na principal rua do centro de Porto Alegre, a rua dos Andradas, número 287, para conversar sobre assuntos de alto interesse. Com formações, ocupações, profissões e experiências variadas, seus membros compartilhavam o desejo de protagonizar mudanças sociais, uma vez que o preconceito de cor seguia incrustado nos costumes da sociedade como um todo e colocava em xeque as expectativas de igualdade

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Substituta de Ensino de História na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. E-mail: melinaperussatto@gmail.com

fomentadas pela Abolição e pela República. Enfim, esperavam que efetivamente apenas os talentos e as virtudes hierarquizassem as pessoas.

Para disseminar seu projeto político e sua leitura sobre os novos tempos, o grupo colocou em circulação, no segundo domingo de dezembro daquele ano, seu órgão de representação na imprensa da capital sul-rio-grandense, sugestivamente nomeado de *O Exemplo*. Entre fases e renovações, o programa traçado no editorial de fundação foi preservado ao longo de quase quatro décadas, somando mais de mil edições e uma das mais longevas experiências de imprensa negra no país, quiçá, nas Américas. Em suma, “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” (*O Exemplo*, 11/12/1892, p. 1) eram as suas metas.

Embora já tenha servido como fonte ou objeto para outras pesquisas, ainda há muito a ser dito sobre o jornal *O Exemplo*, especialmente sobre o grupo reunido em seu entorno. Desse modo, a pesquisa cujos bastidores pretendemos apresentar, buscou estudar as lutas engendradas por sujeitos históricos nos primeiros tempos de pós-abolição e República no Brasil, por meio da constituição de um grupo formado por homens *de cor* porto-alegrenses, suas transformações ao longo do tempo e seu projeto político, materializado e executado por meio do jornal *O Exemplo*. Atentando para o processo histórico, buscou-se identificar experiências que informaram a constituição, manutenção e renovação do grupo e do projeto coletivo ao longo das duas primeiras fases do periódico, compreendidas entre dezembro de 1892 e janeiro de 1897 e entre outubro de 1902 e meados de 1911.

Devido ao ciclo de vida dos personagens, na reconstrução de aspectos de suas trajetórias e relações para além do jornal, foram utilizadas fontes diversas e alguns escritos registrados na terceira e última fase do jornal, a saber, entre 1916 e 1930. Ademais, por meio dos desdobramentos do programa de *O Exemplo*, foram exploradas a maneira como o grupo buscou participar dos debates políticos e, mais do que isso, pautá-los, colocando-se como arauto de uma coletividade e de uma ideia. Por isso, as lutas por direitos, sobretudo por instrução e contra o racismo, para as quais concorriam sentidos conferidos à educação, ao trabalho e à cidadania, ganharam proeminência ao longo do estudo.

Este, no entanto, não foi o tema inicial da pesquisa. Chegamos a ele durante a pesquisa que, inicialmente, se debruçava sobre o contexto emancipacionista e as

interconexões entre instrução, trabalho e liberdade a partir das experiências de crianças nascidas de ventre livre após a lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, suas famílias e senhores/tutores, em Rio Pardo, município fluvialmente interligado à capital sul-riograndense. Ao notarmos que o debate não foi interrompido pela lei 3.353, de 13 de maio de 1888, mas sim intensificado e reconfigurado após sua promulgação, sucedida pelo advento republicano, adentrar no período pós-abolição em busca de indícios foi inevitável.

Concorreu também para esse investimento os silêncios advindos das fontes oficiais referentes à instrução pública, nas quais não foram localizadas menções a cor, a raça ou a condição do alunado; o predomínio de fontes acerca da visão de autoridades, magistrados e proprietários; e, sobretudo, o desejo de produção de um trabalho que considerasse as experiências dos sujeitos e grupos sociais e suas relações com as estruturas, procedimento fundamental para as novas interpretações historiográficas sobre as experiências negras no Brasil emergidas no entorno do Centenário da Abolição e que nos servem de inspiração.

A historiografia social da escravidão se propôs a refutar teses que desconsideravam a cultura política expressa cotidianamente por africanos e seus descendentes no Brasil. Sob grande influência do pensamento do historiador marxista britânico E.P. Thompson, passou-se a articular experiências individuais e coletivas com as estruturas. Nessa inflexão, surgiram investigações sobre as lógicas internas do sistema escravista, as visões dos sujeitos sobre a escravidão e a liberdade, bem como a cultura política forjada em meio à articulação entre valores, normas costumeiras, sentidos de justiça e tradições africanas. Nesse viés, por exemplo, a resistência deixou de ser associada apenas a atos extremos para inserir-se em um complexo e multifacetado cotidiano e as relações entre senhores e escravizados passou a ser lida na chave das negociações e conflitos, e não somente da violência. Em termos de recorte cronológico, os estudos dedicaram-se particularmente ao processo emancipacionista desencadeado pela lei de 28 de setembro de 1871 e ao movimento abolicionista (REIS; SILVA, 1988; CHALHOUB, 1990).

O Exemplo na historiografia

Nessa inflexão, tomou-se contato com o jornal *O Exemplo* por meio da dissertação de Liane Susan Müller (2013), defendida em 1999 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e publicada recentemente. Pioneira em muitos sentidos, trata-se não apenas de um dos primeiros trabalhos a explicitar e problematizar a liberdade negra em

tempos de escravidão no Rio Grande do Sul, como também a abrir caminhos para a constituição do campo de estudos sobre o pós-abolição no país. Embora não tivesse *O Exemplo* como objeto central de sua análise, a historiadora utilizou exemplares publicados a partir de 1902 em seu estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, uma entidade fundada no final do século XVIII e composta majoritariamente por homens livres e de cor preta ou parda. A autora nos apresentou pessoas negras desvinculadas da escravidão desde o final dos setecentos e, mais do que isso, organizadas. Apontou ainda os vínculos da Irmandade com a fundação de *O Exemplo* e várias outras associações negras ou mistas, dentre as mais de setenta surgidas entre 1870 e 1920. Ademais, traçou algumas aproximações entre os compromissos firmados pelos irmãos do Rosário em 1828 com o projeto do periódico fundado em 1892, particularmente no que toca à instrução, como uma tradição de lutas negras na capital sul-rio-grandense.

Ao explicitar empiricamente a agência e a articulação negra em um cenário de incertezas e transformações, a dissertação de Liane Müller se contrapôs aos resultados oferecidos pelo único registro de estudo acadêmico debruçado sobre *O Exemplo*. Trata-se, pois, da tese de Fernando Henrique Cardoso (2011), produzida na década de 1960 no âmbito do Projeto Unesco. Coordenado por Florestan Fernandes junto à Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, o conjunto de pesquisas produzidas nesse escopo, ainda que buscassem denunciar o racismo em detrimento da democracia racial, acabaram por reforçar a ideia de que o “problema do negro” era, em última análise, produto da ausência de qualidades inerentes ao próprio sujeito e não como uma consequência do denunciado racismo estrutural. Desse modo, a fim de confirmar tais teses no extremo sul do Brasil, Cardoso baseou-se em exemplares correspondentes ao primeiro ano de circulação de *O Exemplo* para, no último capítulo de seu estudo, reforçar a ideia de desajuste do negro à sociedade de classes, valendo-se de categorias como anomia, embranquecimento e mimetismo social.

Nesse sentido, foi Ana Flávia Magalhães Pinto (2010) a primeira pesquisadora a retomar os jornais referentes ao período estudado por Fernando Henrique Cardoso. Em sua pesquisa de mestrado, concluída em 2006 na Universidade de Brasília, acessou exemplares que se achavam sob a guarda de Oliveira Silveira², por meio dos quais

² Oliveira Ferreira Silveira (1941-2009), foi um importante poeta, jornalista e professor, bem como fundador e ativista do Movimento Negro Unificado e da definição do dia Vinte de Novembro como Dia da Consciência

identificou inúmeros temas de relevância social, econômica, política, educacional e cultural e inseriu *O Exemplo* no conjunto de jornais negros existentes no país no século XIX. Ao explicitar a ação política de homens negros nascidos livres na vigência da escravidão, ressaltou a existência de olhares plurais no interior do coletivo que, a esse despeito, convergiam a uma causa comum, qual seja, a massificação do ensino, visando o combate ao racismo, a mobilidade e a ascensão social.

Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2014), por sua vez, nos ofereceu em sua tese sobre a história social do racismo uma análise das relações raciais, mais do que tecidas, teorizadas pelos “círculos sociais mais baixos”. No último capítulo, deslindou o modo como os jornalistas negros de *O Exemplo* operaram a noção de raça na tentativa de oferecer uma visão contrastante sobre aquela realidade. Esforço semelhante foi realizado por Regina Celia Lima Xavier (2013) em artigo no qual verificou as articulações entre raça, cor e classe a partir da maneira como as teorias raciais e o branqueamento operaram na construção de uma identidade sul-rio-grandense e foram tensionadas por jornalistas negros.

Em um diálogo entre o pós-abolição e a história social do trabalho, Rosa trouxe ainda valiosos apontamentos sobre as relações do jornal com o movimento operário e a centralidade das associações negras na busca por coesão racial e no combate ao racismo. Felipe Rodrigues Bohrer (2013), também no encalço do associativismo negro e lançando mão das noções de classe e raça, mapeou em sua dissertação a presença negra na história da música de Porto Alegre, identificando as relações dos jornalistas com agremiações musicais. Assim como Liane Müller, os três historiadores mencionados utilizaram os jornais produzidos a partir da segunda fase de *O Exemplo*, ou seja, de 1902.

Os trabalhos de Müller, Rosa e Bohrer oferecem algumas informações biográficas dos fundadores, assim como a tese de José Antônio dos Santos (2011), na qual se propôs a investigar a “participação política dos negros na história do Estado” e “o processo de inserção e mobilidade social dos jornalistas e redatores”. Para tanto, utilizou especialmente as edições referentes à última década (1920-1930) e outros jornais da imprensa negra sul-rio-grandense. Ainda que tenha se debruçado sobre uma das famílias envolvidas com a fundação do jornal, seu foco recaiu sobre Dario, filho do fundador Aurélio Júnior e diretor do periódico durante sua última década de existência, deixando

Negra. Mais informações podem ser encontradas em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=31262>> (acesso em 10 nov. 2018). Postumamente, seus poemas foram reunidos em: SILVEIRA, 2012.

em aberto a possibilidade de uma investigação mais aprofundada sobre as trajetórias dos fundadores.

Maria Angélica Zubarán (2008), por seu turno, vem empreendendo diversas reflexões sobre *O Exemplo* a partir dos Estudos Culturais. Em artigo sobre as comemorações da liberdade divulgadas em treze de maio de 1910, por exemplo, destacou as inter-relações entre trabalho e instrução no combate aos “males morais” e o chamamento à adesão dos negros aos projetos e iniciativas de caráter formativo. Nesse viés, Isabel Silveira Santos (2015) explorou em sua tese produzida na área da Educação a importância de Arthur Rocha, dramaturgo negro, para a cultura teatral sul-rio-grandense, valendo-se igualmente de *O Exemplo*. Lúcia Regina de Brito Pereira (2007, p. 289), em sua tese sobre as estratégias educacionais desenvolvidas por organizações negras de Porto Alegre no longo período compreendido entre 1872 e 2002, ainda que não tenha utilizado diretamente o periódico, constatou que, ao lado da cultura, “a educação sempre esteve presente nas organizações negras em suas variadas configurações”.

A partir desta revisão historiográfica, que não abarcou a totalidade de trabalhos debruçados sobre o periódico, o jornal *O Exemplo* passou a ser lido e, além da vastidão de possibilidades investigativas ainda em aberto, suas páginas confirmaram que a questão educacional, amplamente debatida no contexto emancipacionista não se resolveu com a Abolição e seguiu como um dos problemas centrais no período que se inaugurou com ela. Em um primeiro momento pretendia-se apenas estabelecer um diálogo com essas produções, porém diante dos estudos existentes assinalaram a centralidade da instrução no programa do periódico mas, por terem outras questões a serem respondidas, não a elegeram como objeto central da análise, tampouco perscrutaram com mais vagar a formação do grupo e suas trajetórias.

História social e o pós-abolição

Nessa guinada, uma das diferenças em relação à pesquisa anterior consistiu na possibilidade de acessar o ponto de vista dos sujeitos para além dos registros contidos em fontes oficiais e de buscar seus nomes e sobrenomes próprios – e não de seus proprietários ou tutores. O método onomástico, proposto por Ginzburg & Poni (1991), caracteriza-se pela utilização do nome próprio como “fio condutor” na tarefa de “reconstruir o vivido”. Propuseram uma “prosopografia a partir de baixo”, isto é, a análise

qualitativa dos grupos e atores sociais de forma particularizada. A prosopografia, segundo Lawrence Stone, “é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas”. A partir da justaposição, combinação e exame de informações sobre diversos aspectos da vida dos indivíduos, busca-se “variáveis significativas”. Os dados “são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação” (STONE, 2011, p. 1).

Desse modo, o exercício historiográfico de reconstituir aspectos das trajetórias dos membros do grupo fundador de *O Exemplo* e suas transformações ao longo do tempo auxilia no adensamento da compreensão de processos históricos, uma vez que a busca pela explicação histórica pelo viés da história social, segundo Hebe Mattos, está centrada na “interação de atores históricos coletivos – as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais – na conformação das estruturas sociais” (MATTOS, 2012, p. 95), sem perder de vista “a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais*” (CASTRO, 1997, p. 53-54).

A variação da escala de análise, nesse sentido, traduz a preocupação com a articulação entre comportamentos e sistemas normativos, entre os níveis micro e macro, entre sujeito e estrutura, permitindo-nos observar em uma escala reduzida, segundo Jacques Revel (1998), os efeitos de questões gerais e vice-versa. Para Sabina Loriga (1998, p. 249), por meio de estudos biográficos, a atenção aos “movimentos individuais” permite-nos “romper as homogeneidades aparentes [...] e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação de práticas culturais”.

A busca por compreender a ação política de sujeitos históricos, particularmente de pessoas negras livres ou libertas no pós-abolição organizadas em grupos, converge com o que foi postulado por Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos (2004): a necessidade de se entender o “pós-abolição como um problema histórico”. Este artigo, aliás, antecipou em um ano a publicação no Brasil do trabalho coletivo de Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott (2005), prefaciado por Mattos, no qual, em sentido convergente, a autora e os autores apontam para um inflexão nos estudos voltados para o terreno situado “além da escravidão”, qual seja, o entendimento do pós-abolição em suas particularidades e como uma arena de conflitos localizada em uma longa duração e cambiante conforme o contexto e a época. Nessa perspectiva, a liberdade é vista como um “constructo social, um

conjunto de valores coletivamente comuns, reforçado pelo discurso ritual, filosófico, literário e cotidiano” e com “uma história que contém noções distintas cuja própria fusão numa tradição histórica específica é tão importante quanto a tensão entre elas” (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005, p. 67). Dentre os problemas da liberdade, estavam o trabalho, a cidadania e a raça – “numa palavra, a evolução do sistema capitalista e da ideologia liberal” –, o que nos obriga e entender tais conceitos de modo processual e permeados por sentidos conflitantes (idem, ibidem).

Na esteira desta obra, Rios & Mattos (2004) assinalaram como desafio aos estudos sobre o pós-abolição no Brasil a atenção às lógicas dos sujeitos na atribuição de sentidos à cidadania, para além daqueles gestados pelas elites e atentando para a dialética entre pertencimento e exclusão. Para tanto, tornava-se fundamental perceber, sobretudo para o caso dos libertos, o modo como as experiências acumuladas na escravidão e os processos de racialização em curso concorreram para a atribuição de sentidos à cidadania e às lutas por direitos no pós-abolição. Delineava-se, assim, um campo de estudos com novos problemas, objetos, abordagens e fontes. Neste último aspecto, ganharam destaque fontes produzidas pelos próprios sujeitos e seus grupos. Embora as autoras tenham centrado o foco nos depoimentos orais baseados nas memórias de descendentes da primeira geração de libertos no pós-abolição, suas considerações também servem para a imprensa negra, na medida em que permitem o acesso a informações inexistentes em fontes oficiais e ao ponto de vista dos sujeitos sobre os processos históricos.

Contudo, as investigações das autoras valeram-se mormente da relação dos sujeitos com a escravidão, ou seja, partiram de experiências (e memórias) de libertos e seus descendentes, e este não parece ser o caso dos jovens homens *de cor* em questão no presente estudo. Por essa razão, a tese de Ana Flávia Magalhães Pinto (2014), cujo tema foi definido como história da liberdade e da cidadania negra no século XIX, serviu-nos como inspiração. A historiadora sublinhou a necessidade de se olhar para a segunda metade daquele século, especialmente suas duas últimas décadas, como um contexto no qual a maioria da população negra já não era mais escravizada e conseguia, apesar de todas as adversidades, acessar direitos de cidadania negados à maioria dos habitantes no país. O letramento, a mobilidade social, a organização política e o combate à escravidão e ao preconceito de cor são algumas das facetas da inserção e ascensão dos “literatos negros” por ela estudados e que dialogam com as experiências dos fundadores, apoiadores e novos

integrantes de *O Exemplo*.³ Nesse viés, de acordo com Flávio dos Santos Gomes (2005, p. 2005), ao se valerem de um repertório disponível, a imprensa, os homens *de cor* não apenas desejavam participar dos debates políticos do seu tempo, mas “definir a pauta”.

Antes disso, em um cenário de avanços de uma perspectiva de análise renovada nos estudos sobre a escravidão e o movimento operário sob a influência do marxismo britânico, particularmente de E. P. Thompson e suas noções de processo e experiência, Sílvia Hunold Lara (1998) observou um descompasso no seio da historiografia social do trabalho. Embora a ideia de processo estivesse no cerne desses estudos, o treze de maio de 1888 tornou-se um marco divisório, quase intransponível, entre dois mundos que se mostravam cada vez mais distintos e desconexos – e no mundo que se descortinava após a Abolição, o trabalhador negro desaparecia. A historiadora assinalou, enfim, a necessidade de se identificar experiências de trabalhadores negros no pós-abolição e, sobretudo, integrá-las a problemáticas da história do trabalho. Posteriormente, outros historiadores ofereceram importantes balanços sobre o campo (BATALHA, 2006; NEGRO; GOMES, 2006; FORTES, 2013).

Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009), por exemplo, refletiram sobre os deslocamentos e tensões entre o “paradigma da ausência” do negro na história do trabalho localizada após o treze de maio e o “paradigma da agência” negra nas lutas que levaram ao fim da escravidão. Neste encaixo, Álvaro Pereira Nascimento (2016) assinalou recentemente os efeitos da persistência do mencionado “paradigma da ausência”, reforçando que coube principalmente aos estudiosos da escravidão o rompimento do muro de Berlim historiográfico apontado pelos balanços anteriores. Para ilustrar, Nascimento recuperou uma fala realizada por Sidney Chalhoub (2001, p. 78) no início do milênio, na qual sublinhou alguns dos benefícios da influência de E. P. Thompson para a história social do trabalho, dentre os quais a identificação da “luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX” como “o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”.

Também em fins da década de 1990, o historiador estadunidense David Roediger (2013) lançou uma instigante questão à história social do trabalho: “E se o trabalho não

³ Basta ver que no primeiro recenseamento oficial do país, divulgado em 1872, 42,7% da população era preta ou parda, dentre a qual 85% era livre ou liberta (BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872).

fosse branco e masculino?” No que concerne às articulações entre classe e raça, retomou W.E.B. Du Bois (1992) e seu monumental estudo *Black Reconstruction* para postular a necessidade de um recentramento na história do trabalho, um movimento historiográfico que nomeou de “pós-branco”. Problematizou, enfim, as relações de poder que colocaram o negro enquanto um problema nas sociedades pós-emancipadas e invisibilizaram os privilégios usufruídos pelos brancos e sua participação na produção e reprodução de hierarquias sociais baseadas na cor da pele. Amalgamando três marcadores de diferenças e desigualdades, quais sejam, classe, raça e gênero, e valendo-se do pensamento da literata Tony Morrison (1992), assinalou “que uma das grandes realizações da identidade racial branca nos Estados Unidos foi fazer a própria palavra ‘americano’ implicar ‘branco americano’, de modo que apenas os chamados ‘não-brancos’ tem a necessidade de ter sua identidade racial enquanto americanos especificada” (ROEDIGER, 2013, p. 47); e buscou ainda explicações para a baixa participação de mulheres negras nas direções sindicais, a despeito de sua volumosa participação no mercado trabalho. Embora reportado à realidade estadunidense, questões e procedimentos oferecidos por Roediger nos influenciaram sobremaneira.

Ademais, a participação em dois Grupos de Trabalho da Associação Nacional de História, a saber, o GT Mundos do Trabalho e o GT Emancipações e Pós-Abolição, foram fundamentais em tais redirecionamentos. Ainda que respeitando as particularidades de cada campo, diversas pessoas circulam entre os grupos. Beatriz Ana Loner, nesse sentido, não apenas fundou-os, como trouxe importantes contribuições historiográficas e estabeleceu pontes, a começar por sua tese defendida em 1999. Estudo fundamental para pesquisas interessadas na compreensão dos processos de construção de classe que considerem a presença estrutural de trabalhadores negros no mundo do trabalho brasileiro e sua organização política desde antes da Abolição, foi elaborada a partir de Pelotas e Rio Grande, cidades localizadas no extremo sul do país. Tornou-se um importante marco e referência para pesquisas dispostas a verificar como cor e raça, em um país que presenciou mais de três séculos de escravidão, foram elementos constitutivos da classe trabalhadora e de suas variadas formas de organização e luta, solidariedade e conflito (LONER, 2016). Ao lado do trabalho de Liane Müller (2013), bem como do Iris Germano (1999) e Jane Mattos (2000), é um dos marcos nos estudos sobre o pós-abolição no Rio Grande do Sul.

O Exemplo: acervos, salvaguarda e fases

Ao longo da primeira fase do periódico, compreendida entre dezembro de 1892 e janeiro de 1897, publicou-se 194 números; da segunda fase, marcada pela refundação em outubro de 1902 até junho de 1911, 260 edições; na terceira e última fase, entre 1916 e 1930, mais de setecentas. A maior perenidade conquistada nesse último momento foi especialmente viabilizada pela fundação de uma sociedade mantenedora e a aquisição de uma máquina tipográfica. Por outro lado, foi apenas durante a primeira fase que conseguiram manter uma mesma sede, de modo que nas seguintes, tal como registrado por diversas outras experiências de imprensa negra, mudou constantemente de endereço. Na tabela 1 dimensionamos o significativo volume de edições publicadas e a disponibilidade de 60% das edições para consulta, das quais 51% referem-se à primeira fase; 67% à segunda; e impressionantes 97% à última.⁴

Tabela 1 - Edições publicadas e disponíveis de O Exemplo, 1892-1930

| | Ano | Edições publicadas | Edições disponíveis |
|---------|-------------|--------------------|---------------------|
| 1ª FASE | 1892 | 01 | 01 |
| | 1893 | 53 | 43 |
| | 1894 | 52* | 04 |
| | 1895 | 43* | 02 |
| | 1896 | 42* | 00 |
| | 1897 | 03* | 01 |
| | Soma | 194 | 51 |
| 2ª FASE | 1902 | 11 | 11 |
| | 1903 | 02 | 02 |
| | 1904 | 32 | 32 |
| | 1905 | 23* | 05 |
| | 1906 | 22* | 00 |
| | 1907 | 22* | 00 |
| | 1908 | 23* | 02 |
| | 1909 | 49 | 18 |
| | 1910 | 47 | 42 |
| | 1911 | 30* | 15 |
| | Soma | 261 | 176 |

⁴ O termo “fase” está menos associado a ideia de “etapa” e mais a de “divisão cronológica”, “período”, pois apesar das interrupções e encerramentos, o programa original foi preservado e havia certa organicidade por parte de seus integrantes.

| | | | |
|---------|--------------|--------------|------------|
| 3ª FASE | 1916 | 50 | 40 |
| | 1917 | 51 | 51 |
| | 1918 | 47 | 47 |
| | 1919 | 51 | 51 |
| | 1920-1930 | 390* | 381 |
| | Soma | 589 | 570 |
| | TOTAL | 1.044 | 797 |

Fonte: *O Exemplo*, 1892-1930

*estimativa

Cada fase possui suas particularidades e, considerando a densidade de cada uma e as transformações conjunturais, decidimos por abranger as duas primeiras, ainda que eventualmente foram utilizados textos da terceira por nos fornecerem informações sobre os bastidores da fundação do jornal e dados biográficos de fundadores falecidos nos anos 1920. Esta escolha nos permitiu estabelecer relações e cotejamentos e observar permanências e transformações. Foram abrangidas, portanto, 227 edições, cerca da metade dos jornais publicados dentro do recorte temporal (1892-1911), a fora as edições eventuais da última fase.

A salvaguarda de quase oitocentos exemplares só foi possível devido à ação de alguns nomes, com destaque ao de Oliveira Silveira, cujo acervo foi disponibilizado recentemente e guarda a maioria dos exemplares correspondentes à primeira fase. Em virtude do centenário do jornal, publicou uma edição *fac-símile* do primeiro número, tecendo valiosos comentários nos rodapés. Em reportagem ao jornal *Correio do Povo* na década de 1970, expressou sua preocupação com a preservação: “*O Exemplo* merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre” (SILVEIRA apud ZUBARÁN, 2015a, p. 17).

A coleção de Oliveira Silveira pertenceu à Dario de Bittencourt, por sua vez diretor durante os dez últimos anos de existência do periódico e filho de Aurélio Júnior, um dos fundadores, e neto, afilhado e tutelado de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, um destacado nome da burocracia sul-rio-grandense (MOREIRA, 2011; 2014). Esta coleção foi composta por meio de jornais remetidos pela redação a Aurélio Júnior e por doações que lhe foram feitas por “velhos amigos” (BITTENCOURT, 1957, p. 163-165). Depois de muitos anos considerada perdida, sua coleção foi localizada por Oliveira Silveira em meados da década de 1980. Conforme Maria Angélica Zubarán (2015b, p. 11), foi legada em vida a Antônio

Lourenço, um de seus colegas de redação e, após a morte deste, ficou sob os cuidados de Celeste Maria Maser Lourenço, escritora e viúva de Lourenço. Outra parte da coleção de Dario, referente à época na qual esteve à frente do jornal, está sob a custódia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, anteriormente custodiada pelo Círculo de Investigações e Pesquisas Literárias.

Já a coleção de Agostinho José Lourenço, pai de Antônio Lourenço, encontra-se na Biblioteca Rio-Grandense, em Rio Grande. Nela estão, por exemplo, o original do primeiro número (o mesmo fac-similado por Oliveira Silveira, mas que não está em seu acervo), o último da primeira fase e a edição de refundação de 1902. Agostinho José Lourenço era ligado ao jornal *A Federação*, do qual foi gerente entre 1906 e 1910, o que possivelmente facilitou seu acesso a uma significativa variedade de jornais. Sua relação com *O Exemplo* pode ser apreendida por meio da saudação que recebeu de Dario de Bittencourt – “nosso distinto amigo e confrade” – quando seu filho, Antônio Lourenço, ingressou no quadro de redatores do jornal em 1923 (SANTOS, 2013, p. 5).

Em suma, as edições de *O Exemplo* encontram-se em diversos acervos: Acervo Pessoal de Oliveira Silveira, Biblioteca Pública Rio-Grandense, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, bem como Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho e Biblioteca Nacional, cujos microfilmes encontram-se no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e digitalizados na Hemeroteca Digital.⁵ Vale destacar o projeto de digitalização e reunião desses acervos, coordenado por Maria Angélica Zubarán (2015c) e disponibilizado online.⁶

Graças a esses agentes e instituições de salvaguarda, um dos objetivos do jornal pode ser cumprido, qual seja, “se não conseguirmos o levantamento da nossa classe, ao menos não deixaremos jazer no pó do olvido, imersa em sua mediocridade” (*O Exemplo*, 11/12/1892, p. 1). Para além de outros sentidos que serão explorados adiante, residia o desejo de produzir um registro sobre as memórias do grupo e sua identidade, ainda que o projeto não alcançasse seu fim. Lembremos que se tratava de um contexto de emergência do ideário positivista, para o qual concorria o arquivamento de documentos e o registro

⁵ Hemeroteca Digital do IHGRGS. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/>> (acesso em 10 nov. 2018) e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> (acesso em 10 nov. 2018).

⁶ A base está disponível em: <<http://culturadigital.br/jornaloexemplo/>> (acesso em 10 nov 2018).

de memórias para subsidiar futuramente pesquisas sobre o passado histórico. Este, aliás, foi um dos fins que a imprensa acabou assumindo e, como vimos na introdução, um repertório acessado por grupos negros desde antes da República.

O Exemplo foi a fonte e objeto de nossa tese de doutorado (PERUSSATTO, 2018). Complementarmente, outros documentos foram utilizados: inventários *post-mortem*; testamentos; registros eclesiásticos de batismo, casamento e óbito; registros cíveis de casamento e apelações de divórcio; prontuários educacionais; relatórios da Presidência da Província, da Presidência do Estado e da Intendência Municipal de Porto Alegre; leis e decretos diversos; recenseamentos; obras coetâneas. No manuseio das fontes, sabemos não ser possível acessar a plenitude do cotidiano, ou apreender as sensações e os desejos dos sujeitos cujos fragmentos de vida foram registrados, seja pelas seleções que o tempo e a organização arquivística produzem, ou pela existência de filtros intermediadores e deformadores na documentação (LEVI, 2000; GINZBURG, 2006).

Na observação das fases, pudemos apreender mudanças e permanências ao longo do tempo. No que concerne à primeira fase de *O Exemplo*, compreendido entre o surgimento de *O Exemplo* em 1892 e seu fechamento em 1897 notamos esperanças e frustrações em relação à Abolição e à República; a importância atribuída ao associativismo nas lutas políticas e na busca por mobilidade e inserção social, expressa mediante a adoção do lema “propriedade de uma associação”; os embates na arena da imprensa e a participação no movimento operário; e o desejo de construir novas imagens sobre homens negros e mulheres negras. Dentro o grupo fundador, duas famílias que, segundo Oliveira Silveira, se destacavam no grupo de trabalho foram observadas com maior atenção.

Arthur Pinto Gama (1864-1922), por exemplo, era funcionário público concursado do Tesouro do Estado desde 1885 e Arthur Ferreira de Andrade (1871-1925) dos Correios desde 1891. Este bacharelou-se mais tarde na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, mas atuava como advogado desde o final do século XIX. Marcílio Francisco da Costa Freitas (1876-1928), o mais jovem do grupo, era tipógrafo e não tardou a investir no funcionalismo público via concurso, primeiro nos Correios e depois na Alfândega, onde se aposentou. O caminho junto às artes de cura, por sua vez, foi seguido por Alfredo Cândido de Souza (1866-1834), farmacêutico na Santa Casa de Misericórdia, onde ingressou como porteiro e consolidou-se como diretor da farmácia; e pelos irmãos Florêncio Calisto (1863-????) e Esperidião Calisto (1864-????), que aprenderam com o pai o ofício de

barbeiro. O primogênito, em um cenário de ampliação da medicina alopática, abandonou o ofício e também ingressou via concurso no funcionalismo público.

Os irmãos Sérgio Aurélio de Bittencourt (1869-1904) e Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior (1874-1910) eram, respectivamente, funcionário público na Secretaria do Interior e aspirante à Faculdade de Direito de São Paulo, onde não tardou a ingressar. Com o título em mãos, inseriu-se na magistratura provincial no ocaso do século XIX. O pai dos dois últimos era Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919), Secretário de Estado da Presidência do Estado nas gestões de Júlio Prates de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros, dois principais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao longo da Primeira República. Ademais, Aurélio era um dos mais proeminentes abolicionistas negros da capital, com uma extensa inserção em redes associativas de variados matizes, na Guarda Nacional e com passagens pela imprensa. Era ainda confrade de Calisto Felizardo de Araújo (1819-1909), pais dos irmãos Calisto, na Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário. Enquanto Veríssimo nasceu na fronteira cidade de Jaguarão do ventre de Maria Júlia, parda e liberta; Araújo nascido na Bahia do ventre da africana Maria do Bonfim.

As famílias Bittencourt e Calisto foram a base material, moral e intelectual do tentame jornalístico. Ao adentrarmos em suas trajetórias, percebemos formas particulares e aproximadas como levaram a cabo um projeto comum, calcado na ascensão social, na ampliação da cidadania e na luta contra o racismo. Destaca-se, nesse sentido, a trajetória educacional, profissional e associativa de Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919) e sua busca por aperfeiçoamento e a construção de uma vasta rede relacional na capital, bem como de seus filhos Aurélio Júnior (1874-1910), bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e Juiz Distrital em Porto Alegre; e Adelina de Bittencourt (1870-1925), professora formada pela Escola Normal. A outra, encabeçada por Calisto Felizardo de Araújo (1819-1909), destaca-se pela construção de um patrimônio (material e imaterial) por meio das artes de cura e também pelos distintos caminhos percorridos pelos irmãos Florêncio (1863-????) e Esperidião (1864-????).

Depois de uma melancólica despedida, *O Exemplo* foi refundado por Esperidião Calisto e dois novos integrantes: Tácito Pires (1874-1939) e Vital Baptista. Devido às mudanças em relação à fase anterior e internas à nova fase, a separamos em dois períodos. O primeiro, compreendido entre a refundação em 1902 e o intervalo registrado em 1905,

notamos a adoção de uma postura mais propositiva, uma vez que o número de estreia registrou o projeto de edificação de uma escola noturna, bem como uma conexão mais evidente com projetos de emancipação diaspóricos, a colaboração de literatas negras e o estreitamento dos laços com o movimento operário (o que não significou ausência de conflitos, pelo contrário).

Por fim, o segundo período da segunda fase, compreendido entre 1908 e 1911. Se no período anterior (1902 a 1905) a edificação de uma escola noturna e a influência do viés socialista ganharam proeminência, neste o projeto de um asilo para a infância e a ideologia anarquista entraram em cena, revelando formas de ação política engendradas no seio do periódico e para além dele. Esperidião Calisto seguiu no lastro do periódico e destacamos a presença do anarquista negro Cristiano Fettermann no quadro de colaboradores no último período, bem como do anarquista branco Henrique Martins. O lema adotado pelo periódico a partir da refundação, qual seja, “jornal do povo” em substituição à “propriedade de uma associação” sugere não o abandono do caráter associativo, mas o estreitamento com as pautas dos mundos do trabalho.

Considerações finais

Dentre os resultados, o de que o preconceito de cor incrustado nos costumes da dita sociedade republicana revelava-se das mais diversas formas: limites da participação negra no processo de modernização urbana e expansão industrial; truculência dos agentes policiais; ausência de uma assistência pública dedicada a resolver as graves questões sociais de forma equânime que afetavam Porto Alegre. Ademais, havia a restrita inserção nos espaços educacionais em um contexto de ampliação do ensino público, agravada pelo tratamento racista dispensado às crianças que conseguiam frequentar as escolas e pelo fechamento do único curso noturno da capital onde os trabalhadores poderiam estudar no turno inverso.⁷ Por fim, disputas no mercado de trabalho e nos espaços habitacionais com imigrantes e outras pessoas que confluíam massivamente toda

⁷ A população de Porto Alegre passou de 43.998 habitantes em 1872 para pouco mais 73 mil em 1890, 52.421 em 1900 e 130.227 em 1910 (BRASIL, Diretoria Geral de Estatística (DGE), Recenseamento Geral do Império de 1872; BRASIL, Diretoria Geral de Estatísticas, “Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890”. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898; SILVA, 2010.

sorte de estereótipos produzidos para reforçar a imagens do Rio Grande do Sul, e do que viria a constituir a região Sul, como a Europa brasileira (ROSA, 2014).⁸

O grupo de jovens homens *de cor* fundador de *O Exemplo*, como vimos, vivenciava uma situação menos precária. Além da inserção em espaços de trabalho e educacionais de prestígio, seus membros participavam de associações diversas e ao longo de suas vidas adquiriram prestigiosas patentes da Guarda Nacional, aderiram ao republicanismo e constituíram família. Porém, todas essas qualidades, isto é, talentos e virtudes, não foram o bastante para livrá-los dos efeitos do preconceito de cor. Marcílio Freitas (1928) recordou-se que a despeito de Porto Alegre já gozar do “foro de cidade civilizada”, “os descendentes da raça negra” sofriam cotidianamente toda ordem de “vexames”. Dentre os exemplos citados, reportou-se ao cancelamento de um concurso público no ocaso do Império, cujo único aprovado dentre 33 candidatos era um homem negro; à necessidade de famílias e grupos negros portarem licença policial ou certidão de casamento para a realização de bailes; e às ridicularizações sofridas pela comunidade negra durante os festejos carnavalescos. Todos estes, aliás, eram temas frequentes nas reuniões sediadas no Salão Calisto e concorreram para a elaboração do projeto político materializado por meio de um repertório disponível, a imprensa, e nomeado de *O Exemplo*.

Calisto Felizardo de Araújo e Aurélio Viríssimo de Bittencourt, pais de quatro dos jovens idealizadores, foram os principais apoiadores materiais, intelectuais e morais do empreendimento: o primeiro cedendo seu estabelecimento para as reuniões e para a sede do escritório do periódico; o segundo com recursos financeiros; ambos com repertórios associativos e experiências de quem palmilhou caminhos distintos na busca pelo bem-viver em direção à capital mais ao sul do país. Este apoio, contudo, não livrou o empreendimento de dificuldades, intervalos e fechamentos, mas revela a inserção de *O Exemplo* em uma tradição ampliada de lutas por direitos em Porto Alegre. Neste sentido, após recuperar lutas históricas, como a Revolução Francesa e aquela liderada por Tiradentes em Minas Gerais, Sérgio de Bittencourt assim encerrou seu artigo alusivo ao treze de maio de 1893:

⁸ Em 1890, 69,5% da população sul-rio-grandense foi qualificada como branca, 12,5% como preta, 15,5% como parda e 1,5% cabocla (BRASIL, DGE, 1898). Dez anos depois, 88,2% era nacional, 11,3% estrangeira e 0,5% de origem ignorada (RIO GRANDE DO SUL, Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981).

Conquistados, assim, os direitos, as prerrogativas de uma classe secularmente perseguida, desdenhosamente banida da comunhão social, resta-nos o dever de aconselhá-la que procure por todos os meios dignos de ocupar o lugar que lhe está reservado nos destinos da nossa amada Pátria, cuja grandeza depende imensamente da maior ou menos soma de dedicação que lhe consagremos. Saibamos honrar a memória daqueles que por nós se bateram, cujos nomes todos devemos apontar à gratidão da posteridade e inscrever nos fulgidos anais da História da Liberdade (BITTENCOURT, 1893).

Intitulado “Liberdade!”, Sérgio de Bittencourt assinou que embora um marco importante, a “História da Liberdade” não iniciava com a Abolição. A “História da Liberdade” começava com as lutas engendradas por diferentes pessoas, escravizadas, libertas ou livres, tais como José do Patrocínio e Luiz Gama, e conformavam uma tradição histórica. No anseio de que essa tradição não fosse esquecida, a imprensa tornou-se um repertório possível. Não se pretendia, contudo, o registro de uma história à parte sobre as lutas negras pela liberdade mas, pelo contrário, buscava-se por meio da imprensa explicitar como o protagonismo negro na luta contra os “grilhões da escravidão” forjou a própria história da nação brasileira. Portanto, em prol de uma sociedade verdadeiramente igualitária, era necessário abandonar o passado escravista como medida de hierarquizações sociais: “o talento, a virtude e o patriotismo” deveriam ser os únicos parâmetros de valoração entre os indivíduos, em detrimento do persistente “ódio” contra a “raça negra” (BITTENCOURT, 1893).

Longe de oferecermos uma conclusão, as guinadas registradas ao longo do percurso da pesquisa aqui sumarizada guardam linhas de continuidade. Trata-se, pois, de um trabalho de história social que localiza nas experiências de liberdade seu especial interesse. E aqui o campo do pós-abolição, associado ao período que se inaugura com a Abolição, expande suas margens para abrigar trajetórias de gente nascida livre, porém negra em uma sociedade racializada. As teorizações, reflexões, projetos e esperanças, mas também frustrações, de pessoas que historicamente vivenciam os dramas da liberdade registrados na imprensa negra igualmente alargam as margens do campo. O alargamento,

portanto, não é meramente temporal; é sobretudo teórico-conceitual, epistemológico, uma vez que coloca em tela a autoria e as pautas políticas de pessoas negras na construção da sociedade republicana e da História da Liberdade.

Referências

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Os desafios atuais da história do trabalho”, *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BITTENCOURT, Dario de. *Curriculum vitae* – documentário (1901/1957). Porto Alegre: Ética Impressora Ltda., 1958, p. 163-165).

BITTENCOURT, Sérgio. “Liberdade!”, *O Exemplo*, 13 mai. 1893, p. 1.

BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 6. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, Hebe Mattos de “História social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. “O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”, *Livro de Resumo – XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói: UFF, 2001, p. 78 apud Álvaro Pereira Nascimento, op. cit., p. 611.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 14-47, 2009.

COOPER, Frederik; HOLT, Thomas e SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DU BOIS, W.E.B. (1933). *Black Reconstruction in America*. Atheneum: Nova York, 1992.

FORTES, Alexandre Fortes, et al. “Introdução”. in: _____. (org.), *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 07-14.

FREITAS, Marcílio. “O aparecimento d’O Exemplo”, *O Exemplo*, 02 jan. 1928, p. 1.

SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in: Carlo Ginzburg (org.), *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias e um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 43-56, fev. 1998.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.), *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. “História e movimentos sociais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal*. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção”. GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107.

_____. “O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano”. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, p. 85-127, 2014 .

MORRISON, Tony. *Playing in the dark: whiteness and the literacy imagination*. Cambridge, 1992.

MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c. 1911)*. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. “Microanálise e a construção do social”. In: ____ (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

ROEDIGER, David Roediger. “E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça”. In: FORTES, Alexandre Fortes et al. (org.), *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 17-59.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SANTOS, Isabel Silveira. *Cultura teatral no Rio Grande do Sul: Raça, Identidade e Pedagogias*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

____. *1876-1928: Itinerários de um jornalista e burocrata negro*. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, jul. 2013.

SILVEIRA, Oliveira. *Obra reunida*. Organizado por Ronald Augusto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/CORAG, 2012.

STONE, Lawrence “Prosopografia”, *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

XAVIER, Regina Celia Lima. “Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição”, In: FORTES, Alexandre et al. *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131.

ZUBARÁN, Maria Angélica. História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo* (1892-1930). In: SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo, SILVA, Sarah Calvi Amaral (Orgs.). *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015a.

_____. “O Acervo do Jornal *O Exemplo* (1892-1930): Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro”, *Revista Memória em Rede*, v. 5, p. 1-16, 2015b.

_____. “Projeto *O Direito às memórias negras*: Preservando o patrimônio afro-brasileiro nas coleções do jornal *O Exemplo/RS* (1892-1930)”. Canoas: NEABI-ULBRA, 2015c.

_____. “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas”, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.

OS DESCAMINHOS DA LIBERDADE: EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE EM PELOTAS (1850/1888)

THE « DESCAMINHOS » OF LIBERTY : EXPERIENCES OF SLAVERY AND FREEDOM IN PELOTAS (1850/1888)

Natália Garcia Pinto¹

Resumo

O objetivo do artigo é investigar sobre a passagem do cativo para a liberdade através dos padrões de alforria. Assim sendo, busco analisar a população alforriada, demonstrando o perfil do escravo liberto identificando as seguintes variáveis: a origem, o sexo e os tipos de alforrias. As conclusões apontam para uma presença significativa de alforrias gratuitas e condicionais, tendo uma predominância de mulheres e escravos crioulos na obtenção da liberdade. No que tange a população de africanos, observou-se uma parcela expressiva dos homens em todas as modalidades de alforria alcançadas por tais sujeitos. Fato este que aponta para uma singularidade do processo de manumissão comparado com outras regiões brasileiras. Além disso, entre os africanos, constatou-se que os oriundos da costa ocidental eram alforriados em proporção maior do que os demais grupos de africanos presentes na sociedade escravista de Pelotas. Nas linhas que se seguem, pretendo identificar as estratégias elaboradas por esta população para fazer-se livre dentro de um período ainda de vigência da escravidão e os arranjos feitos para a conquista da carta de liberdade. Tal conquista não foi apenas produto da força do libertando, mas muitas vezes envolvia projetos familiares e redes de solidariedade. De acordo com a investigação veremos que a liberdade nessa sociedade escravista era uma construção feita no cotidiano de homens e mulheres escravizados, que muitas vezes tinha início com a alforria, todavia manter-se livre era um longo e difícil caminho para essas pessoas.

Palavras-chave: Alforria. Liberdade. Pelotas.

Abstract

The purpose of the articles to investigate the passage from captivity to freedom through the standards of manumission. Therefore, I try to analyze the freed population, demonstrating the profile of the freed slaves by analyzing the following variables: origins, gender and types of manumission. The conclusions point to a significant presence of free and conditional manumissions, with a predominance of Creole slaves and women in obtaining freedom. With regard to the African population, there was an expressive presence of men in all modes of manumission achieved by such subjects. This fact points to a singularity of the manumission process compared to other Brazilian regions. Moreover, among the Africans, it was found that those from the West Coast were freed in greater proportion than the other groups of Africans present in the slave society of Pelotas. In the following lines, I intend to analyze the strategies developed by this African population that struggled to obtain their release within a period where the force of slavery was prevalent and the arrangements made by the slaves for the conquest of manumission. This achievement was not only a product of the individual slave agency, but often involved family projects and solidarity networks. According to the investigation, freedom in the slave society analyzed here was a construction made in the daily life of enslaved men and women,

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: nataliag.pinto@gmail.com

who often began with manumission, yet remaining free within a slave hierarchical society was a long and difficult experience for these people.

Keywords: Manumission. Freedom. Pelotas.

Introdução

Na cidade de Pelotas, em setembro do ano de 1854, a senhora Isidora Maria da Conceição deu a seu escravo Tomás, africano, nação benguela, a carta de alforria. Nessa, relata que havia libertado com a condição de acompanhá-la durante a sua vida. A senhora de Tomás afirma ainda que após o seu falecimento o seu escravo receberia quarenta braças de terra, no lugar onde o mesmo já possuía uma roça própria, lindando com as terras de José Jerônimo de Souza.² Nesta carta de liberdade, podem-se inferir as relações pessoais e de domínio entre senhores e cativos pelos tipos de condição impostas para alcançarem de fato a manumissão. Tomás fora remido do cativo por sua senhora com a condição de continuar a servir Isidora Maria da Conceição até seu falecimento, e além da liberdade concedida obteve a benesse de um legado de terra (o qual conquistou ainda dentro do cativo) que o amparasse na vida de egresso da escravidão. A alforria de Tomás mostra a importância que tinha a relação privilegiada com um proprietário. Muito provavelmente, Tomás tivesse uma boa conduta, lealdade e fidelidade para com sua senhora, se destacando dos demais da escravaria de sua dona, o que talvez garantisse a passagem do cativo para a liberdade com um acesso a um patrimônio. Todavia, essa relação era permeada de variações de “dominação e de favorecimento pessoalizadas” (GUEDES, 2008, p. 198).

A carta de liberdade é um documento relevante para analisar as experiências vividas por senhores e escravos. Nos vestígios dessas cartas observam-se fragmentos de histórias de luta pela liberdade dos escravizados e, ao mesmo tempo, o tipo de relacionamento que tinham com seus proprietários. É por meio das cartas de alforria que se pode conhecer as características desses atores sociais no processo de liberdade. Somado a isso, a carta de alforria também traz consigo a ideologia senhorial, visto que para os senhores a manumissão era de fato um ato de concessão. A historiografia brasileira sobre a liberdade ora pontuou a alforria como *conquista* do escravo ora como

² Carta concedida em 23/09/1854 e registrada em 21/03/1855. Cartório da Cidade de Pelotas. Subfundo: Primeiro Tabelionato. Livro 07 (1854/1860) Notarial de Registro Ordinário, folha 11v.

produto da concessão do senhor (CHALHOUB, 1990; XAVIER, 1996; MOREIRA, 2003). O artigo aborda a manumissão como *concessão conquistada* no embate entre as forças mesmo que desiguais entre proprietários e escravizados.

Havia distintas formas de um cativo se alforriar no Brasil Império. Como aludem certos historiadores, antes da Lei do ventre Livre, cabia exclusivamente ao senhor o poder de alforriar sua propriedade, seja por meio de fazê-lo gratuitamente, ou impondo condições ou estabelecendo a quantia para o pagamento da carta de liberdade para o escravo alforriado. Depois da efetivação da Lei do Ventre Livre, houve mudanças significativas no processo de manumitir o escravo, pois é a partir de então que o governo interfere na domesticidade da prática de alforria, assegurando a compra da liberdade à revelia da vontade senhorial, como por exemplo, nos casos em que os escravizados recorriam à justiça para conseguirem de fato a sua liberdade, diminuindo o poder do proprietário em seus destinos.

Para que o cativo ganhasse a liberdade era necessário, segundo a ótica senhorial, ser um bom trabalhador na prestação de serviços, ser leal, obediente e fiel ao seu proprietário durante a experiência do cativo. Entretanto, nem sempre o bom comportamento era garantia de um futuro de liberdade ao escravo. Neste ínterim, a liberdade poderia ser alcançada com ajuda de familiares, ou com boas relações com a comunidade cativa e liberta, para amealhar um pecúlio satisfatório para a compra da liberdade (PINTO, 2012). Escravizados que construíam bons relacionamentos tinham mais chance de passar a porta estreita da liberdade. Relações estas que poderiam auferir a obtenção de empréstimo contraída por escravos, como estratégia para saírem do jugo da escravidão imposta por outrem.

Neste artigo analiso o perfil do escravo alforriado na sociedade escravista de Pelotas. O principal corpo documental da pesquisa são as alforrias registradas em cartório. Entre 1850 a 1888, foram computadas 3.406 cartas de alforria que libertaram 4.103 escravos. Ao longo deste trabalho tenho a pretensão de demonstrar a luta pelos projetos de liberdade dos escravizados em Pelotas para se libertar do cativo. Parto inicialmente para observar o perfil dos alforriados, ou seja, a demografia da liberdade.

Da escravidão à liberdade: tipos de alforrias e as características dos alforriados

O ato de alforriar era uma prática costumeira vigente na sociedade escravista brasileira.³ Segundo assevera Robert Slenes, “as taxas de alforria no Brasil no século XIX eram suficientemente altas para que todo cativo pudesse sonhar com a liberdade”, contudo, o autor pondera que uma significativa parcela dos escravizados ainda permanecia preso às amarras da escravidão, “as chances para se redimir dessa condição não eram irrisórias” (SLENES, 2011, p. 205).

Uma das possibilidades de os escravos tentarem ascender dentro dessa sociedade escravista e hierárquica seria através da alforria. Acredito que a alforria era fruto de um campo de negociação, em que muitas vezes ocorria um embate com sucesso ora com fracasso. Afinal de contas, essa estratégia tramada pelo grupo social em questão poderia ser uma das possíveis opções de ascender socialmente. Porém, saliento que a vida em liberdade não era tão fácil, trazendo consigo o risco de viver em precariedade (CHALHOUB, 2012). Diante disso, pretendo evidenciar, em estudos de casos, como determinado grupo social investigado conseguiu sobreviver como indivíduos libertos em uma sociedade escravista e de mando senhorial de homens brancos.

No período compreendido pela pesquisa, de 1850/1888, obteve-se um total de 3.406 cartas de alforrias para a cidade de Pelotas. O trabalho foi poupado graças à iniciativa do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) que disponibilizou em sua página na internet o catálogo de alforrias de várias localidades do Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, as manumissões foram dirigidas a 4.103 cativos, sendo 1.856 mulheres e 2.247 homens, uma vez que algumas cartas de liberdade continham mais de um cativo sendo alforriados. Analisando as alforrias concedidas aos escravos temos o seguinte cenário:

³ Conforme a análise de Carneiro (2012, p. 126), a alforria era uma prerrogativa senhorial, pois a autora afirma que “competia exclusivamente ao senhor conceder” o uso exclusivo de alforriar seu escravo. Todavia esse panorama muda como advento da promulgação da Lei de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, que possibilitou o direito à liberdade ao escravo se o mesmo conseguisse amearhar pecúlio suficiente para comprar sua manumissão, tendo a anuência senhorial para tal feito.

Tabela 1 – Escravizados Alforriados em Pelotas/RS, 1850/1888

| Período | Número de Alforriados | % |
|-----------|-----------------------|------|
| 1850/1859 | 380 | 9,3 |
| 1860/1869 | 463 | 11,3 |
| 1870/1879 | 825 | 20,1 |
| 1880/1888 | 2.435 | 59,3 |
| Total | 4.103 | 100 |

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelionatos de Pelotas de 1850/1888. APERS.

Destaco que essa totalidade de manumissões pode não corresponder à totalidade das cartas, uma vez que podem ter sub-registros, por serem alicerçadas apenas em acordos orais. Inegável, ao observar os dados expostos na tabela acima, o crescimento do registro de liberdades ao longo do tempo, em Pelotas, fato que perdurou até o esfacelamento da instituição escravista. Após a proibição do tráfico atlântico em 1850, ocorreu um aumento significativo de escravos alforriados em Pelotas. Foi possível verificar entre 1850 até o ano de 1869, as alforrias não foram tão expressivas, chegando a um percentual de 20,6% dos dados coligidos sobre as manumissões. Período marcado pela prática costumeira da alforria, onde cabia apenas ao senhor o poder de conceder ou não a liberdade. Observa-se um salto expressivo de alforrias no período de 1870 a 1879, quando finalmente é promulgada a Lei do Ventre Livre. Chama a atenção que para o último recorte temporal, encontrou-se 59,3% de escravos manumitidos na cidade. Refinando a análise, percebe-se que mesmo em um cenário de perda de legitimidade da escravidão tenha se encontrado um expressivo número de cativos libertados. Somando os dois últimos períodos da tabela, tem-se 79,4% dos alforriados no município de Pelotas, denotando que a força do cativo se fazia de maneira incisiva nas senzalas pelotenses.

Na tabela abaixo, podemos ver a distribuição das alforrias por década. É evidente, pelas informações coligidas, o expressivo número de cartas de liberdade condicionais na década de 80 do século XIX, em que muitos dos escravizados tiveram de prestar serviços a seus senhores ou a terceiros para tornarem-se senhores de si no mundo dos livres.

Tabela 2 - Tipos de Alforria em Pelotas/RS, 1850/1888

| Períodos | Paga incondiciona l | | Gratuita | | Paga Condiciona l | | Condiciona l | | Total | |
|---------------|------------------------|------|-------------------|----------|----------------------|------|-------------------|------|-------------------|----------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| 1850/185 9 | 139 | 14.8 | 163 | 13. 3 | 07 | 8.4 | 71 | 3.8 | 380 | 9.3 |
| 1860/186 9 | 184 | 19.6 | 155 | 12. 6 | 45 | 54.2 | 79 | 4.3 | 463 | 11. 3 |
| 1870/187 9 | 293 | 31.1 | 431 | 35. 1 | 16 | 19.3 | 85 | 4.6 | 825 | 20. 1 |
| 1880/188 8 | 325 | 34.5 | 478 | 39. 0 | 15 | 18.1 | 1617 | 87.3 | 2.435 | 59. 3 |
| Total | 941 | 100 | 1.22 7 | 100 | 83 | 100 | 1.85 2 | 100 | 4.10 3 | 100 |

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS.

Destaca-se na tabela a alta incidência de alforrias condicionais e gratuitas, seguidas das alforrias pagas sem condição e as pagas condicionais. Sobretudo antes de analisar os dados, devemos esclarecer como procedemos nessa classificação da tipologia das cartas. As alforrias pagas incondicionalmente foram aquelas em que o escravo libertado pagou (ou um terceiro) pelo papel de liberdade sem nenhuma contrapartida de condição de trabalho ou espécie de seu senhor. As consideradas gratuitas, nesta modalidade, o proprietário do cativo libertava o escravizado sem pagamento ou condição alguma, sendo no ato da alforria livre. Por sua vez, a modalidade da alforria paga sob condição reside naquela em que o escravo, além de ter pago a alforria com uma determinada quantia por sua liberdade, é acrescida, ainda, alguma condição como, por exemplo, trabalhar por mais um prazo de tempo a seu senhor.

Sendo assim, 23% eram pagas sem condição alguma, 29,9% gratuitas, 2% pagas com cláusula de condição e 45,1% condicionais. Esse quadro expressivo de manumissões concedidas com alguma condição não foge à realidade de outras localidades brasileiras como comumente a historiografia tem apontado. Por exemplo, Marcelo Matheus, em estudo com foco no município de Alegrete, cuja economia era baseada na pecuária, encontrou 58,5% das manumissões condicionais na década de 80 (MATHEUS, 2012, p. 278). Kátia Almeida ao verificar a questão da liberdade no município de Rio das Contas, na Bahia, percebeu que 31,3% das alforrias coletadas nos anos de 1880 a 1888 eram referentes à categoria das condicionais (ALMEIDA, 2012).

Observando os dados da tabela, fica bastante claro que houve um predomínio de alforrias gratuitas e pagas incondicionais (sendo apenas superadas na última década do sistema escravista pelas alforrias condicionais), indicando sutilmente que o ato de alforriar não era apenas um ato de benevolência senhorial para com seu escravo. Ressaltamos que essas alforrias ofertadas aos escravizados sob o título de gratuitas devem ser relativizadas, visto que apesar de tal gratuidade se dar pela ausência de pagamento em dinheiro, é crível que a maioria dos beneficiados com essa carta pagou por sua liberdade com anos afimco de trabalho árduo dentro do cativeiro. Um exemplo desse tipo de alforria foi a da escrava Maria, cor preta, africana, nação Moçambique, que tivera a liberdade concedida pelo senhor Felipe José Xavier em retribuição “aos anos que me tem acompanhado e bons séricos que me tem emprestado”.⁴ É interessante assinalar que as alforrias gratuitas tiveram um expressivo aumento ao longo das décadas, chegando ao ápice na década de 80 ao índice de 39% dos dados computados na investigação. Tal fato aponta que a alforria era parte relevante na política de domínio senhorial na sociedade escravista de Pelotas mesmo após a vigência da Lei do Ventre Livre. Não esqueçamos que a manumissão ofertada gratuitamente poderia ser utilizada como recurso de cooptar libertos dependentes a casa senhorial que pertenciam (MOREIRA, 2003).

Os motivos alegados nas cartas de alforria ofertadas gratuitamente aos libertandos presumiam algum tipo de afetividade na relação estabelecida entre senhor e escravo. Indubitavelmente que bons serviços prestados e uma conduta fiel para com seu proprietário eram requisitos para conseguir atravessar a porta estreita da liberdade. Além disso, ressaltar a fidelidade ou gratidão recebida pelos bons serviços prestados do escravizado alforriado servia ao mesmo tempo como uma ferramenta pedagógica para os outros companheiros que permaneciam ainda na escravidão, incentivando-os a terem obediência como comportamento esperado para um dia, quem sabe, terem a mesma sorte da africana Maria. Indubitavelmente que a alforria concedida gratuitamente pelos senhores servia para controlar o comportamento dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, que dentro desse jogo de relações os escravos tinham a intenção de convencer seus donos para alforriá-los através do bom comportamento, por serem trabalhadores competentes em suas determinadas funções.

⁴ Carta de alforria concedida em 25/11/1846 e registrada em 15/08/1853. Livro 06 (1853/1854), fl. 16v. Livros Notariais de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato de Pelotas. APERS.

Vale lembrar que, entre os anos de 1850 a 1869, período que predominou com o término do tráfico transatlântico e de uma preponderante força da política de domínio senhorial, verificamos um expressivo número de alforrias pagas, com um percentual de 34,4%, ao passo que as alforrias gratuitas obtiveram apenas 25,9% dos dados apurados. Dessa forma, o predomínio de alforrias pagas sem condição alguma demonstra que grande parte o sucesso de adentrar ao mundo dos livres em Pelotas dependia, em certa medida, do êxito de amealhar dinheiro para pagar pela carta de manumissão, o que indica que esses escravizados souberam negociar com seus proprietários a sua liberdade, seja adquirindo recursos próprios com seu trabalho, seja com a ajuda de familiares ou terceiros para romperem com o cativo ainda dentro de um período em que a vigência da política de domínio senhorial se fazia uma constante nas relações escravistas no Império brasileiro (SALLES, 2008, p. 46-49).

Dessa maneira, vemos cativos como Ana, Marcelina, Luísa Freitas, Inácio Lopes, entre outros, amealhando pecúlio para pagar suas alforrias das mais variadas formas. A africana Ana, de nação mina, que fora escravizada por João José da Silva, obteve a liberdade pagando a quantia de 700\$ mil réis a seu proprietário.⁵ Por sua vez, a pequena Marcelina, com oito anos de idade, escrava da propriedade do charqueador Domingos José de Almeida, teve a liberdade concedida mediante os esforços de sua mãe, que desembolsou 384\$ mil réis pela liberdade de sua rebenta. É provável que os recursos para o pagamento da liberdade de Marcelina tivessem origem não apenas do trabalho de sua mãe, mas também de outros familiares como seu pai ou seus avós.⁶ Por sua vez, a africana Luísa Freitas, arrancada de seu país de origem pela mão do tráfico transatlântico não tivesse conhecidos seus parentes sanguíneos, todavia na experiência do cativo no Novo Mundo partilhou laços e vivências com outros escravizados, o que lhe possibilitou uma ajuda no momento decisivo de romper com o cativo em que vivia.

A africana Luísa foi alforriada mediante o pagamento de sua manumissão pelo preto forro e também africano João David Ribeiro que lhe emprestara um determina

⁵ Carta concedida em 27/06/1846 e registrada em 25/04/1851. Livro 05 (1849/18523), fl. 12r. Livro Notarial de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato de Pelotas. APERS.

⁶ Carta concedida em 05/04/1852 e registrada em 13/04/1852. Livro 05 (1849/1853), fl. 37r. Livro Notarial de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato de Pelotas. APERS.

quantia para que pagasse a sua ex-senhora, Joana de Freitas, uma negra liberta.⁷ As cartas de alforria de Ana e Marcelina não explicitam de que maneira foi acumulado o pecúlio, todavia a do cativo Inácio Lopes, possivelmente foi conquistado pelos dois ofícios que desempenhava na propriedade do charqueador Antônio José de Oliveira e Castro. Nessa propriedade, Inácio trabalhava tanto com o ofício de carneador e marinho, o que lhe possibilitou pagar uma quantia expressiva por sua liberdade, visto que desembolsara 2:000\$ contos de réis por sua carta de liberdade.⁸

Podemos sugerir que, entre os anos de 1850/1869, a alforria foi uma conquista da agência escrava, e não apenas fruto da benevolência senhorial, em virtude dos significativos dados a respeito da compra da liberdade agenciada pelos escravizados. Indubitavelmente que a concessão da alforria, que era uma prerrogativa do proprietário, foi usada por estes com o intuito de controlar tanto os escravos que ainda permaneciam em suas senzalas sob a tutela de seu poder como também o liberto agraciado com a liberdade. Mas apesar disso, os cativos souberam negociar nas margens dentro do sistema escravista, com o intuito de efetivarem a almejada liberdade para si ou para um familiar.

Todavia, ressalto que os índices encontrados para as alforrias gratuitas e condicionais para o mesmo período refletem que os escravistas continuavam a reafirmar seu domínio de poder e de controle sobre a massa de libertandos que alforriavam, manipulando seus comportamentos para que a liberdade de fato se consumasse. Ainda sob o período da vigência da política de domínio senhorial, nos anos de 1850/1869, as alforrias condicionais tiveram pouca expressividade, tendo alcançado 8,1% dos dados averiguados. Estas cartas de liberdade não envolviam o pagamento em dinheiro para a efetivação da liberdade do cativo, mas determinadas condições a serem cumpridas tais como, como acompanhar e servir o senhor até a morte (ou um cônjuge ou parente do senhor), ou prestar serviço ao proprietário por um tempo estipulado. Frisamos que a condição de acompanhar o senhor até a morte foi expressiva nesse período, tendo alcançado 53,5% dos casos investigados nas cartas de liberdade. Ao passo que a prestação de serviços foi delegada apenas de 0,9% dos dados computados. As demais informações

⁷ Carta concedida em 30/12/1848 e registrada em 25/10/1852. Livro 05(1849/1853), fl. 64r. Livro Notarial de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato de Pelotas APERS.

⁸ Carta de Liberdade concedida em 28/06/1863 e registrada em 30/06/1863. Livro 08 (1860/1867), fl. 24v. Livro Notarial de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

eram referentes às alforrias condicionadas a substituir o senhor no conflito beligerante deflagrado na Guerra do Paraguai.

A preta Isabel Francisca, cativa de Catarina de Jesus, viúva de Manoel Caetano da Costa, concedeu liberdade a sua escrava com a condição de servir até o seu falecimento, todavia o destino reserva algumas surpresas para Isabel Francisca contidas no teor da carta, vejamos:

(...) lhe deixo em meu testamento a terça para ser empregada na sua liberdade e igualmente a dívida que em dito testamento declaro dever-lhe, o que ela mostrar despender comigo daqui em diante durante o resto de meus dias o que tudo lhe deverá ser pago dos bens do Monte Mor por ser dívida feita em minha vida, e quando por minha morte para complemento de sua inteira liberdade, além de minha terça, a dívida, que deve ser aplicada em seu favor, ainda lhe falte algum resto para se desfazer, neste caso ela mesma satisfará, e dará a isso cumprimento ficando ela por meu falecimento forra [...] para descargo de minha consciência, e em atenção e os benefícios que me há feito.⁹

Além de ter que trabalhar até o falecimento de sua senhora, a preta Isabel Francisca deveria quitar alguma dívida de sua senhora caso ainda não estivesse paga. As alforrias condicionadas à morte do proprietário representavam um momento singular e tenso na vida dos alforriados, pois poderia significar a troca de senhor e um novo tempo de incertezas na vida de um novo cativo. Além disso, até o momento da abertura definitiva do testamento de seu senhor, pairava a dúvida se afetos seriam separados, relações familiares e de amizade poderiam ser estilhaçadas neste momento, “havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades” (CHALHOUB, 1990, p. 111). Somado a isso os escravizados não tinham a certeza se os direitos adquiridos durante anos de trabalho pautados na obediência e fidelidade ao seu antigo senhor teriam continuidade (e garantia) de prevalecerem com os futuros senhores.

Todos esses receios devem ter ambientado a vida da escrava Felipa e de seus dois filhos, João com onze anos e Antônia com nove anos. Dona Angélica Maria Gomes, casada face à Igreja Católica com José Bernardo da Silva, natural de Mostardas e que vivia há algum tempo na cidade de Pelotas, menciona em seu testamento que, por sua morte,

⁹ Carta concedida em 06/10/1856 e registrada em 02/10/1856. Livro 07(1854/1860), fl. 37v. Livro Notarial de Registro Ordinário. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

libertara a cabra Felipa, com quarenta anos de idade e sua família. Ao menos Felipa não teve suas relações familiares partilhadas com o falecimento de sua senhora. A proprietária de Felipa declarou que nem ela e seus filhos deveriam entrar no espólio de seus bens para serem inventariados, impondo sua vontade para seus herdeiros. A testamentária afirma ainda que a cabra Felipa a auxiliava em suas precisões há muito tempo, lhe entregando certa quantia de suas costuras e de outros serviços, que possivelmente eram auferidos pelo trabalho de ganho nas ruas da cidade.

Notório salientar ainda que a liberdade da família de Felipa¹⁰ foi *conquistada* não apenas pelos lucros obtidos pelo seu trabalho como costureira, mas também, segundo sua senhora, pela lembrança remetida pelos bons anos de trabalho de sua avó, a qual também foi alforriada por Dona Angélica Maria Gomes. É provável que a família escrava, neste caso, tenha potencializado os projetos de liberdade da família, não se restringindo apenas a primeira geração familiar. Aliado a isso, sem dúvida, aos bons serviços dedicados a sua dona durante o tempo do cativo. A historiadora Hebe Mattos afirma que a alforria não era fruto apenas do domínio senhorial, todavia era “um resultado da pressão de uma comunidade cativa que se organizava apesar dela” (MATTOS, 2013, p. 152). Além disso, assegura também que os cativos com relações familiares eram superiores em recursos sociais frente “aos escravos com ofícios especializados e muito mais acesso a remunerações em dinheiro” para obterem a liberdade (MATTOS, 2013, p. 153).

As cartas de liberdade que exigiam um determinado tempo de serviço, como já asseveramos, foram poucas expressivas. Ao que tudo indica, em Pelotas, nesse período entre os anos de 1850/1869, de forte predomínio da política de domínio senhorial, essa modalidade não era tão comum. A carta da crioula Inês pertencente a escravaria de Pedro Ernesto Mendes é um exemplo dessa raridade. Inês teve a carta concedida mediante o pagamento de 950\$ mil réis pagos pela senhora Maria Delfina Gomes, entretanto, “sujeitando-se a referida escrava a um contrato de locação de serviços até preencher o total pagamento”.¹¹

A cláusula que condicionava a liberdade do escravizado de acompanhar ou servir o senhor até sua morte ou de algum parente foi bastante expressiva nas manumissões

¹⁰ Carta concedida em 12/12/1854 e registrada em 14/12/1854. Livro 07(1854/1860), fl. 6v. Livro Notarial de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

¹¹ Carta concedida em 18/02/1869 e registrada em 19/02/1869. Livro 10 (1868/1871), fl. 6v. Livro Notarial de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

cartorárias. Esses casos evidenciam situações ambíguas e de limite vivenciados por esses sujeitos, visto que, ao mesmo tempo, viviam entre a fronteira da liberdade e do cativo, visto que aquela de fato estava num horizonte de possibilidades que se concretizaria, de fato, após o falecimento do senhor ou de seu parente.

A carta de alforria não era uma certeza real na vida dos escravizados, poucos atravessaram a porta estreita da liberdade e conseguiram sobreviver e manter a liberdade no Oitocentos. A manutenção da mesma dependia dos arranjos construídos tanto no mundo do cativo quanto no mundo da liberdade na tentativa de sobreviverem “em uma sociedade na qual a escravidão era considerada legítima e na qual a hierarquia estruturava-se sobre essa desigualdade” (LIMA, 2013, p. 204). As Histórias de Inês, Felipa, Isabel Francisca e Luísa demonstram experiências e vivências da prática de alforriar no mundo hierarquizado da escravidão brasileira. Inegavelmente que essas práticas instauradas sob o domínio da política senhorial, tendo a alforria como um ato privativo do proprietário, na década seguinte sofreram mudanças significativas com a promulgação da Lei de 1871 sobre a prática da manumissão na sociedade escravista do país. Se mesmo com forte predomínio da política senhorial, os escravos souberam manejar a sua liberdade via prática da compra da alforria, após a instauração da Lei do Ventre Livre esse movimento tornou-se mais expressivo conforme os dados apresentados.

Perfil dos libertos: origem, sexo, procedência dos alforriados

Para analisar de forma mais acurada os tipos de alforria, é preciso analisar os dados com a respectiva origem dos alforriados. Mas antes desse exercício é necessário averiguarmos primeiro quem eram os alforriados, ou seja, quantos homens e quantas mulheres foram beneficiados com a carta de liberdade.

Tabela 3 – O sexo e a Origem dos alforriados em Pelotas/RS, 1850/1888

| Períodos | Africanos | | | Crioulos | | | Não Identificados | | |
|-----------|-----------|------|-----|----------|------|-------|-------------------|------|-------|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| 1850/1859 | 71 | 62 | 133 | 60 | 103 | 163 | 33 | 51 | 84 |
| 1860/1869 | 81 | 58 | 139 | 75 | 141 | 216 | 30 | 78 | 108 |
| 1870/1879 | 133 | 66 | 199 | 104 | 221 | 325 | 93 | 208 | 301 |
| 1880/1888 | 153 | 21 | 174 | 478 | 352 | 830 | 936 | 495 | 1.431 |
| Total | 438 | 207 | 645 | 717 | 817 | 1.534 | 1.092 | 832 | 1.924 |
| % | 67.9 | 32.1 | 100 | 46.7 | 53.3 | 100 | 56.8 | 43.2 | 100 |

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS

Observando as informações da tabela acima, temos duas questões pertinentes. A primeira é de que a maioria dos escravos alforriados foram os crioulos (chegando a 70,4% se levarmos em consideração apenas os registros em que consta explicitamente a origem dos alforriados). A segunda informação de destaque é que, levando em consideração o sexo, percebemos que as mulheres alforriadas se sobressaíam aos homens escravos no quesito referente à origem crioula (KARASCH, 2000, p. 439-476), visto que para todo o período analisado encontramos 53,3% dos dados para as mulheres dessa naturalidade no município. Neste ponto, a pesquisa vem corroborar o muito que já se têm salientando na historiografia brasileira acerca do tema, pois “realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de ser menos numerosa na população escrava” (FARIA, 2004, p. 111).

Contudo, destaco uma terceira informação pertinente apresentada na tabela referente aos alforriados de origem africana. É comum na historiografia a ressalva de que tanto mulheres africanas e crioulas tinham o privilégio da conquista da carta. Ao analisarmos com mais acuidade os nossos dados, observamos que em todas as décadas a predominância se deu entre os homens e não para as mulheres, visto que para todo o período da análise foi computado 67,9% de indivíduos libertos do sexo masculino. Interessante destacar que entre o período costumeiro da prática da alforria os africanos do sexo masculino eram predominantes, todavia sem grandes disparidades numéricas. Ao passo que na década de 1870 a 1879 verificou-se 66,8% de africanos homens, já na seguinte entre 1880 a 1888, esse percentual aumenta para 87,9%.

Comparando com pesquisas para outras localidades do Brasil império, percebem-se algumas singularidades, por exemplo, a pesquisa de Almeida aponta que entre os anos de 1850 a 1871, em Rio das Contas, 58,5% dos dados eram referentes a liberdade de mulheres. Segundo a análise da autora, a origem foi um fator determinante para a passagem da escravidão para a liberdade nessa região baiana, pois em todas as modalidades de alforria os crioulos foram predominantes, sendo as mulheres as que tiveram maior êxito (ALMEIDA, 2012, p. 124). Interessante que a historiadora encontrou em sua investigação que apesar da população cativa de origem africana não ser muito expressiva nessa localidade, os africanos adquiriam mais a liberdade pela compra da

alforria, seguida das gratuitas. Por sua vez, Thiago Araújo, verificou também uma predominância de mulheres libertadas na região de Cruz Alta (ARAÚJO, 2008, p. 196).

Assim sendo, cruzando as variáveis de origem, sexo e tipologia das alforrias registradas nos cartórios da cidade, percebe-se que a população liberta entre os crioulos era mais significativa do que a dos africanos. Quando comparamos as maneiras como os africanos e crioulos conseguiram atravessar “a porta estreita da liberdade” no oitocentos com as distintas tipologias das cartas a questão torna-se mais complexa ainda. Essa população de origem africana vivia sob o cativo e a liberdade passava pelo crivo do mando senhorial. A liberdade era conquistada no dia a dia, seguindo muitas vezes caminhos longos e difíceis. Ser livre ou liberto em uma sociedade escravista imperial não era tarefa fácil. Ao excluirmos os dados referentes aos alforriados que não conseguimos obter as informações sobre a origem, temos o seguinte cenário:

Tabela 4 - Sexo e Origem dos Escravizados Alforriados pelo tipo de alforria na cidade de Pelotas/RS, 1850/1888¹²

| | Africanos | | | Crioulos | | |
|--------------------|-----------|------|-----|----------|------|-------|
| | H | M | T | H | M | T |
| Paga Incondicional | 147 | 110 | 257 | 108 | 286 | 394 |
| Gratuita | 165 | 76 | 241 | 183 | 253 | 436 |
| Condicional | 113 | 20 | 133 | 346 | 207 | 553 |
| Paga com Condição | 13 | 01 | 14 | 22 | 12 | 34 |
| Total | 438 | 207 | 645 | 717 | 817 | 1.534 |
| % | 67,9 | 32,1 | 100 | 46,7 | 53,3 | 100 |

Fonte: *Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS*

De acordo com a tabela acima, os crioulos eram proporcionalmente mais contemplados nas alforrias condicionais, naquelas em que os senhores estipulavam uma cláusula de prestação de serviços por um determinado tempo, ou que continuassem a trabalhar até a morte do proprietário. Em segundo lugar, para o grupo dos crioulos, as alforrias gratuitas, aquelas sem condição alguma, foram também mais favorecidos em relação aos africanos. Salta aos olhos que grande parte das manumissões contempladas para os africanos foram às pagas, e que os homens obtiveram mais êxito nessa empreitada dos que as mulheres. As diferenças observadas entre africanos e crioulos, a partir da

¹² Apenas constam os dados referentes às alforrias em que pudemos verificar a origem dos libertos.

variável de como conquistaram a liberdade demonstram, em tese, a grande capacidade e agência dos africanos na arte de lutarem pela condição de serem sujeitos libertos na ordem escravista de outrora. Avançamos um pouco mais. Para analisar de forma mais satisfatória os tipos de alforria, é necessário cruzar os dados com o sexo e a origem dos alforriados, com o objetivo de investigarmos que os africanos e os crioulos tinham possibilidades diferenciadas de conquista e negociação quanto à questão da liberdade no Oitocentos. Vejamos primeiro o caso dos africanos:

Tabela 5 - Sexo e Alforria dos Africanos Alforriados, Pelotas/RS, 1850/1888

| | Paga Incondicional | | | Gratuita | | | Paga Condicional | | | Condicional | | | Total | | |
|-----------|--------------------|------|-----|----------|------|-----|------------------|-----|-----|-------------|------|-----|-------|------|-----|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| 1850/1859 | 24 | 30 | 54 | 30 | 25 | 55 | 04 | 00 | 04 | 13 | 07 | 20 | 71 | 62 | 133 |
| 1860/1869 | 46 | 35 | 81 | 21 | 15 | 36 | 03 | 01 | 04 | 11 | 07 | 18 | 81 | 58 | 139 |
| 1870/1879 | 53 | 39 | 92 | 68 | 24 | 92 | 06 | 00 | 06 | 06 | 03 | 09 | 133 | 66 | 199 |
| 1880/1888 | 24 | 06 | 30 | 46 | 12 | 58 | 00 | 00 | 00 | 83 | 03 | 86 | 153 | 21 | 174 |
| Total | 147 | 110 | 257 | 165 | 76 | 241 | 13 | 01 | 14 | 113 | 20 | 133 | 438 | 207 | 645 |
| % | 57.2 | 42.8 | 100 | 68.5 | 31.5 | 100 | 92.9 | 7.1 | 100 | 85.0 | 15.0 | 100 | 67.9 | 32.1 | 100 |

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelações de Pelotas de 1850/1880. APERS

Observa-se na tabela duas informações pertinentes a respeito da conquista da liberdade. A primeira é o sucesso dos africanos do sexo masculino no quesito de compra da carta da liberdade, tendo um percentual expressivo na década de 1870-1879, com 57,6% dos casos investigados. Em tal período, a política de alforriar sofreu forte intervenção do Estado, assim como uma maior movimentação na malha do sistema engendrado pelos escravos para se libertarem do cativeiro.

A tabela demonstra que os homens africanos sobrepuseram-se às mulheres africanas nas distintas modalidades de alforria, obtendo, respectivamente, 57,2%, 68,5%, 92,9%, 85% das pagas incondicionais, das gratuitas, das pagas condicionais e das condicionais. Pode-se concluir que, para os africanos, a liberdade era possível na medida em que conseguiram amealhar recursos próprios (ou com a ajuda de terceiros) para pagar por sua alforria, como também souberam negociar com seus senhores a obtenção da liberdade via gratuita. É o caso de João, africano, nação nagô, o qual pagou 300\$000 réis

ao charqueador Joaquim Antônio Barcellos pela sua carta de liberdade,¹³ e de Justino também africano de origem mina, que teve a sua liberdade concedida sem ônus ou condição alguma por Porfírio Balbuíno de Aguiar.¹⁴ Vejamos, então, como os crioulos se comportavam no mercado da conquista da liberdade.

Tabela 6 - Sexo e Alforria dos Crioulos Alforriados em Pelotas/RS, 1850/1888

| | Paga Incondicional | | | Gratuita | | | Paga Condicional | | | Condicional | | | Total | | |
|-----------|--------------------|------|-----|----------|------|-----|------------------|------|-----|-------------|------|-----|-------|------|-------|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| 1850/1859 | 18 | 47 | 65 | 31 | 39 | 70 | 02 | 00 | 02 | 10 | 16 | 26 | 60 | 103 | 163 |
| 1860/1869 | 13 | 58 | 71 | 22 | 61 | 83 | 14 | 03 | 17 | 26 | 19 | 45 | 75 | 141 | 216 |
| 1870/1879 | 31 | 102 | 133 | 48 | 92 | 140 | 02 | 04 | 06 | 23 | 23 | 46 | 104 | 221 | 325 |
| 1880/1888 | 46 | 79 | 125 | 82 | 61 | 143 | 04 | 05 | 09 | 346 | 207 | 553 | 478 | 352 | 830 |
| Total | 108 | 286 | 394 | 183 | 253 | 436 | 22 | 12 | 34 | 405 | 265 | 670 | 717 | 817 | 1.534 |
| % | 27.4 | 72.6 | 100 | 42.0 | 58.0 | 100 | 64.7 | 35.3 | 100 | 60.4 | 39.6 | 100 | 46.7 | 53.3 | 100 |

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelaionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS.

É notório pelas informações que a tabela sugere padrões distintos da arte de conquista da manumissão ao compararmos com os dados obtidos com a população alforriada de origem africana. Em primeiro lugar, nota-se o êxito das mulheres crioulas na conquista da arte da compra em liberdade, visto que para todo o período de análise 72,6% dos dados computados são referentes a elas. O sucesso das crioulas em adquirir a carta de alforria via pagamento é muito mais expressivo do que os conquistados pelas africanas, que apenas obtiveram 42,8%% de alforrias pagas sem condição no período todo da pesquisa. Em relação às alforrias gratuitas novamente nos deparamos com o sucesso das crioulas em detrimento dos crioulos. Por outro lado, observa-se que nas alforrias pagas condicionais e nas alforrias condicionais, os crioulos tiveram maior êxito.

Embora as manumissões pagas sem condição e as gratuitas representassem para ambos os grupos (africanos e crioulos) o meio mais frequente para sair do cativeiro, mais da metade dos africanos do sexo masculino lograram passar pela compra da liberdade, 57, 2% para o mundo dos livres, ao passo que os crioulos do sexo masculino apenas conseguiram 27,4% de possibilidades de aquisição pela compra de suas liberdades. A

¹³ Carta de alforria concedida em 03/03/1878 e registrada em 12/03/1878. Livro 09 (1873 a 1880), fl. 70v. Livro de Registros Ordinários de notas. Segundo Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

¹⁴ Carta de alforria concedida em 22/08/1879 e registrada em 23/08/1878. Livro 09(1873 a 1880), fl. 78v. Livro de Registros Ordinários de notas. Segundo Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS

tabela acima revela também que os escravos nascidos no Brasil eram imbatíveis na conquista da liberdade condicionada à prestação de algum serviço, talvez pela proximidade com a casa senhorial partilhando da convivência ou dos segredos dos senhores, o que poderia afiançar a liberdade via alguma condição.

Enfim, a maioria dos estudos concorda que, em sua maioria, os escravos nascidos na África tiveram menos oportunidades de alforria (ALMEIDA, 2014, p. 138-44). Contudo, foi possível observar sobre a origem no município de Pelotas que este quadro ganhou uma nova configuração, visto a predominância de alforriados de origem africana obtendo êxito em determinadas modalidades de alforria. Não obstante, a análise sobre a origem ainda pouco nos diz sobre o perfil dos libertos. Por isso, é importante detalhar os grupos de procedência quem tinha mais vantagens no processo de manumitir-se da escravidão. Como destaca Florentino, “a heterogeneidade étnica era um traço fundador da escravidão brasileira, e os padrões de alforrias dos africanos refletiam-na” (FLORENTINO, 2005, p. 351)).

A tabela a seguir mostra que a esmagadora maioria dos africanos alforriados em Pelotas era de origem afro-ocidental, seguidos pela região da África Central Atlântica. Fica evidente então, pelos dados computados que os africanos da África Ocidental estiveram bem melhor representados entre os alforriados no município investigado. Vejamos:

Tabela 7 – Regiões da África entre os Africanos alforriados em Pelotas/RS, 1850/1888

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS

| Regiões da África | Paga Incondicional | | Gratuita | | Paga Condicional | | Condicional | | Total | |
|-------------------|--------------------|-------------|----------|------|------------------|-----|-------------|------|-------|-------------|
| | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % |
| Central Atlântica | 26 | 16,5 | 51 | 41,5 | 00 | 00 | 21 | 55,3 | 98 | 30,0 |
| Ocidental | 131 | 82,9 | 65 | 52,8 | 07 | 100 | 15 | 39,5 | 218 | 66,9 |
| Oriental | 01 | 0,6 | 07 | 5,7 | 00 | 00 | 02 | 5,2 | 10 | 3,1 |
| Total | 158 | 100 | 123 | 100 | 07 | 100 | 38 | 100 | 326 | 100 |

Analisando os dados, pode-se constatar que os afro-ocidentais tinham o predomínio do mercado das alforrias pagas na região estudada. Eram 82,9% dos libertos alforriados que conquistaram o papel da liberdade via o pagamento. E do total dos grupos de procedência que foram libertados, os afro-ocidentais destacam-se, pois 66,9% desses

indivíduos receberam a carta de liberdade nas diferentes modalidades pesquisadas. Importante salientar também no que se referem às alforrias pagas, os afro-ocidentais do sexo masculino dominavam o cenário da conquista da liberdade, visto que 61,8% deles compraram sua alforria, ao passo que as afro-ocidentais do sexo feminino tiveram a representatividade de 38,2% das alforrias pagas. Uma das possíveis causas dessa presença significativa de africanos ocidentais sendo libertados é que eles “produziram um cenário étnico de aglutinação no mercado de trabalho que lhes garantia acesso a recursos para, assim, ter acesso a outro mercado: o da liberdade” (FARIAS, 2005).

É possível que a predominância mina e masculina no campo das alforrias pagas sugira uma capacidade de acumulação de renda seja no campo individual ou no campo da aglutinação étnica, como as irmandades, associações ou a família. Todavia é importante destacar também que tal eficiência na aquisição da liberdade comprada tenha vínculos e raízes com a cultura trazida da região da África Ocidental, a qual tinha características de urbanizada e mercantil em relação às demais regiões da África (CRUZ, 2000, p. 261).

Considerações Finais

A demografia da liberdade analisada na sociedade escravista de Pelotas possibilitou-nos traçar o perfil do liberto no que se refere à origem, sexo e nação. As conclusões apontam para uma presença significativa de alforrias compradas e condicionais, tendo uma predominância de mulheres e escravos crioulos na obtenção da liberdade. No que tange aos africanos, observou-se uma presença expressiva dos homens em todas as modalidades de alforria alcançadas por tais sujeitos. Fato este que aponta para uma singularidade do processo de manumissão comparado com outras regiões brasileiras. Além disso, entre esse grupo de origem, constatou-se que os oriundos da costa ocidental da África eram alforriados em proporção maior do que os demais africanos que compunham a sociedade escravista de Pelotas. Estes indivíduos, sobretudo os de origem afro-ocidental, dominavam a demografia da liberdade pela compra ou pela conquista das liberdades via a gratuidade. Fato este que aponta para uma singularidade do processo de manumissão comparado com outras regiões como o Rio de Janeiro e Salvador. Além disso, entre os africanos, constatou-se que os oriundos da costa ocidental eram alforriados em proporção maior do que os demais grupos de procedência na cidade. Os crioulos, especialmente as mulheres dominavam também em quantidade significativa o mercado

da liberdade através da conquista da manumissão pelo intermédio da compra. Todavia os crioulos eram amplamente favorecidos com as alforrias gratuitas e sob condição, talvez as de uma maior proximidade com seus senhores, o que lhes facilitaria a conquista da liberdade.

Como destaquei, a concessão da alforria era uma prerrogativa senhorial, sendo usada como um mecanismo de controle e domínio por parte dos senhores para manter os escravizados sob a sua tutela. Entretanto, mesmo com toda essa tática de controle utilizada pelos senhores, não impediu que os escravizados se colocassem como atores históricos desse processo de negociação, mesmo que desigual, negociando e lutando pela conquista da liberdade.

Referências

ALMEIDA, Kátia Lorena. *Alforrias em Rio das Contas – Bahia- Século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. Alforrias nas Minas do Rio de Contas Setecentista. In: ALBULQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; Castillo, LISA Earl, Organizadoras. *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade. Séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA, 2014.

ARAÚJO, Thiago. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, (1834-1884)*. Dissertação de Mestrado Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. In: *Afro-Ásia*, 24, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. Segunda edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FARIAS, Juliana Barreto. Descobrimos mapas dos minas: alforria, trabalho urbano e identidades, 1800-1915. In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano, SANTOS, Flávio Gomes, FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FLORENTINO, Manolo. "Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871". In: *Tráfico, Cativo e liberdade: Rio de Janeiro, Séculos XVIIe XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 331-366.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese (Titular) – Departamento de História da UFF, Niterói, 2004.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Henrique Espada. Da escravidão á liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane. *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)*. São Leopoldo: OIKOS, 2012.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Terceira Edição Revisada. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013 [1995].

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre- 1858-1888. Porto Alegre, EST Edições, 2003.

PINTO, Natália Garcia. *A benção Compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 2012.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era escravo: Vassouras, Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Segunda edição corrigida. Campinas: Editora UNICAMP, 2011. [1999]

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

USO DE FONTES HISTÓRICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: A TRANSFORMAÇÃO DO RASTRO EM MATERIAL DIDÁTICO**USE OF HISTORICAL SOURCES IN THE TEACHING OF HISTORY: THE TRANSFORMATION OF THE TRACE INTO COURSEWARE**Eduardo Roberto Jordão Knack¹**Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo explicitar o potencial didático da operação de transformação de um vestígio do passado em fonte histórica. É importante compreender que nem todo vestígio (ou rastro) do passado é um documento histórico, plausível de ser utilizado em uma pesquisa pelos historiadores. Ao selecionar um documento, o pesquisador interrompe a existência de um vestígio do passado e o transforma em fonte, removendo esse rastro do seu mundo e o trazendo para sua escrita, ou depositando nos arquivos, museus ou outras instituições de guarda e conservação de acervos. Refletir sobre essa ruptura é fundamental para o uso das fontes enquanto materiais didáticos. Para elaborar uma reflexão sobre essa transformação e suas potencialidades aplicadas ao ensino de história, o artigo está organizado em quatro partes: uma introdução, contendo breve esclarecimento sobre o papel de uma fonte na pesquisa histórica, bem como em que momento seu uso passou a figurar nos debates e produções de ensino de história no Brasil; dois tópicos de desenvolvimento, um teórico, com um debate sobre o conceito de rastro e de fonte, outro que esclarece diferentes metodologias para o uso de fontes no ensino; e as considerações finais, onde os argumentos são articulados.

Palavras-chave: Ensino. História. Fonte.

Abstract

The present work aims to explain the didactic potential of the operation of transforming a vestige of the past into a historical source. But not all vestige of the past is a historical document, plausible to be used in a research by historians. When selecting a document, the researcher interrupts the existence of a vestige of the past and transforms it into a source, removing that trace from his world and bringing it to his writing, or depositing in the archives, museums or other institutions of guard and conservation of collections. Reflecting on this rupture is fundamental for the use of sources as teaching materials. In order to elaborate a reflection about this transformation and its potentialities applied to the teaching of history, the article is organized in four parts: an introduction, with a brief clarification on the role of a source in historical research, as well as in what moment its use came to appear in debates and productions of history teaching in Brazil; two topics of development, one theoretical, with a debate about the concept of trace and source, another one that clarifies different methodologies for the use of sources in teaching; and the final considerations, where the arguments are articulated.

Keywords: Teaching. History. Trace.

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo; Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Pós-Doutorando no Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural-UFPel. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br

Considerações iniciais

Cabe introduzir o presente texto comentando alguns aspectos do uso de fontes de pesquisa pelos historiadores, pois "a forma de pensar o conhecimento histórico sempre está em transformação", por isso "o conceito de fonte histórica e as questões que esse coloca para o historiador modificaram-se ao longo do tempo." (PETERSEN; LOVATO, 2013, p.294). Dessa forma, é importante considerar que a noção de fontes históricas do século XIX, seu papel e seu estatuto na pesquisa e escrita da história sofreu modificações consideráveis até o presente. Ao longo de todo o século XX diferentes tendências historiográficas entenderam e abordaram suas fontes, teceram reflexões teóricas sobre esse conceito, sob diferentes olhares.

Barros (2013) procura resumir essa transformação dos olhares sobre as fontes a partir de três visões que, de acordo com o autor, começaram a se instaurar no século XIX, se desenvolveram (e se acumularam no trabalho do historiador) ao longo do século XX. Sobre os historiadores do oitocentos, o entendimento do que constituía fontes de pesquisa era limitado aos documentos políticos institucionais, entendidos como depósito de informações. No entanto, é com os historiadores desse período que a crítica ao documento é estabelecida, constituindo o "olhar metuculoso". É com eles que é estabelecida a "heurística" (localização e organização dos acervos documentais), e a crítica histórica, tanto interna como externa. (PETERSEN; LOVATO, 2013, p.306).

Esse é o momento em que o texto é entendido como o pilar da operação historiográfica, é no século XIX que ocorre o "triunfo do documento". "A partir de então, todo o historiador que trate da historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento." (LE GOFF, 2003, p.529). Cabe ressaltar que a noção de "documento" (entendida como fonte do trabalho do historiador), mantinha para o historiador daquele período o valor de "prova", atestando a verdade de sua narrativa. No entanto, ainda no fim do século XIX o que era entendido como documento foi ampliado, indo além do texto, mas só no início do século XX que podemos falar em uma verdadeira revolução documental. "Mas este alargamento do conteúdo do termo documento foi

apenas uma etapa para a explosão do documento, que se produziu a partir dos anos 1960 e levou a uma verdadeira revolução documental". (LE GOFF, 2003, p.531).

A partir de 1930 ocorre uma expansão na compreensão do que são as fontes do historiador (documentos administrativos, eclesiásticos, comerciais, cartoriais, entre outros), marcada por uma abordagem serial ou quantitativa. Essa fase assinala o estabelecimento do "olhar longo", que se estende sob séries documentais para entender permanências e rupturas em uma sociedade (BARROS, 2013). A importância da história quantitativa não está apenas no alargamento da noção de fontes, mas do questionamento sobre o tratamento dessas fontes, que "põe novamente em causa a noção de documento". (LE GOFF, 2003, p.532). Em 1980, outra transformação documental afeta a história, com emergência das fontes jurídicas e policiais trazida pela abordagem da micro-história, apresentando o "olhar interior", voltado para captar os detalhes e o que eles podem revelar. (BARROS, 2013, p.89-91). Esse interesse pelos dados rompe com a busca pela linearidade, introduzindo o interesse pelo descontínuo, pelas rupturas.

Esses são exemplos das transformações que a noção de fontes sofreu ao longo do último século. É possível acrescentar outros olhares mais específicos, relacionados com diferentes objetos que entraram dentro do escopo dos historiadores no último século, como imagens (pinturas, fotografias, cinema), cultura material (uma variedade de objetos, desde artefatos descobertos pelos arqueólogos, objetos de uso cotidiano, biografia de objetos), história oral (relatos, testemunhos, entrevistas), entre outros exemplos. Cada um desses diferentes campos da pesquisa implica uma metodologia, uma abordagem particular no tratamento das fontes que não pode ser ignorada em uma pesquisa histórica. Da mesma forma, essas particularidades não podem ser ignoradas em atividades de ensino e aprendizagem, correndo o risco das fontes serem utilizadas apenas para ratificar argumentos do professor, ou mesmo como exemplos didáticos - seu uso em sala de aula pode ter um potencial muito maior.

Essa forma de uso das fontes no ensino vem sendo criticada, ou no mínimo debatida por diferentes autores dentro de um debate amplo sobre produção do conhecimento e ensino de história (para citar apenas alguns exemplos: CAIMI, 2001; BITTENCOURT, 2009a; BITTENCOURT, 2009b; SCHMIDT; CAINELLI, 2009; CATELLI JUNIOR, 2009; VENERA, 2010; GUIMARÃES, 2012; SILVA, 2013; TORRES; ROLIM; BARROS, 2015). Essas discussões começam a se desenvolver com maior fôlego no Brasil

a partir da década de 1980, quando a preocupação com uma necessária revisão sobre o ensino de história no país começa a se delinear em meio ao contexto de redemocratização.

Lima (2007, p.164) indica que um dos problemas que moviam as discussões sobre ensino de história naquele momento (em 1980) era a cisão entre o ensino ministrado pelos professores e ensino fundamental e médio e a produção do saber histórico. De acordo com a autora, existia um distanciamento entre a produção do conhecimento histórico acadêmico e aquele ensinado nas escolas: "no lugar da problematização entrava em cena a história ordinária dos fatos, da linearidade" levando os professores a "romper com o que se apreendera na academia." Outro problema era o afastamento da história frente ao cotidiano dos alunos. (LIMA, 2007, p.164). A distância entre a história acadêmica e a história ensinada era um problema a ser enfrentado no período de redefinição da educação brasileira, e nesse contexto emergem discussões iniciais sobre a prática de ensino.

Mas, de acordo com Lima (2007), é a partir dos anos 1990 que a temática do ensino de história começa a aparecer com consistência em nível nacional. "Data deste período a emergência de teses e de dissertações relativas ao tema, bem como a publicação e divulgação destes estudos em forma de artigos e livros." (LIMA, 2007, p.165). Os temas que assinalam as pesquisas na área estavam voltados para a história do ensino de história e ao currículo da disciplina. Também ganhava espaço pesquisas voltadas para a formação do professor e a História ensinada aos alunos, voltando ao problema do afastamento ou defasagem existente entre conteúdos ensinados e produção acadêmica do saber histórico.

Cada vez mais o uso das fontes era indicado como elemento capaz de romper um "ensino bancário" (FREIRE, 1996) em história, considerado um elemento capaz de proporcionar aos alunos uma capacidade de pensar historicamente, um elemento com o potencial de construir uma percepção crítica sobre a historicidade de acontecimentos e contextos sociais trabalhados nas aulas de história. Caimi (2015), pesquisando a produção de trabalhos de ensino de história entre 1998 e 2007, indica a recorrência de certos temas, dentro de um vasto leque de possibilidades: história do ensino de história; formação e prática docente; fontes e métodos; currículo; livro didático; construção do conhecimento; ensino/aprendizagem; conteúdos. Esses são os temas mais pesquisados nos programas de pós-graduação em educação e história (voltado ao ensino). O uso das fontes, embora destacado como um dos temas, também pode ser articulado em outros tópicos, como

construção de conhecimento, livro didático, ensino/aprendizagem, conteúdo, o que demonstra a continuidade e pertinência desse tópico.

Desde que essa discussão iniciou, na década de 1980, não cessaram os trabalhos sobre o papel das fontes no ensino de história. Com diferentes objetivos e diferentes concepções sobre o que são fontes e quais os objetivos da educação e do ensino, esse debate esteve (e ainda está) presente nas pesquisas da área. Essa breve introdução teve como objetivo situar as transformações na concepção de fontes de pesquisa em história e como elas foram introduzidas no cenário educacional brasileiro. Os próximos tópicos são destinados a situar o problema do presente trabalho, que está centrado na observação da transformação de um vestígio do passado em fonte de pesquisa movida pelo historiador quando este seleciona os documentos com os quais vai trabalhar, e as possibilidades/potencialidades de exploração dessa operação no ensino de história. Para esclarecer essa potencialidade e situar a presente reflexão dentro de uma literatura já produzida sobre o tema também foram apresentadas algumas propostas metodológicas para o uso de fontes de ensino de história. Nas considerações finais essa transformação de rastro em fonte de pesquisa e suas possíveis contribuições para o ensino de história serão explanadas.

Transformando rastros do passado em fontes

Bittencourt (2009a, p.327) alerta que, embora o uso de documentos seja importante para a aprendizagem, os argumentos que defendem seu uso como iniciação ao trabalho de pesquisa histórica são equivocados e contrariam "os objetivos da disciplina, cuja intenção maior é desenvolver uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal". Por isso a autora entende a importância de se debater concepções, usos e funções das fontes históricas no ensino de história.

Os documentos tornam-se importantes como um investimento ao mesmo tempo afetivo e intelectual no processo de aprendizagem, mas seu uso será equivocado caso se pretenda que o aluno se transforme em um "pequeno historiador", uma vez que, para os historiadores, os documentos têm outra finalidade, que não pode ser confundida com a situação de ensino de História. (BITTENCOURT, 2009a, p.328).

A autora chama atenção para a evidente diferença de nível entre um aluno de ensino básico e o historiador. Cabe lembrar das considerações de Certeau (2011, p.47), que define a operação historiográfica como “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”, quadro que define o contexto da produção de conhecimento histórico por parte do historiador. Ao se debruçar sobre os documentos que transformam em fontes, o pesquisador empreende aquilo que apreendeu no "lugar social" (no atual contexto, as universidades), as "práticas" de pesquisa, métodos que pautam seu trabalho de busca das fontes e também da "escrita", da elaboração de sua narrativa histórica. Cabe refletir sobre essas transformações dos documentos em fontes históricas.

A forma como historiadores usam os documentos, ou melhor, como transformam vestígios em fontes de pesquisa é explicada por Ricoeur (1997, p.320) pelo conceito de *representância*, ou seja, uma capacidade da história de afirmar que eventos, personagens e lugares realmente aconteceram ou existiram no passado. Essa capacidade é possibilitada pelos "conectores" da narrativa com o passado, especificamente os calendários, as gerações, mas especialmente pelos "rastros". A permanência de certos vestígios possibilita a percepção da existência de um passado que marca nosso presente. O rastro aparece “como coisa presente que vale por uma coisa passada”. Aqui é possível estabelecer uma relação com as considerações de Certeau (2011) sobre o fazer história e a imaginação que envolve esse trabalho do historiador, pois as atividades que preservam, guardam, divulgam e/ou promovem os “rastros”, os transformam em documentos, em fontes de pesquisa, em “operadores do tempo histórico”.

O caráter imaginário das atividades que mediatizam e esquematizam o rastro é atestado no trabalho de pensamento que acompanha a interpretação de um resto, de um fóssil, de uma ruína, de uma peça de museu, de um monumento: só lhe atribuímos seu valor de rastro, ou seja, de efeito-signo, ao nos afigurar o contexto de vida, o ambiente social e cultural, em suma [...], o mundo que, hoje, falta, por assim dizer, ao redor da relíquia. (RICOEUR, 1997, p.320).

O valor efeito-signo atribuído ao rastro pelos sujeitos que os organizam, preservam e esquematizam (tornando-os documentos) está relacionado a sua ambiguidade passado/presente – algo que existe no agora mas que remete ao passado. Esse valor efeito signo resulta da seleção daquilo que é importante para uma sociedade: “uma leitura do

passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”. (CERTEAU, 2011, p.8). Essa seleção (dos rastros que se tornam documentos e ganham seu valor efeito-signo) está relacionada com a constituição do núcleo da memória descrita por Pollak (1992), com o estabelecimento de personagens, lugares e acontecimentos, que por sua vez estão relacionados com as questões enfrentadas pela sociedade, resultando na ação dos grupos envolvidos na guarda, preservação e divulgação do passado, que passam a buscar rastros (e até produzir) que possibilitam uma compreensão dos problemas e situações enfrentados no presente. O primeiro rastro que indica um momento passado é a memória.

Além disso, a produção de conhecimento histórico empreendida pelos historiadores compreendem o “seu outro – a crônica, o arquivo, o documento”, isto é, um “saber do outro”, que leva em consideração um circuito de produções e busca se inserir nesse mesmo círculo, fazendo surgir uma “linguagem referencial” que “tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade.” (CERTEAU, 2011, p.101). Esse conjunto de referências, de outras vozes que aparecem na escrita do historiador (tanto os rastros transformados em fontes como o domínio de um estado da arte sobre o que se está pesquisando) exercem profunda influência no seu olhar, agindo na transformação, seleção e organização das fontes.

No entanto, alguns princípios fundamentais da "operação historiográfica" devem ficar claros para os alunos quando o professor trabalha com fontes históricas em sala de aula. Toda essa operação (composta pelas três características descritas por Certeau - um lugar, uma prática, uma escrita) gira em torno de um elemento central - um problema. É a partir de uma pergunta inicial que o trabalho do historiador é colocado em movimento, é essa questão que direciona seu olhar para o passado e o compele a transformar rastros do passado em fontes durante sua prática de pesquisa. O olhar do aluno, como já explicitado, não pode ser equiparado ao do historiador, no entanto é imprescindível que um problema também oriente sua leitura do documento. "O mesmo princípio pode ser evocado quando fazemos referência ao ensino de história, pois não é possível de fato crer que possa ter algum significado ensinar história sem que se tenha claro quais perguntas nos motivam a nos debruçar sobre textos e fontes variadas." (CATELLI JUNIOR, 2009, p.8).

Nessa perspectiva, os documentos não serão tratados como fim em si mesmos, mas deverão responder às indagações e às problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.117).

Concordando com Ricoeur (2007), rastro, documento e pergunta são conceitos entrelaçados e formam a base do conhecimento histórico. "Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a idéia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento." (RICOEUR, 2007, p.189). O questionamento, o problema, deve nortear o olhar para o documento. Só assim será possível trabalhar com fontes em sala de aula, pois é só a partir desse olhar que o rastro se torna fonte. Partindo desse princípio, novas possibilidades são abertas, pois quando o historiador formula um problema, e a partir dessa questão seleciona um conjunto de rastros para utilizar como fontes em sua pesquisa, ele recebe algo de volta. O pesquisador, ao transformar os rastros em fontes, também é transformado por essa documentação. Essa relação enriquece sua visão, expande horizontes.

Dito de outra forma, pode-se dizer que, na operação historiográfica, o sujeito que produz o conhecimento e os meios de que ele se utiliza interagem um sobre o outro, de modo que, no fim das contas, se o historiador sempre escreve seu texto de um lugar no mundo social e no tempo, ao mesmo tempo ele mesmo pode se transformar a partir de sua própria experiência com as fontes. (BARROS, 2013, p.85).

Ao questionar um rastro, o transformando em documento, seja no contexto de uma pesquisa ou de uma situação de ensino-aprendizagem, a fonte vai interagir com quem a interroga. Essa troca vai ocorrer nas duas situações. Mas isso só vai ocorrer se o documento não for usado como mera ilustração, como um fim em si mesmo. Não há problema em utilizar uma fonte como ilustração, no entanto sua exploração enquanto recurso didático será muito limitada e essa troca de olhares, quando o aluno dirige seu olhar ao rastro (o transformando, nesse momento, em fonte, em documento), esse rastro também proporciona um retorno ao sujeito que observa, alterando sua percepção do conteúdo trabalhado.

Concordando com Bittencourt (2009a, p.330), os documentos podem ser empregados a partir de diferentes abordagens, uma delas é a simples ilustração, para reforçar uma ideia; também pode ser utilizado como fonte de informação para explicar melhor determinado acontecimento ou contexto histórico; "ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de situação-problema, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou o tema histórico a ser pesquisado." A transformação mencionada anteriormente tem uma maior possibilidade de ocorrer quando uma fonte é utilizada a partir da última abordagem, quando o professor parte do princípio que não apenas o documento, mas também os conteúdos ministrados não são um fim em si mesmo, mas servem, ou devem ser mobilizados, para responder uma pergunta, resolver um problema.

No entanto, não há necessidade de empregar a fonte apenas como forma de introdução ao tema trabalhado. Como já explicitado, o aluno não está submerso na linguagem referencial do historiador, não conhece outros documentos e o estado da historiografia sobre os conteúdos trabalhados. Nesse sentido, contextualizar os alunos, apresentando informações iniciais e necessárias sobre um determinado tema para, posteriormente, introduzir o problema que deve mover a aprendizagem, são etapas que podem anteceder o uso das fontes, pois dessa forma o aluno passa a conhecer parte do mundo, do ambiente que falta em torno do documento. A análise de uma fonte pode sintetizar todas as etapas anteriores, se tornando o próprio problema a ser trabalhado.

Para isso é necessário também ter clareza no momento da escolha de quais documentos serão utilizados em sala de aula. "Na escolha é necessário lembrar que eles devem motivadores e não se podem constituir em texto de leitura que produza mais dificuldades do que interesse e curiosidade." (BITTENCOURT, 2009a, p.330). Assim, não devem constituir em obstáculos para a aprendizagem, apresentando textos com vocabulários complexos, contendo expressões de difícil compreensão (usadas em épocas diferentes), bem como é indicado não serem muito extensos (textos longos, que necessitam várias aulas para sua leitura). As informações contidas nos documentos devem estar de acordo com os conceitos trabalhados em aula (por isso a necessidade de uma contextualização anterior) para que possibilitem uma leitura clara por parte do aluno.

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto registro do passado. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias. (BITTENCOURT, 2009a, p.331).

Da mesma forma que é o historiador que transforma o rastro em fonte, na sala de aula são alunos e professores que vão transformar o rastro em "material didático". No entanto essa transformação vai dar um retorno mais efetivo na medida em que também transforma o aluno, e isso não ocorre se o professor usa o documento para ilustrar sua ideia, para exemplificar aquilo que o livro didático já informa. Essa mútua transformação vai ocorrer na medida em que os alunos mobilizarem os conceitos e conhecimentos prévios adquiridos para ler a fonte, explorando ela em diferentes sentidos (produção, circulação, uso, consumo, guarda) para responder um determinado problema motivador. Percorrendo esse caminho, os alunos podem compreender a dimensão de informação que um documento pode informar, o potencial de rastro contido em uma vasta gama de objetos que podem ser transformados em fontes.

Explorar, como coloca Ricoeur, o mundo do rastro é fundamental, pois é o trabalho dessa exploração que o transforma em fonte (seja ela de pesquisa ou didática). Mas também é importante fornecer ao aluno um mínimo de conhecimento da trajetória desse documento, sua guarda e conservação. Trata-se de fornecer uma noção sobre essa transformação, pois "o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores." (LE GOFF, 2003, p.525).

Não se está sugerindo trabalhar com noções de heurística ou de guarda e conservação de acervos (embora o conhecimento de museus e arquivos seja importante para o ensino de história), mas explicar que o significado do documento foi atribuído pelos historiadores (ou outros profissionais, como arquivistas, museólogos, por exemplo), e essa atribuição de valor ao rastro, que envolve o lugar social e a prática de pesquisa histórica, não é natural, é construída socialmente. Essa noção é importante para trabalhar com o patrimônio enquanto fonte histórica. A destruição de espaços, edificações e até

mesmo bairros inteiros exemplifica esse jogo de forças e traz em seu bojo a atribuição de valor aos objetos, muitas vezes contrapondo o valor daqueles "que se dedicam à ciência do passado" e das "forças que operam no desenvolvimento temporal." A existência ou destruição do patrimônio material (a preservação ou não do patrimônio imaterial também se aplica nesse caso) explicita esse jogo de atribuição de valores.

Metodologias para o uso das fontes no ensino de história

Bittencourt (2009a, p.332) propõem como passo inicial para o trabalho com fontes históricas no ensino três níveis de indagação: o primeiro diz respeito ao que é o documento, sobre a razão da existência desse documento, quem o fez e qual sua finalidade; o segundo adentra o significado do documento enquanto objeto, questionando quem o produziu e para quem foi destinado; o terceiro envolve pensar o documento enquanto sujeito, observando por quem fala tal documento, os pensamentos e ações contidos nele. A autora também entende como necessário traçar uma distinção entre os documentos produzidos "voluntária ou involuntariamente" dentro de relações de força, e os monumento, produzidos voluntariamente pelo poder. No entanto, como bem esclarece Le Goff (2003, p.535-536):

A concepção documento monumento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento - qualquer que ele seja. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder.

É plausível entender que Bittencourt (2009a) esteja se referindo aos documentos produzidos sem uma intenção ou valor monumental (que seriam os "involuntários") de perdurar, de vencer o traumatismo final do tempo. Uma concepção que remonta quase ao sentido original do termo, resgatado do "latim monumentum, que por sua vez deriva de monere ("advertir", "lembrar"), aquilo que traz à lembrança alguma coisa." (CHOAY, 2006, p.17-18). Esse sentido original refere-se aos monumentos edificadas por uma comunidade para rememorar acontecimentos e personalidades, que evocam o passado por meio da memória e da afetividade, um passado selecionado, escolhido de acordo com os grupos ou sujeitos que estão no poder no momento de sua construção.

Mas quando um conjunto de rastros, de vestígios do passado é selecionado pelos historiadores para compor um arquivo, museu ou biblioteca, o documento passa a ser entendido como um monumento, pois essa escolha também está submergida em uma relação de poder. Os documentos são selecionados, implicando uma operação de descarte daquilo que não foi considerado importante para a história. Como afirmado nas considerações iniciais, o que é considerado importante sofreu transformações consideráveis ao longo dos séculos. Se entendermos todos os documentos como monumentos, como propõem Le Goff, não existe produção involuntária, pois o rastro só se torna documento (fonte da pesquisa ou material didático) pela transformação que os sujeitos o submetem.

Bittencourt (2009a, p.333) indica que "ao se fazer análise de um documento transformado em material didático, deve-se levar em conta a articulação entre os métodos do historiador e os pedagógicos." O que não significa, de acordo com a própria advertência da autora, iniciar os alunos em métodos de pesquisa histórica, mas articular procedimentos dentro das relações de ensino-aprendizagem. A autora indica os seguintes passos como procedimento para fazer uma análise das fontes em sala de aula: inicialmente, as primeiras atividades envolvem "descrever" (leitura inicial para saber o que informa) e "mobilizar" (envolver os saberes prévios dos alunos); isso para "explicar" (associar as informações da leitura inicial com saberes anteriormente adquiridos), "situar" (o contexto de produção do documento) e "identificar" (a natureza do documento) para então criticar o documento. (BITTENCOURT, 2009a, p.334).

Schmidt e Cainelli (2009) também propõem uma metodologia para trabalhar com fontes em sala de aula que se aproxima da proposta de Bittencourt. O primeiro passo proposto pelas autoras envolve a "identificação do documento", que não deve ser entendido como simples leitura. "Significa um trabalho que passa por várias fases e pode ser considerado um primeiro olhar crítico sobre o documento." (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.118). Essa primeira etapa também articula os verbos "descrever" e "mobilizar", pois a leitura implica uma reflexão articulada com conhecimentos prévios para que o aluno reconheça o conteúdo principal da fonte. Entre as perguntas indicadas como possíveis de serem formuladas nessa fase estão o que o documento informa, se essa informação é verdadeira e se outras fontes são necessárias para uma melhor

compreensão da leitura, ou seja, se enquadram nos verbos "descrever" e "mobilizar" indicados por Bittencourt.

As autoras procuram detalhar o procedimento metodológico a ser adotado, indicando que a primeira fase envolve uma distinção entre fontes primárias e secundárias. Também destacam diferentes procedimentos para a primeira etapa, como autobiografias (histórias individuais e história local), confecção de dossiê sobre história da família (implicando a busca e leitura de diferentes fontes - orais, iconográficas, escritas), realização de exposição dos materiais ao alcance dos alunos. Essas atividades tem como objetivo tornar claro para o aluno a distinção entre diferentes fontes. É nessa primeira etapa ainda que o professor deve esclarecer dúvidas sobre o documento, explicando palavras com significado desconhecido e frases estranhas ao contexto dos alunos. Também deve ser esclarecida nessa etapa a natureza da documentação a ser trabalhada, sua datação e autoria. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.120-121).

A segunda etapa da metodologia é centrada na explicação do documento. "Explicar o documento significa fazer o aluno confrontar seus conhecimentos ou os dados que obteve em uma pesquisa com os elementos constitutivos do documento." (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.122). Esse confronto é a mobilização de conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema (e o problema) proposto para a aula. Os saberes prévios devem ser mobilizados, inicialmente, para esclarecer o contexto do documento (situá-lo no tempo e no espaço) para posteriormente proceder com sua crítica:

Cada documento exige um instrumental crítico particular, mas a crítica de qualquer documento deve começar pela identificação dos temas e dos argumentos, com a ajuda de questões ou problemáticas como "O documento corresponde ao que se procura saber sobre os fatos estudados?", "O documento dá informações falsas ou deforma e oculta informações?", "O documento contradiz outros documentos ou está de acordo com eles?" e "O documento revela alguma intenção de seu autor?" (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.123).

Esses questionamentos só podem ser formulados pelos alunos com a mobilização de conhecimentos prévios, o que implica pensar em uma continuidade da primeira etapa do procedimento proposto pelas autoras. Questões envolvendo a autenticidade da fonte, ou mesmo de comparação com outras informações, só são obtidas mediante conhecimento já adquirido sobre o tema. A terceira etapa envolve uma produção a partir

da análise da fonte. "Trata-se de uma fase importante no trabalho com os documentos históricos em sala de aula e não pode ser considerada apenas simples explicação do documento." (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.124). As autoras dividem a última etapa em três momentos: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Na introdução são articulados os momentos anteriores em função ao problema (perguntas) direcionadas ao documento; no desenvolvimento é desenvolvida a crítica do documento, implicando um retorno ao documento para sustentar a argumentação do aluno; na conclusão o aluno deve explicar qual foi seu interesse no documento, qual sua importância e quais as respostas às questões formuladas. "A fase do comentário implica redigir um texto com explicação sobre o conteúdo do documento, relacionando-a com o objetivo de responder às questões mais gerais." (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.124).

Entre as contribuições do uso didático dos documentos estão, de acordo com as autoras: ilustrar conteúdos, induzir o aluno ao conhecimento histórico, fonte de informação, construção de problemática, resposta para hipóteses ou problemas. Ilustrar o tema trabalhado em sala de aula, com a finalidade de confirmar o conteúdo transmitido, como já indicado, é uma exploração pobre da fonte que exclui a troca de olhares, exclui a dupla transformação; induzir o aluno ao conhecimento histórico significa tratar o documento como ponto de partida, no entanto tal opção exclui, ou dificulta a mobilização de conhecimentos prévios; estudar documentos como fonte de informação é praticamente a mesma operação de ilustração, acrescentando apenas diferentes tipos de documentos (escritos, iconográficos, etc.); empregar os documentos como fonte para construção e/ou respostas de um problema estão entre as opções que possibilitam a experiência de transformar rastros em fontes, bem como se deixar transformar pelas fontes. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.125-127).

Torres, Rolim e Barros (2015, p.90) apresentam algumas diretrizes para articular ensino e pesquisa na sala de aula. Para os autores, é importante que o professor domine o conteúdo a ser trabalhado, tenha clareza nos objetivos e na organização das atividades, incluindo seleção dos materiais didáticos, bem conhecimento sobre a produção do conhecimento histórico. Tal proposta vai ao encontro das colocações de Guimarães (2012), que procura delinear um caminho para se abordar o ensino de história a partir de projetos de pesquisa. Convém indicar que trata-se de uma proposta de organização curricular, o que diferencia das abordagens metodológicas propostas por Bittencourt

(2009a) e Schmidt e Cainelli (2009), que procuraram construir propostas aptas de serem trabalhadas em diferentes currículos escolares. No entanto, merece ser abordado no presente trabalho, pois a elaboração de projetos de pesquisa em história envolve o uso de fontes em sala de aula.

De forma geral, Guimarães (2012, p.12) propõe que os projetos sejam organizados levando em consideração uma estrutura corrente nas pesquisas universitárias, com tema, objetivos, justificativa, metodologia, cronograma, recursos, avaliação e, por último, as fontes. Basicamente, os projetos teriam três momentos: identificação e formulação do problema, desenvolvimento das atividades e avaliação. "A realização de projetos requer pensar o saber histórico como algo que está sempre em construção, que tem a ver com o presente, não menosprezando as teorias e os conhecimentos históricos produzidos em outros espaços." (GUIMARÃES, 2012, p.213). As fontes, nessa perspectiva, articulam os tempos históricos, partindo do presente, envolvendo o cotidiano dos alunos e vinculando o saber produzido a uma prática social.

Finalizando, é importante destacar que entre as propostas apresentadas, o momento de ruptura, de transformação de um rastro em fonte não é explorado nas abordagens metodológicas apresentadas. Deixar claro essa ruptura é um passo importante da crítica aos documentos, crítica que não deve se limitar apenas ao contexto de uma pesquisa, deve também ser expandida para o ensino. Isso não significa mergulhar os alunos em conceitos historiográficos, mas esclarecer o que envolve a transformação do rastro em fonte, o que se perdeu e o que se ganhou com essa mudança. Se perdeu o mundo orgânico do rastro, que entrou para instituições de guarda e conservação de acervos e/ou para a escrita da história. Dessa forma o rastro se torna documento, que deve ser entendido como um monumento, com um valor de memória intencional, criado por um jogo de interesses que não pode ser descartado tanto do ensino como da pesquisa.

Ao esclarecer essa operação, a fonte se transforma em material didático, e seu uso no ensino de história não deve ser limitado ao uso como prova. Ao trabalhar com essa ruptura, se tornam claras diferentes existências de um mesmo objeto (diferentes temporalidades). Ao agir sobre ele, ao direcionar o olhar, articulando saberes, um mundo esquecido que englobava o documento começa a ser desvelado. Esse olhar do pesquisador transforma o documento, restitui o passado por intermédio da imaginação. Essa troca de olhares, como já exposto, é mútua.

Considerações finais

As proposições metodológicas apresentadas constituem orientações para o trabalho com fontes de pesquisa. É importante considerar que existem muitos artigos, livros e pesquisas sobre o uso de determinados tipos de fontes (textos, literatura, músicas, filmes, imagens, cultura material, entre outros). Empreender uma revisão literária sobre os inúmeros trabalhos sobre o tema seria uma tarefa que demandaria um tempo e um espaço (de escrita) muito maior do que o possível para um único artigo. Não obstante, as três propostas de abordagens discutidas acima constituem referência para professores e historiadores, além de orientar outras propostas metodológicas específicas para o uso de determinados tipos de fontes.

Esse momento de transformação do rastro em documento, em fonte de pesquisa para a história não foi abordado com profundidade nas três propostas metodológicas apresentadas. Esse momento é o de ruptura do percurso do rastro: "antes do arquivo consultado, constituído, há o arquivamento. Ora, este constitui uma ruptura em um trajeto de continuidade." (RICOEUR, 2007, p.176). Essa ruptura constitui uma operação de seleção, que desloca o rastro para a dimensão da fonte. Esse deslocamento remove o rastro de seu trajeto, de seu ambiente, o retira de seu mundo e o despoja em um "lugar de memória" (NORA, 1993), um arquivo, museu, biblioteca, etc. Explorar esse deslocamento, essa transformação do rastro em fonte no ensino de história é fundamental para uma compreensão da historicidade dos documento e, por consequência, do próprio fazer história.

Deixar claro, explicar essa ruptura faz parte da crítica às fontes, procedimento caro ao historiador, no entanto essa não é sua função essencial quando falamos em ensino, pois como já explanado o aluno não deve ser entendido como um "pequeno historiador". O que deve ser explorado nesse deslocamento é o mundo que falta em torno da fonte, o seu ambiente enquanto rastro. Ricoeur (2007) e Bachelard (2006) indicam que a imaginação está associada ao futuro, ao fantástico, no entanto esse trabalho de desvelamento do mundo do rastro é um trabalho da imaginação, e todo trabalho de imaginação é também uma transformação da realidade. "Se não há mudanças de imagens, união inesperada das imagens, não há imaginação, não há ação imaginante." (BACHELARD, 2001, p.1).

Vasculhar o mundo do rastro é o equivalente da ação imaginante, uma operação de associação de imagens que produz uma nova imagem, um novo imaginário, ou seja, uma transformação possibilitada pelo olhar direcionado ao documento, entendendo as diferentes temporalidades que repousam sobre ele. A exploração desse potencial da fonte pode ser aplicada em qualquer uma das metodologias de trabalho com fontes no ensino mencionadas acima. Seja a fonte utilizada como introdução de um problema, como recurso ou como o próprio problema a ser trabalhado. Sua transformação em material didático ganha uma nova dimensão transformadora ao se estabelecer esse procedimento crítico que é explorar o ambiente do rastro. Exploração que, motivado por um problema de trabalho bem claro e definido, envolve também um trabalho de imaginação.

Essa ação imaginante, ou trabalho de imaginação é também um esforço de associação, pois o aluno vai necessitar de uma linguagem referencial (outros textos de referência, que devem ser trabalhados pelo professor), além de um domínio conceitual referente ao conteúdo trabalhado. Essa ação, que, como já afirmado, faz parte da crítica das fontes empreendida pelos historiadores, não consiste apenas em esclarecer perguntas de rotina (quem produziu, para que produziu, onde foi utilizado), mas também em abordar o contexto dessa produção, sua circularidade enquanto rastro, identificar em que momento e qual a justificativa de sua transformação em fonte, responsável pela sua preservação e pela sua existência no presente. Explorar essa trajetória implica pensar e observar o documento como um monumento, entendendo que ele é fruto de uma seleção orientada por valores teóricos, políticos, sociais e até econômicos.

Ao relacionar o documento com o mundo em que esse existiu enquanto rastro, o aluno coloca em prática os objetivos mencionados por Bittencourt (2009a), como "identificar", "mobilizar" e "explicar". Identificar representa reconhecer as camadas de temporalidade (o tempo do rastro, o tempo do documento e o tempo do documento enquanto material são distintos), os usos e funções em sua trajetória; mobilizar significa articular conhecimentos, relacionar leituras/informações de referência que possam contribuir para elucidar o mundo que falta em torno documento, essa é a ação imaginante que forma uma nova imagem, que transforma o mundo e transforma o aluno; ao praticar as duas primeiras operações o aluno consegue explicar (talvez "explicitar" seja uma palavra melhor) esse documento, o que ele informa e a operação de seleção inerente ao seu estatuto. Levando em consideração essa ruptura, explorando essa transformação do

rastro em documento, a fonte se torna um material didático com vasto potencial, podendo ser empregada por diferentes metodologias e abordagens.

Referências

BACHELARD, Gaston. *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *A expansão da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2009b.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

CAIMI, Flávia Eloisa. Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

CATTELI JUNIOR, Roberto. *Temas e linguagens da história: ferramentas para sala de aula no ensino médio*. São Paulo: Scipione, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13.ed. Campinas: Papirus, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. A historicidade do ensino de história: a pesquisa e o fazer do professor. In: *Cadernos de História*, Uberlândia, v.15, n.1, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história A problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, 1993.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, nº10, 1992.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo 3). Campinas: Papyrus, 1997.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Marcos. (org.). *História: que ensino é esse?*. Campinas: Papyrus, 2013.

TORRES, Maria Nahir Batista Ferreira; ROLIM, Tácito; BARROS, Vilarin Barbos. Pesquisa e ensino de história. In: MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. (org.). *Ensino & linguagens da história*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. *Cultura e ensino de história: elogio à criação*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2010.

É NA AUSÊNCIA QUE O NOVO SE REVELA: FONTES E ACERVOS HISTÓRICOS SOBRE O MOVIMENTO HARE KRISHNA NO BRASIL

IT IS IN THE ABSENCE THAT THE NEW IS REVEALED: HISTORICAL SOURCES AND ACHIEVEMENTS ON THE HARE KRISHNA MOVEMENT IN BRAZIL

Leon Adan Gutierrez de Carvalho¹

Resumo

A Sociedade Internacional para Consciência de Krishna (ISKCON), popularmente conhecida como movimento Hare Krishna, foi fundada em 1966 em Nova Iorque pelo *guru* (mestre) indiano Bhaktivedhanta Swami Prabhupada, um representante do Vaishnavismo Gaudiya (uma das tradições do Hinduísmo). Porém, os primeiros membros deste movimento no Brasil só se fariam presentes em 1973, tendo fundado sua instituição em 1975. No Brasil, o movimento Hare Krishna foi pouco estudado, sobretudo na área de História. A possível ausência de fontes sobre o tema pode ser um dos fatores que levaram a esse silêncio na historiografia brasileira. No presente artigo, buscaremos auxiliar os pesquisadores sobre a história do movimento Hare Krishna no Brasil e realizar uma análise daquilo que avançamos em termos de descobertas de fontes e pesquisa em acervos documentais específicos sobre este novo movimento religioso.

Palavras-chave: Movimento Hare Krishna. Fontes históricas. Acervos documentais.

Abstract

The International Society for Krishna Consciousness (ISKCON), popularly known as the Hare Krishna movement, was founded in 1966 in New York by the Indian guru Bhaktivedhanta Swami Prabhupada, a representative of Vaishnavism Gaudiya (one of the traditions of Hinduism). However, the first members of this movement in Brazil were only present in 1973, having founded its institution in 1975. In Brazil, the Hare Krishna movement was little studied, especially in the area of history. The possible absence of historical sources on the subject may be one of the factors that led to this silence of the Brazilian historiography on the subject. In this article we will seek to assist researchers on the Brazilian history of the Hare Krishna movement and to conduct an analysis of what we have advanced in terms of historical source discovery and research in specific documentary collections on this new religious movement.

Keywords: Hare Krishna Movement. Historical sources. Documentary collections.

Introdução: Breve histórico do movimento Hare Krishna

As religiões constituíram um fenômeno presente em quase todas as esferas da cultura humana ao longo da História. E, por isso mesmo, elas podem fornecer uma ampla

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: leon.agcarvalho@gmail.com

gama de informações para o entendimento das sociedades. Para isso, os estudiosos podem se valer de uma ampla variedade de fontes, vestígios deixados pelos humanos no passado que podemos investigar, fazendo-lhes as questões apropriadas.

A Igreja Católica Apostólica Romana tem sido para o mundo ocidental o modelo ou tipo ideal de desenvolvimento religioso em moldes institucionalizados e burocratizados ao longo dos seus milênios. É a partir desta que muitos estudiosos traçaram comparativos acerca das demais religiões. Como uma instituição milenar, gerou por certo, milhões de documentos ao longo dos anos e que tem sido lidos e analisados – quando têm livre acesso e estão disponibilizados para a pesquisa, já que muitos ainda não o são.

Todavia, o fenômeno religioso passou a ser mais diversificado e complexo no Ocidente desde o século XVI com as reformas religiosas. No século XX, além de outras possibilidades cristãs, a sociedade ocidental se viu também em contato com doutrinas baseadas em religiões e religiosidades orientais que passaram, sobretudo, na segunda metade do século, a exercer uma considerável influência na cultura religiosa². Uma das facetas dessa espiritualidade oriental foi difundida através do movimento Hare Krishna.

“Movimento Hare Krishna” é o nome pelo qual ficou conhecida a *International Society for Krishna Consciousness* (ISKCON) ou Sociedade Internacional para Consciência de Krishna. Esta instituição religiosa foi fundada em 1966, em Nova Iorque, pelo guru (mestre) indiano Bhaktivedanta Swami Prabhupada, um representante da tradição hindu do Vaishnavismo Gaudiya. Essa tradição teve seu início no século XVI, na região indiana da Bengala, com o santo Chaitanya que popularizou seu movimento através de uma prática principal: O cantar individual e público dos nomes da divindade Krishna. Chaitanya seria um dos reformadores do Vaishnavismo, uma tradição teísta do Hinduísmo que tem Vishnu ou Krishna como Deus supremo e adorável (COLAS, 2003).

Prabhupada foi um dos modernizadores do Vaishnavismo Gaudiya que, além de enfatizar a pré-dica de sua doutrina na língua inglesa e de realizar a publicação de periódicos sobre o tema, foi o primeiro a obter sucesso em fundar uma instituição fora da Índia que visava difundir a sua tradição. O movimento Hare Krishna estaria, assim, dentro de um processo de “universalização” do movimento de Chaitanya (SILVEIRA, 2014).

² Alguns autores chegaram a afirmar, através de dados quantitativos e qualitativos, que a teodiceia cristã ocidental acabou se transformando a partir da “teodiceia oriental”, tornando a cultura religiosa ocidental desenvolvida ao longo dos últimos séculos “orientalizada”. Esse fenômeno foi classificado por Campbell (1997) como “orientalismo”.

Quando Prabhupada chegou aos Estados Unidos, o país vivia uma forte transformação cultural, principalmente, entre a juventude. Este fenômeno ficou conhecido como a contracultura³. Muitos dos primeiros seguidores de Prabhupada nos Estados Unidos faziam parte, anteriormente, do movimento da contracultura.

A ISKCON foi fundada em 1966 e o modelo instituído por Prabhupada que deveria ser seguido por todos os seus membros era claro e bastante exigente, constituindo-se em uma ortodoxia. Os seus seguidores deveriam cantar o mantra Hare Krishna várias vezes por dia⁴, deveriam abster-se de jogos de azar, de qualquer tipo de substâncias intoxicantes, de sexo fora do casamento e adotar a dieta lacto-vegetariana. Além disso, eles deveriam engajar-se em algum tipo de atividade “devocional” para contribuir para o progresso da missão. As principais práticas missionárias seriam desenvolvidas nas ruas: o canto coletivo e em público do mantra Hare Krishna e a distribuição de livros traduzidos ou escritos por Prabhupada em troca de doações em dinheiro. Essa última, se constituiria como a principal fonte de renda da instituição. Para conseguir manter seus objetivos, a ISKCON fundava templos com seus membros morando, majoritariamente, como monges internos. O movimento seria assim, em seu período inicial, essencialmente monástico e missionário (ROCHFORD JUNIOR, 2007, p. 9-12).

Rapidamente, o movimento se difundiu pelos Estados Unidos, Canadá, Europa e países da América Latina. Em 1973, alguns dos discípulos americanos de Prabhupada vieram ao Brasil, passando por São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Região Metropolitana de Recife, formando os primeiros grupos de devotos no Brasil. Apesar desses pioneiros terem conseguido realizar um trabalho inicial, em 1974, eles saíram do Brasil deixando os primeiros Hare Krishna brasileiros sem uma liderança⁵. Essa situação seria revertida em

³ O termo “contracultura” foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 1960, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do Ocidente. São exemplos de integrantes da contracultura, o movimento hippie, a música rock, viagens de mochila, drogas, orientalismo e assim por diante. E tudo isso levado à frente com um forte espírito de contestação, de insatisfação, de experiência, de busca de uma outra realidade, de um outro modo de vida (PEREIRA, 1988, p. 8-14).

⁴ O mantra Hare Krishna é composto dos versos: *Hare Krishna, Hare Krishna, Krishna Krishna, Hare Hare, Hare Rama, Hare Rama, Rama Rama, Hare Hare*. O mantra deve ser entoado por um membro da ISKCON, formalmente iniciado, em um rosário com 108 contas, 16 vezes por dia, totalizando 1.728 repetições em forma de meditação.

⁵ A saída dos primeiros Hare Krishna a pregarem no Brasil se deu por divergências com a administração central da ISKCON que não admitia a maneira “independente” e espontânea dos métodos utilizados por esse

1975, quando a instituição enviou para o país os membros que constituiriam o primeiro templo oficial da ISKCON no Brasil, em São Paulo. No ano seguinte, seria aberto o templo do Rio de Janeiro e, em 1977/1978, o de Recife. O fundador do templo do Recife foi Antônio Sérgio Lisboa Ribeiro (Jagad Vichitra Das), o mesmo que, em 1987, abriria em Caruaru, a comunidade sede do movimento no Norte e Nordeste, a Fazenda Nova Vraja Dhama.

O primeiro templo da ISKCON em Recife era simples e localizado no bairro da Madalena. Em 1979, o endereço foi mudado para o aristocrático bairro de Casa Forte, em um sobrado da Avenida 17 de Agosto. Nesse tempo, já havia vinte monges internos, evidenciando certo desenvolvimento do movimento na cidade. Todavia, como a ISKCON não contava com um imóvel próprio para a instalação de seu templo, podemos pensar que havia uma instabilidade financeira durante todo o período estudado que causava uma constante mudança de endereços.

A década de 1980 foi o período em que o Hare Krishna mais se desenvolveu no Brasil. Templos foram abertos nas principais capitais do país despertando a atenção das pessoas. Foi no período entre os anos de 1978 e fins dos anos 1980 que a imprensa parece ter desenvolvido a maior série de notícias sobre o movimento. Boa parte dessas continham informações que pareciam transmitir alertas, suspeições e denúncias sobre as suas atividades, num conjunto mais amplo de discussões que englobava o assim chamado “problema das seitas”⁶.

O movimento parece ter tido seu auge no país entre o final da década de 1970 e a primeira metade dos anos 1990 e, aparentemente, “desapareceu” das ruas a partir dos anos 2000. Provavelmente, deve-se ao fato de que em meados dos anos 1990, a ISKCON passou por uma grave crise de paradigmas que lhe impulsionou a algumas mudanças drásticas: Saída de uma perspectiva “essencialmente monástica” para uma configuração familiar congregacional; busca de outras formas de manutenção econômica para além das

grupo. Eles acabaram saindo do país e no ano seguinte, a instituição enviaria representantes oficiais para formalizar a instituição no Brasil. Os temas aqui abordados sobre a história do desenvolvimento do movimento Hare Krishna no Brasil se baseiam em um trabalho anterior (CARVALHO, 2017a).

⁶ Nas décadas de 1970 e 1980, um intenso debate ocorreu sobre os novos (ou, não tão novos) movimentos religiosos em países da América e Europa, no qual intelectuais, políticos, membros da sociedade civil e religiosa declararam sua preocupação com a atuação desses novos grupos que foram classificados como “seitas”. Segundo Cristian Parker, o conceito de “seita” era, inicialmente, usado para designar as heresias cristãs no medievo e, mais tarde, passou a ser um conceito sociológico na tipologia “igreja-seita” na obra de sociólogos como Troeltsch. Porém, ao ser tomado a partir de sua eclesialidade de tradição cristã, o conceito de “seita” se degenerou em um conceito ideológico, sendo assim, incongruente considerar como “seita” expressões de religiões orientais como o movimento Hare Krishna (PARKER, 1997, p. 77-94).

“doações” vindas da distribuição de livros; e uma descentralização administrativa. Assim, não poderíamos falar em um “desaparecimento” do movimento Hare Krishna, mas, sim, em uma reformulação deste nos últimos anos.

O movimento Hare Krishna nunca alcançou uma quantidade expressiva de membros. Talvez, devido às exigentes regulações adotadas pelos seus monges, pela “exoticidade” de suas práticas e estética, ou, devido às *representações*⁷ que circulavam a seu respeito, muitas delas, pejorativas ou depreciativas.

Segundo o antropólogo Silas Guerriero, a ISKCON comporia atualmente o cenário religioso brasileiro mais amplo, disputando espaço com outras vertentes. Esta transformação teria feito com que a ISKCON se adaptasse ao modo de ser ocidental e, também, contribuísse com seus traços culturais para a composição do quadro cultural religioso da sociedade brasileira (Cf. GUERRIERO, 2009).

Apesar de termos realizado uma contextualização sobre esse novo movimento religioso, nosso objetivo aqui é traçar um panorama das fontes e acervos históricos com que nos deparamos para a realização de pesquisas sobre o Hare Krishna, indicando possibilidades para os pesquisadores interessados em estudar o tema. É o que veremos a seguir.

Pesquisa e fontes históricas sobre o movimento Hare Krishna: Desafios e possibilidades

Pesquisar a religião, as religiosidades ou práticas religiosas pode se constituir, no universo acadêmico ou intelectual secular, em um tipo de exotismo “semelhante àquele que conduz o etnólogo aos ‘selvagens” (CERTEAU, 2008, p. 44). Esse é um desafio de cunho teórico, metodológico e, muitas vezes, institucional, com que o pesquisador irá se deparar em sua trajetória.

O pesquisador poderá encontrar dificuldades em encontrar determinados tipos de documentação em arquivos públicos ou abertos à pesquisa e, também, pode se deparar

⁷ O conceito de representações é de grande valia para uma análise sobre o movimento Hare Krishna. O conceito permite, segundo Chartier (2002, p. 17), “[...] compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”, revelando, assim, os conflitos e tramas dos atores sociais em busca de poder e dominação. Depreciar as ações de outros grupos através de representações pejorativas é entendido, portanto, como uma estratégia para a prevalência de um grupo em detrimento de outro.

com imposições, restrições ou proibições no acesso a documentos, sobretudo, quando os acervos forem particulares e pertencerem às próprias instituições religiosas. Este é um ponto crucial ao iniciarmos um projeto de pesquisa que tem por objeto tais instituições. Obter autorização formal de pesquisa nesse tipo de acervo pode ser algo difícil, mas, é crucial para o sucesso do intento.

Por outro lado, algumas metodologias de pesquisa podem tornar limitada a própria análise do pesquisador sobre os sujeitos religiosos. Análises que promovem uma imagem demasiadamente mecânica do funcionamento do poder no âmbito das religiões e religiosidades podem fazer “desaparecer totalmente as capacidades inventivas dos indivíduos, impedindo a percepção da distância existente entre uma proposição ou imposição institucional e a recepção desses conteúdos”, apagando os espaços onde se constrói uma “margem possível de autonomia do sujeito” (BENATTE, 2014, p. 67). Uma pesquisa sobre religiões deve sempre levar em consideração a contextualização histórica e cultural de suas práticas e crenças. Assim, estudar uma religião e seus indivíduos requerer uma série de reflexões por parte do pesquisador em termos de recortes teóricos, metodológicos e de seleção das fontes que serão utilizadas. Na maior parte das vezes, serão as fontes disponíveis que irão determinar que tipo de pesquisa será desenvolvida.

Podemos dizer que, estudar o movimento Hare Krishna no Brasil é, de fato, um grande desafio. Falta de produção bibliográfica, de acervos organizados específicos sobre o tema e, mesmo, de produção ou armazenamento de documentos por parte da ISKCON, dificultam um trabalho que se pretende consistente e amplo. Devido à precariedade ou desorganização burocrática da instituição em muitos momentos de sua história, principalmente, nos períodos de transição ou mudança de cargos administrativos, muitos documentos foram, simplesmente, descartados, não havendo ainda uma cultura de preservação documental estabelecida pela instituição. Certamente não podemos quantificar essas afirmações por falta de levantamento de dados, todavia, esse é o quadro geral da questão da preservação de documentos da ISKCON no Brasil.

Pesquisando sobre o movimento desde 2013, quando do desenvolvimento de uma monografia sobre o movimento Hare Krishna na cidade de Caruaru-PE, pudemos perceber a dificuldade de se obter acesso a fontes históricas, não por ser impossibilitado pela instituição, mas, por não haver, nem mesmo, uma compilação de documentos organizados de maneira sistemática. Foi a falta de informações que nos instigou a querer investigar e

realizar uma pesquisa sobre esse tema, ainda, pouco explorado. Foi a “ausência” que impulsionou a “revelação de um novo”.

Devido a esse cenário, partimos para uma busca sistemática de qualquer tipo de fonte que pudéssemos achar sobre essa temática e acabamos por encontrar diversas possibilidades. Apresentaremos, a seguir, algumas dessas fontes e algumas sugestões possíveis de pesquisa.

Acervos Documentais da ISKCON

Documentos institucionais constituem fontes importantes para a pesquisa histórica. No processo do fazer historiográfico, devemos “olhar os documentos e decodificá-los a partir de seus usos e finalidades” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 61). Dessa forma, acervos documentais são lugares-comuns para os historiadores. São templos instaurados em honra às deusas da Memória (*Mnemosine*) e da História (*Clio*). São espaços de práticas específicas, como a “operação historiográfica” (CERTEAU, 2008).

Todavia, a ISKCON ainda não possui um arquivo histórico estruturado central ou local no Brasil. Os documentos de que pudemos ter ciência se encontram como acervos ou “ajuntamentos” de documentos nas sedes da instituição no Brasil. Pudemos constatar que, em duas localidades, existe um conjunto de documentos reunidos que, apesar de não possuírem ainda uma catalogação sistemática, podem fornecer ao pesquisador um panorama geral de determinados aspectos relativos à instituição, sobre seus membros e suas atividades: Um, está localizado em Caruaru-PE, na Ecovila Vraja Dhama, sede da ISKCON Norte/Nordeste; e, outro, na cidade de Pindamonhangaba-SP, na sede brasileira da Bhaktivedanta Book Trust (BBT) do Brasil, a editora da instituição.

O acervo da ISKCON Norte/Nordeste, localizado na Ecovila Vraja Dhama (antes, conhecida como Fazenda Nova Vraja Dhama), não é muito amplo, possuindo apenas cerca de meia dúzia de caixas contendo documentos produzidos ou coletados pela administração de Vraja Dhama⁸. Pudemos observar detalhadamente essa documentação, já que tivemos a oportunidade de participar voluntariamente da higienização e organização cronológica desses documentos. Apesar de minimamente organizado, esse acervo se localiza na zona rural, às margens de uma área de preservação ambiental que

⁸ A Ecovila Vraja Dhama fica localizada na Serra dos Cavalos, Distrito do Murici, zona rural da cidade de Caruaru-PE, próximo ao Parque Municipal João Vasconcelos Sobrinho.

possui um considerável índice de umidade que não favorece a preservação dos documentos⁹.

Em seu conjunto, o acervo disponibiliza uma série incompleta de revistas internacionais (em inglês), como a *Back to Godhead* (revista oficial da ISKCON). Ao mesmo tempo, existe uma série (também incompleta) de revistas nacionais, entre elas, a correspondente em português da revista oficial da instituição, a *De Volta ao Supremo* (mais tarde, editada apenas como *Volta ao Supremo*) e jornais publicados pelas ISKCONs locais, como o jornal *Mantra*, produzido pela ISKCON Norte/Nordeste. Além de periódicos, o acervo conta com um conjunto de documentos como atas, estatutos, projetos, cartas e outros que podem auxiliar cronologicamente uma pesquisa sobre o movimento, não apenas em Pernambuco, mas, também, em outros Estados do Nordeste e do país.

A documentação existente na sede da BBT é bem mais ampla em termos quantitativos e, também, mais abrangente, por apresentar documentos administrativos do início da ISKCON no Brasil (1975-1985). Também, conta com documentos de várias ISKCONs locais (com destaque para os da Fazenda Nova Gokula em Pindamonhangaba, a maior comunidade Hare Krishna da América Latina), bem como da Fundação Bhaktivedanta (instituição protetora do patrimônio da ISKCON no país) e da própria BBT. No acervo, existem séries completas de revistas nacionais e internacionais encadernadas, atas de reuniões das várias instituições envolvidas com a ISKCON, recortes de jornais contendo notícias da grande mídia sobre o movimento, cartas, fichas de membros e outros documentos, em geral, ainda inexplorados. Existe a série completa de um periódico interno conhecido como *Carta de Sankirtana*, que consiste em um histórico bastante detalhado sobre o balanço da distribuição de livros no Brasil¹⁰.

O acervo documental da BBT encontra-se, ainda, em fase de organização. Tivemos a oportunidade de participar da primeira etapa desse processo onde foi feita uma triagem e seleção de documentos que levou em consideração as instituições ou órgãos que os produziram, os temas tratados e o seu tipo¹¹. O estado físico de alguns documentos se

⁹ Pudemos obter informalmente da administração da Ecovila a informação de que, neste ano, o acervo documental da ISKCON Norte/Nordeste foi transferido, temporariamente, para o Instituto Jaladuta, um tipo de seminário da ISKCON localizado na cidade de Campina Grande-PB. O motivo teria sido justamente a deterioração que a documentação tem sofrido na Ecovila ao longo dos anos.

¹⁰ A *Bhaktivedanta Book Trust Brasil* fica localizada na Rua Estados Unidos, 340, Bela Vista - Pindamonhangaba -SP.

¹¹ Esse trabalho se deu entre os dias 16 e 23 de julho de 2018.

encontrava em acelerada deterioração, visto que estes estavam sendo guardados em um galpão, expostos à poeira e outros agentes degenerativos. Ao menos uma parte dessa documentação foi organizada, agrupada em caixas adequadas e realocada para as prateleiras de uma sala específica para documentos e livros que se constituirá em arquivo documental quando da finalização do trabalho.

Entendemos que existem várias possibilidades de pesquisa a partir desses documentos. Algumas das revistas disponíveis nesse acervo eram distribuídas nas ruas em troca de doações. Revistas como a *De Volta ao Supremo* continham um conteúdo para o público externo. A análise desses periódicos possibilitaria uma panorâmica da visão de mundo ou das representações que o movimento fazia sobre sua missão, seus valores, membros, instituição ou de como gostariam que fossem vistos. Já revistas como a *Sat Sanga* - que visavam o público interno, ou seja, os próprios membros da instituição e seus simpatizantes - nos possibilitam analisar os conflitos internos, dificuldades e paradigmas enfrentados pela ISKCON no Brasil. Já os documentos administrativos podem nos dar uma perspectiva aproximada dos eventos, dos conflitos e das mudanças pelas quais a instituição passou.

A *Carta de Sankirtana* proporciona uma visão geral sobre a distribuição de livros dos templos locais, regionais ou da conjuntura nacional. A distribuição de livros e a exigência de doações em troca destes se constituiu em uma das práticas mais características dos membros da ISKCON. Uma análise dessa documentação pode ser muito rica em termos de desenvolvimento institucional, conflitos internos dos membros do movimento, destes com membros da sociedade secular ou outros grupos religiosos ou, ainda, das representações e da visão de mundo dos seus membros.

Além desses dois acervos, onde temos ciência da existência de documentação acessível, provavelmente, em cada centro ou templo da ISKCON espalhado pelo país pode haver algum conjunto de documentação histórica, muito embora, como já dissemos, não exista qualquer política de proteção ou, mesmo, uma cultura de armazenamento desses documentos institucionalmente estabelecida.

Os jornais e o movimento Hare Krishna

Os jornais são uma fonte histórica importante para o estudo de história contemporânea e para a análise sobre as representações de determinados atores sociais. O pesquisador que utiliza periódicos como fontes não deve perder de vista que eles nunca devem ser tomados como efeito de verdade, mas sim como representações dos grupos sociais sobre si mesmos e sobre a realidade que os cercam (SILVA; FRANCO, 2010, p. 10). No trato com essas fontes, devemos perceber os diferentes discursos, as tentativas de consolidação de representações, os lugares de onde partem os discursos, suas possíveis intenções, projetos e, mesmo, os silêncios perpetuados pelos grupos midiáticos, pelos editores, jornalistas, etc.

Entre as décadas de 1970 e início dos anos 1990, os jornais que evidenciavam o debate nacional e internacional acerca das, assim chamadas, “seitas”, selecionavam pontos de vista e criavam representações sobre o movimento Hare Krishna. Nem todos os jornais se dispuseram a tratar do tema. De maneira geral, apenas os que estavam sediados em cidades onde havia templos ou missionários atuando. Certamente, a atuação pública dos monges chamava a atenção da imprensa, seja pela diferença, pela curiosidade do novo, pelo estranhamento ou pelo encanto (CARVALHO, 2017b).

Em Pernambuco, reportagens do *Diário de Pernambuco* sobre o movimento foram publicadas desde 1974. As notícias não eram constantes e alguns anos contam com apenas uma reportagem ou nota sobre o Hare Krishna. Porém, em articulação com outros tipos de fontes, como documentos institucionais, relatos orais, etc., podemos constituir uma gama de possíveis abordagens e *insights*.

É necessário, também, realizar uma observação dos temas correlatos. As reportagens sobre o movimento Hare Krishna se inserem, como já dissemos, no debate acerca das “seitas”. Podemos perceber que muitas generalizações englobam vários desses novos movimentos religiosos em um mesmo discurso “seiticizante” e, assim, diversas outras reportagens nos permitem ter uma visão mais global desse processo em curso que afetaram direta ou indiretamente um movimento como o Hare Krishna. O *Jornal do Comércio* também teve sua contribuição para o tema, porém, em menor grau, devido ao menor número de páginas e edições anuais em relação ao *Diário de Pernambuco*. Esses jornais podem ser consultados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), no Recife, ou na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no setor de microfilmagem.

Outro jornal que julgamos importante para o estudo do assunto em Pernambuco é o *Jornal Vanguarda*, de Caruaru, pois foi nessa cidade que, em 1987, foi instalada a comunidade que sediaria a ISKCON Norte/Nordeste. O jornal disponibiliza consulta em seu acervo na cidade de Caruaru, na sede do jornal¹².

Sobre outros estados e, mesmo, em uma análise acerca de uma conjuntura nacional dos debates jornalísticos sobre o movimento Hare Krishna, acervos digitais podem ser consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹³ ou em sites de jornais que disponibilizam seus acervos digitalizados individualmente¹⁴. Mesmo revistas de grande tiragem e renome, como a *Veja*, disponibilizam acervo digitalizado que contém reportagens sobre o movimento¹⁵.

Os jornais e revistas podem abrir um leque de informações já que, neles, circula uma diversidade de atores sociais, com suas opiniões, bandeiras e representações acerca de si e dos outros. Esse tipo de fonte constitui um terreno fértil para uma análise das *lutas de representações* de que fala Roger Chartier¹⁶, evidenciando as representações que visam legitimar ou deslegitimar, perante a opinião pública, determinados indivíduos ou grupos sociais.

Outra abordagem possível de ser observada nos jornais é a percepção de que os membros do movimento, por não terem um lugar de poder, desempenharam uma série de “táticas” para lidar com as “estratégias” dos atores sociais que lançavam mão de representações pejorativas sobre seus membros ou instituição¹⁷. Por esses motivos, os

¹² A sede do jornal fica localizada na rua Francisco Joaquim, 181 - Maurício de Nassau, Caruaru-PE.

¹³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

¹⁴ Aqui poderíamos destacar o acervo de O Globo e Folha de São Paulo. Disponíveis em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>; e <http://acervo.folha.uol.com.br/>.

¹⁵ VEJA. Acervo digital. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>.

¹⁶ “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As *lutas de representações* têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17, grifo nosso).

¹⁷ Segundo Certeau (2012, 94-96) “as estratégias são [...] ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. [...] As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação

jornais são fontes históricas indispensáveis no estudo das práticas, dos conflitos simbólicos e representações coletivas sobre o movimento Hare Krishna.

Outras fontes históricas

Como pudemos observar, apesar de uma aparente limitação em termos de documentos institucionais, existe muita documentação ainda inexplorada. A análise desses documentos poderia, certamente, constituir pesquisas solidamente embasadas para um panorama geral da história do movimento Hare Krishna ou de uma temática mais ampla como a dos novos movimentos religiosos no Brasil. Apesar de entendermos a importância desses documentos, “nunca é demais afirmar, porém, que uma pesquisa histórica não se restringe ao trabalho com o documento escrito” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 115). Existem algumas fontes que podem ser analisadas para realizar um cruzamento com os documentos da instituição, para dar amplitude às pesquisas e preencher as lacunas que se fazem quando da análise de documentos escritos.

Os relatos orais dos membros pioneiros do movimento podem constituir uma rica fonte de análise. Não em termos de “história real”, ou, como se o resultado das entrevistas já fosse o resultado final da pesquisa, estampado num “retrato do passado” (ALBERTI, 2005, p. 170). Os relatos orais, com suas ressignificações, seleções, lembranças e esquecimentos são fontes de pesquisa relevantes para uma análise desse passado que não é remoto. Em locais como Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro estão vivos membros pioneiros do movimento Hare Krishna. Embora os membros da ISKCON demonstrem preocupação para com o registro das memórias de seus membros mais antigos, ainda não existe uma iniciativa institucional para realizar um projeto sistemático de coleta e armazenamento de suas memórias.

Outra possibilidade para fontes de pesquisa é a utilização dos livros do movimento Hare Krishna publicados pela BBT. O fundador da ISKCON, Prabhupada, traduziu e publicou dezenas de volumes de livros contendo comentários seus sobre obras clássicas do Vaishnavismo Gaudiya, colocando neles muito de sua visão acerca de sua própria tradição. Esses comentários são lidos por boa parte de seus seguidores como verdadeiras Escrituras ou como instruções pessoais de seu guru. Além desses, muitas biografias ou

favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc.”.

memórias escritas sobre Prabhupada, feitas por seus discípulos mais íntimos foram publicadas, tornando possível uma análise de como seus discípulos o viam ou de como os representaram¹⁸. Esse é o caso do trabalho de Ketola (2002) sobre as noções de representação e carisma na relação dos discípulos de Prabhupada e seu guru.

A análise desse tipo de fonte pode fornecer também informações relevantes acerca das ideias e das representações do Hare Krishna sobre si e sobre os outros, permitindo realizar comparações entre essas imagens e o desenvolvimento histórico da ISKCON. Uma série de cartas de Prabhupada endereçadas a seus discípulos e outras pessoas está disponível, também, para consulta online¹⁹, abrindo espaço para uma análise global do movimento, envolvendo aspectos internos e externos.

Outro acervo acerca do movimento, a nível internacional, pode ser observado no site do *Governing Body Commission* (GBC)²⁰, órgão administrativo e religioso máximo da ISKCON. O GBC foi criado no início da década de 1970 e, desde 1975, produz anualmente resoluções que deveriam ser executadas por todos os centros da ISKCON no mundo. Assim, pode-se ter uma noção das normatizações que o órgão tentava impor às práticas dos Hare Krishna e até dos conflitos que tais regulações causavam. Pode-se analisar também a perspectiva de como esse órgão que elaborava o planejamento do movimento via o futuro de sua instituição e de como suas determinações foram ressignificadas e apropriadas pelos seus membros comuns.

Considerações finais

Como pudemos notar, apesar do movimento Hare Krishna não ser um movimento religioso expressivo em nosso país, de não dispor de documentos disponíveis em arquivos públicos ou centros de pesquisa bem estruturados, existem alternativas que podem servir ao pesquisador interessado no tema.

Pode ser que as fontes históricas sobre o movimento Hare Krishna estejam dispersas, porém, apesar das inerentes dificuldades, nada impede que o historiador utilize as ferramentas e metodologias adequadas para fazer possível a sua pesquisa. Como disse Le Goff, "devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir

¹⁸ Alguns desses livros podem ser encontrados no site de vendas da BBT Brasil, o Sankirtana Shop. Disponível em: <https://www.sankirtana.com.br/br/produtos/1/livros-e-revistas/30/>.

¹⁹ Prabhupada Books. Disponível em: <http://prabhupadabooks.com/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

²⁰ GBC Resolutions. Disponível em: <http://gbc.iskcon.org/gbc-resolutions/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

dos documentos e das ausências de documentos" (LE GOFF, 1990, p. 109). O desenvolvimento de pesquisas sobre esse tema, um tanto inédito para a historiografia brasileira, certamente, revelará temas relevantes para as ciências humanas.

Apesar de estarmos, desde 2013, desenvolvendo pesquisa sobre as práticas e representações acerca do movimento Hare Krishna, inevitavelmente muitas lacunas ainda permanecerão dispostas, dando margem para elaboração de pesquisas que tomem como referência análises sobre gênero, infância, escolas do movimento, relações de poder dentro da instituição, história da distribuição de livros, etc. Os documentos aqui descritos (e outros ainda por serem explorados) podem propiciar estudos nessas e outras áreas correlatas.

Muita pesquisa ainda precisa ser desenvolvida sobre o movimento Hare Krishna no Brasil. Esperamos que esta sucinta explanação possa instigar o desejo de realização de trabalhos sobre esse objeto que poderá ser útil para o estudo das relações entre movimentos religiosos e a sociedade, entre mídia e religião, das representações de si e do outro e da história das cidades e de seu cotidiano.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BENATTE, Antonio Paulo. A história cultural das religiões: contribuição a um debate historiográfico. In: ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura da (org.). *Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a história da igreja e a história da religião*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014, p. 59-79.

CAMPBELL, C. *A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodiceia para um novo milênio*. *Religião e Sociedade*, v. 18, n. 1, 1997.

CARVALHO, Leon A. G. de. *"A suave invasão": práticas e representações do movimento Hare Krishna em Pernambuco (1973-1996)*. Dissertação (Mestrado em História) - Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2017a.

_____. Representações, memórias e subjetividades: um estudo sobre a história do movimento Hare Krishna em Caruaru (1986-1996). *Semina*, v. 16, n. 1, p. 155-169, jul. 2017b. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/download/7554/4478>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 19ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés: DIFEL, 2002.

COLAS, Gerald. History of vaishnava traditions: na esquete. In: FLOOD, Gavin (ed.). *The blackwell companion to Hinduism*. UK: Blackwell Publishing, 2003, p. 229-270.

GUERRIERO, S. Caminhos e descaminhos da contracultura no Brasil: o caso do Movimento Hare Krishna. *Nures*, v. 12, ago. 2009. Disponível em: http://www.pucsp.br/revistanures/Revista12/nures12_silas.pdf. Acesso em: 20 out. 2016.

KETOLA, K. *An Indian Guru and His Western Disciples: representation and communication of charisma in the Hare Krishna movement*. Helsinki: Academic dissertation, Faculty of Arts at the University of Helsinki, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

PARKER, C. Seita: um conceito problemático para o estudo dos novos movimentos religiosos na América Latina. In: CIPRIANI, R; ELETA, P; NESTI, A. (org.). *Identidade e mudança na religiosidade latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 77-94.

PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é contracultura?* Brasília: Brasiliense, 1988.

PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ROCHFORD JUNIOR, E. B. *Hare Krishna transformed*. New York: New York University Press, 2007.

SAMARA, Eni de M; TUPY, Ismênia S. S. T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, M. P; FRANCO, G. Y. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*. Dourados: UFGD, vol. 4, n. 8, jul./dez. 2010.

SILVEIRA, Marcos Silva da. The universalization of the Bhakti Yoga of Chaitanya Mahaprabhu: ethnographic and historic considerations. *Vibrant*, v. 11, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vb/v11n2/a13v11n2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

Sites consultados

Acervo Digital da Folha de São Paulo. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>. Acessados em 04 jun. 2016.

Acervo Digital de O Globo. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>; e <http://acervo.folha.uol.com.br/>. Acessados em 04 jun. 2016.

Acervo Digital da Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>. Acesso em: 04 jun. 2016.

GBC Resolutions. Disponível em: <http://gbc.iskcon.org/gbc-resolutions/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Prabhupada Books. Disponível em: <http://prabhupadabooks.com/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Sankirtana Shop. Disponível em: <https://www.sankirtana.com.br/br/produtos/1/livros-e-revistas/30/>.